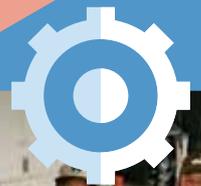




CADERNO
de
**BOAS
PRÁTICAS
DE ATER**



CADERNO BOAS PRÁTICAS DE ATER
Ministério do Desenvolvimento Agrário

DILMA ROUSSEFF

Presidenta da República

PATRUS ANANIAS

Ministro do Desenvolvimento Agrário

MARIA FERNANDA RAMOS COELHO

Secretária Executiva do Ministério do Desenvolvimento Agrário

ANTONIO CLARET CAMPOS FILHO

Chefia de Gabinete do Ministro do Desenvolvimento Agrário

ONAUER RUANO

Secretário Nacional de Agricultura Familiar

JOÃO LUIZ GUADAGNIN

Diretor de Financiamento e Proteção à Produção

MARCELO PICCIN

Diretor de Geração de Renda e Agregação de Valor

MARENILSON BATISTA DA SILVA

Diretor de Assistência Técnica e Extensão Rural

HUR BEN CORREA DA SILVA

Coordenador de Inovação e Sustentabilidade

PAULO GUILHERME FRANCISCO CABRAL

Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Equipe editorial

Edição e reportagem: Vitor Corrêa e Fabiana Mauro.

Produção: Christianne Belinzoni, Jean Pierre Medaets, Manoel José Diniz Mendonça, Roberta Maçada Lange Kutscher, Thais do Carmo Ferreira dos Santos e Vilmar Matter.

Fotos: Banco de Imagens do MDA e das entidades selecionadas.

Diagramação: Marcela Nunes

Ficha catalográfica

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
SECRETARIA NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

Brasília, 2016



Lista de siglas	6
Assistência Técnica e Extensão Rural na prática	9
Um marco, a Política Nacional de Assistência	
Técnica e Extensão Rural	10
Introdução	11
Prólogo.....	13
Eixo 1 Ater e Desenvolvimento Sustentável	14
Sistemas sustentáveis de produção de base agroecológica.....	15
Cooperativismo e Associativismo – Organização rural.....	34
Mercados, Gestão e Arranjos produtivos – Feiras.....	44
Eixo 2 Nova Ater.....	50
Gestão de Ater.....	51
Metodologias de Ater.....	62
Comunicação para o Desenvolvimento.....	74

Eixo 3 Ater e Políticas Públicas	84
Crédito	85
Seguro.....	90
Mercado Institucional	96
Eixo 4 Ater para Públicos Específicos.....	106
Mulheres.....	107
Povos E Comunidades Tradicionais	116
Jovens.....	126
Assentados da Reforma Agraria	134
Eixo 5 Agricultor Experimentador	142

Lista de siglas

Ater – Assistência Técnica e Extensão Rural
BSM – Programa Brasil Sem Miséria
CEDRS – Conselhos Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
Condraf – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GS – Programa Garantia-Safra
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Mapa – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA – Ministério do Meio Ambiente
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
PCT – Povos e Comunidades Tradicionais
Pgpaf – Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
Pnae – Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnater – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
Proinf – Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços nos Territórios Rurais
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar
SAF – Secretaria Nacional da Agricultura Familiar do MDA
SCS – Selo Combustível Social
Seaf – Seguro da Agricultura Familiar
Sibrater – Sistema Brasileiro Descentralizado de Assistência Técnica e Extensão Rural
Sipaf – Selo da Agricultura Familiar
Suasa – Sistema Único de Inspeção Sanitária



Assistência Técnica e Extensão Rural na prática

O livro que você tem em mãos mostra a riqueza e a diversidade da agricultura familiar brasileira e como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) contribuiu para este sucesso. Aborda-se o tema a partir da perspectiva de um serviço essencial para a agricultura familiar: a Ater como política pública que o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) oferta há 12 anos numa perspectiva gratuita e universal. Hoje existem 57 projetos em desenvolvimento de Norte a Sul do País reconhecidos como práticas de excelência pelo MDA.

Esta obra, baseada na experiência do ministério com esta política, permite um maior entendimento da vida no campo e ilustra o cotidiano de produção das mais de 5 milhões de famílias agricultoras, ao mesmo tempo em que apresenta o trabalho prático do extensionista, no ambiente da propriedade rural, na sua plenitude e dimensão basilar.

Estou certo de que será uma leitura frutífera e agradável para todos os interessados em desenvolvimento rural e agricultura familiar.

Patrus Ananias

Ministro do Desenvolvimento Agrário

Um marco, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Este livro, ao narrar histórias vibrantes pelos quatro cantos do Brasil, ilustra a importância da implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater), instituída pela lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010. Ao longo dos últimos seis anos, o governo federal avançou, a passos largos, no desafio de transformar o serviço de Ater em política pública gratuita, numa perspectiva de consolidação enquanto ação universal.

Em primeiro lugar, deixamos de lado a antiga concepção de Ater, segundo a qual seria uma iniciativa pontual e fragmentada e complexa para chegar ao agricultor familiar. Avançamos conceitualmente: “É um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção beneficiamento e comercialização das atividades e serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive atividades agroextrativistas, florestais e artesanais”.

Os princípios estão claros e estampados em cada um dos projetos considerados como boas práticas, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA): promoção do desenvolvimento rural sustentável; garantia de gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços; adoção de metodologia participativa nos acompanhamentos; respeito às questões de gênero, geração, raça e etnia; e contribuição para segurança e soberania alimentar e nutricional.

Um avanço, em especial, merece destaque. A oferta dos serviços, conforme a orientação da Pnater, realizado prioritariamente por entidades ou órgãos públicos de Ater, contratados mediante chamada pública. Isso é uma parte do resultado desta forma republicana e transparente de alocação de recursos que você tem a oportunidade de verificar nas próximas páginas: instituições com norral técnico e atuação na comunidade, capazes de contribuir para o novo patamar da agricultura familiar brasileira.

A Pnater tem na sociedade civil a mola propulsora de sua implementação, haja vista a participação ativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), a realização do Seminário Nacional de Ater em 2009 e a I Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Cnater), em 2013, ambos os eventos contando com mais de 40 mil participantes em suas várias fases. E, agora, em 2016, a realização da II Cnater, com conferências temáticas, e etapas municipal, e estadual e nacional, que mobilizaram o rural de todas as regiões do Brasil.

Este é o contexto do qual nasce as 57 boas práticas de Ater premiadas pelo MDA, e que ganham reconhecimento em livro para serem compartilhadas com o mundo da Ater, pesquisa e agricultura familiar, e para inspirarem novas iniciativas baseadas na Pnater. Encerro esta apresentação com uma frase que gosto muito: Se o Brasil saiu do Mapa da Fome, é porque tem agricultor familiar produzindo alimentos; e, se tem produção, é porque tem Ater.

Onaur Ruano

Secretário Nacional de Agricultura Familiar

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Introdução

Em 2015, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realizou dois eventos, em parceria com a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), com o objetivo de contribuir com o debate da 2ª Conferência Nacional de Ater (Cnater): o Seminário Nacional de Avaliação, entre 31 de agosto e 2 de setembro, que fez críticas e elaborou sugestões para melhoria no processo de implementação da Política Nacional de Ater (Pnater); e o Seminário Nacional de Boas Práticas, entre 1º a 3 de dezembro, que apresentou e premiou 57 iniciativas inovadoras de Ater, no âmbito da Pnater.

Ao longo dos últimos 15 anos, a implementação da Política Nacional logrou muitos avanços junto à agricultura familiar, resultado de esforços de reestruturação dos serviços, com a participação dos entes federativos, sociedade civil e entidades estatais e não governamentais. Os serviços passaram por significativo processo de reestruturação fazendo reverter a tendência de desmonte.

A logística de escritórios, veículos e tecnologia de informação e comunicação foi renovada. A Ater passou a atuar com a diversidade do público da agricultura familiar, incluindo as mulheres e jovens rurais, e os povos e comunidades tradicionais. Foi realizado um grande esforço de formação de agentes de Ater, ampliou o uso de metodologias participativas, a atuação na promoção à transição agroecológica, organização econômica e social dos agricultores familiares, acesso a mercado e agregação de valor. E a Ater teve papel fundamental na implementação das políticas públicas.

A iniciativa das Boas Práticas veio justamente no sentido de dar visibilidade e celebrar os avanços da Ater na perspectiva da Pnater, premiando as instituições, agentes de Ater e agricultores familiares que desenvolveram propostas inovadoras. Esse primeiro Caderno de Boas Práticas, edição 2016, contou com a participação das Delegacias Federais do MDA e dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável, e com a inscrição de mais de 250 propostas de entidades de Ater credenciadas no Ministério.

Esse foi um passo importante e que deve ter continuidade, na perspectiva de reconhecer e registrar Boas Práticas na perspectiva da Pnater, desenvolvidas pelos protagonistas da Ater no País.

Marenilson Batista da Silva

Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

Secretaria Nacional de Agricultura Familiar

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Paulo Guilherme Cabral

Presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Prólogo

A impressão deste Caderno de Boas Práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural cumpre o compromisso de compartilhar as 57 boas práticas reconhecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, desenvolvidas por instituições estatais e entidades da sociedade civil. As iniciativas foram classificadas de acordo com os princípios e objetivos da Política Nacional de Ater (Pnater), organizados em 14 categorias, em quatro eixos norteadores: (1) Ater e Desenvolvimento Sustentável; (2) Nova Ater; (3) Ater e Políticas Públicas; e (4) Ater para Públicos Específicos.

A expectativa é que esse Caderno seja um instrumento prático de consulta e, por essa razão, apresenta as boas práticas em fichas técnicas com resumo dos textos, e contato dos responsáveis, e deve dar uma visão geral de cada iniciativa. O texto completo está disponível em link destacada em cada uma das fichas técnicas.

Esperamos que essa publicação seja compartilhada entre agentes e gestores de Ater, agricultores familiares e suas organizações, pesquisadores, e outros interessados no tema da Ater. Ainda, que inspire a todos para adaptarem essas ou desenvolverem novas boas práticas nas diferentes realidades e regiões brasileiras.

Esse caderno também inclui uma reportagem, a qual apresenta as transformações que as iniciativas levaram para a vida dos agricultores familiares e extensionistas.

Hur Ben Corrêa da Silva

Coordenador de Inovação e Metodologia
Secretaria Nacional de Agricultura Familiar
Ministério do Desenvolvimento Agrário



Eixo 1

**ATER E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**

**SISTEMAS SUSTENTÁVEIS
DE PRODUÇÃO DE BASE
AGROECOLÓGICA**

“Produzo tudo que plantar”

José Maia é agricultor familiar no assentamento São Domingos, em Mâncio Lima, distante 620 quilômetros da capital acreana, Rio Branco. A cidade está na região amazônica, é a mais ocidental do território brasileiro, próximo ao Peru, e tem forte presença nordestina, ainda fruto do clico da borracha. Ele pouco produzia em sua propriedade, devido à má condição do solo. Quando plantou mandioca e inhame, colheu pouco e, este pouquinho de nada, tinha péssima qualidade: raízes e tubérculos atrofiados e mal formados. A partir do projeto da Consulplan/AC, sua produtividade subiu acima da média municipal.

Antes improdutivo e deteriorado, a área agora está repleta de fruteiras e de mata nativa recuperada. É caracterizada enquanto unidade de referência aberta à visitação. “Hoje a propriedade produz tudo que plantar”, valoriza Maia. Os avanços são resultados da ação da Empresa, que conjuga desde 2011 a recuperação do solo à geração de renda na agricultura familiar. Ezio Perreira, técnico agropecuário, explica que a iniciativa objetiva a transição para a produção agroecológica, ao diversificar o cultivo e agregar valor com produtos livres de agrotóxicos e respeito ao meio ambiente.

“Nosso trabalho é recuperar a fertilidade do solo, melhorando a estrutura física e a proteção, visando o aumento da produtividade e, com isso, a melhoria da renda pela exploração racional de áreas antes abandonadas”, ressalta Ezio. No que se refere ao terreno, ele destaca a incorporação da adubação verde e a elaboração de preparos orgânicos (calda e biofertilizante) como estratégias de manutenção da terra, a exemplo do que ocorreu com o plantio de café, aproveitando o sombreamento e a decomposição de substratos das ingazeiras.

No campo da diversidade, houve a utilização de aproximadamente 30 espécies, incluindo frutíferas nativas e exóticas (entre outros, abacate, café, bacuri, cajarana, castanha do Brasil), as de interesse florestal (açai, cumaru ferro, jatobá, mogno, seringueira), as aromáticas e as produtoras de óleos. Os frutos e o manejo da madeira incrementam a renda familiar. A Consulplan/AC orientou a geração de adubos por meio da pequena criação de gado de corte e da criação de abelhas (Apis e Meliponas), que também poliniza as plantas locais.

O sistema agrofamiliar possui “grande sinergia”, aponta José Elson, uma vez que “as espécies produtoras de forragem (leguminosas) servem de adubação verde e produzem biomassa como adubos orgânicos (compostagem orgânica e palhada ‘plantio direto/proteção do solo’)”. “As frutíferas favorecem a cobertura do solo, pela deposição de folhas, melhoram a aeração, e contribuem para a adubação e fertilização, favorecendo a infiltração da água, quebrando a compactação, por meio de raízes pivotantes, bem como no caso das leguminosas, fornecendo nitrogênio ao solo”, ensina.

Por fim, Ezio traduz em números o potencial da produção da agricultura familiar de base agroecológica. Ele informa que a demanda por produtos orgânicos cresce 30% ao ano no Brasil, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2012. “O País é o maior consumidor do gênero na América Latina e 80% de toda essa produção vem da agricultura familiar”, observa.

**“Antes improdutivo e deteriorado,
a área agora está repleta de
fruteiras e de mata nativa
recuperada.”**

“Nosso trabalho é recuperar a fertilidade do solo, melhorando a estrutura física e a proteção, visando o aumento da produtividade e, com isso, a melhoria da renda pela exploração racional de áreas antes abandonadas”.



Ficha Técnica

Projeto: Recuperação de Áreas Degradadas e Implantação de Sistemas Agroflorestais para Agricultores Familiares.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamento da Reforma Agrária para criação de unidade de referência de produção de base agroecológica, combinando a recuperação da degradação do solo à geração de renda na agricultura familiar.

Entidades: Empresa de Planejamento, Consultoria Técnica e de Elaboração de Projetos (Consulplan/AC).
Contatos: (68) 3343-1678 ou consuplan_manciolima@hotmail.com

Técnico de Ater: Ezio Pereira do Nascimento Junior. Contatos: (68) 9665-5110 ou ezio.junior78@hotmail.com

Agricultor familiar: *José Elson Maia de Macedo.*

Localização: Assentamento São Domingos, no município de Mâncio Lima (AC).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/consulplan-agrow

“Temos água de qualidade para beber”

O diagnóstico da Coonap/PB aponta que pouco mais de 5,1 mil pessoas – 90% da população rural – de São Vicente do Seridó, distante 225 quilômetros da capital paraibana, João Pessoa, sofre com a falta saneamento básico adequado. A situação é agravada pela escassez periódica de chuva, levando ao consumo impuro de água. O agricultor familiar Claudino de Oliveira vive no assentamento Olho D’Água e é testemunha do drama. “A gente tem passado por muita falta d’água. Nossa esperança era o poço, mas infelizmente não dá para beber”, conta.

A Cooperativa já conhecia um projeto desenvolvido em Remígio, pelo Núcleo de Extensão Agroecológico da Universidade Estadual da Paraíba (Nera/UEPB), que exibia bons resultados. Esteve na propriedade em que funcionava um dessalinizador solar, que capta água de um reservatório (e também da chuva) e a transforma em potável. Logo, em parceria, a entidade instalou uma unidade de referência para visita e disseminação da tecnologia no lote de Claudino de Oliveira. “Com os dessalinizadores solares temos água de boa qualidade para beber”, alega-se, após o uso desde julho de 2015.

José Diniz das Neves, diretor da Coonap/PB, explica que a construção de pequenos açudes e poços artesanais sempre foi a tônica no semiárido paraibano. “Grande parte das águas captadas deste modo são de má qualidade, em virtude da elevada concentração de sais”, analisa. O dessalinizador veio em boa hora, pois explora o “potencial solar” da região e é uma tecnologia “de baixo custo, fácil uso, instalado próximo à residência e considerada limpa e sustentável”.

Segundo Neves, restou comprovado em análise laboratorial que o dessalinizador é “eficaz no tratamento biológico e químico da água”, em função da alta temperatura do seu interior. Uma unidade custa em média 2.500 R\$ e fornece até 16 litros/dia, suficiente para atender até oito pessoas, cada qual consumindo 2 litros/dia, como recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Dois cuidados são necessários para o pleno funcionamento: retirar a água produzida diariamente e manter o equipamento limpo. A Coonap/PB quer levar a prática ao conhecimento das 1,2 mil famílias atendidas pelos serviços de Ater.

José das Neves relata, em mais detalhes, como ocorre o processo de instalação:

“Num caminho de solução para a problemática que envolve a dessedentação humana, tem-se o uso de dessalinizadores para a produção de água potável. Em síntese, o destilador solar utiliza a radiação solar para aquecer a água, a qual irá evaporar e condensar dentro do dessalinizador. Com isso, a água torna-se potável no interior do destilador, eliminando os microrganismos patógenos e possibilitando a retirada dos sais dissolvidos na água.

Os dessalinizadores solares construídos são compostos por um reservatório de PVC, com capacidade de 500 litros, que recebe água salina de um poço artesiano. A caixa elevada a 1m do chão é interligada por tubulações de PVC de 20mm a cinco tanques, cada um com área de 4m² (total de 36 m²), construídos em alvenaria ao lado da cisterna calçadão. No interior do dessalinizador solar ocorre o processo de evaporação/condensação da água.

No intuito de evitar as perdas de água salina por infiltração e melhorar a eficiência do sistema, os tanques de alvenaria são revestidos com mantas de polietileno expandido. A água, após o processo de evaporação/condensação, é conduzida através de canaletas de alumínio (dispostas nas laterais dos vidros) interligadas a tubos de PVC de 40 mm até outra caixa d’água de PVC que recebe a água destilada”.

“A gente tem passado por muita falta d’água. Nossa esperança era o poço, mas infelizmente não dá para beber”... Com os dessalinizadores solares temos água de boa qualidade para beber”



Ficha Técnica

Projeto: Sistema Sustentável de Dessalinização da Água.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para implantação de dessalinizador solar como unidade de referência em assentamento da Reforma Agrária, garantindo água potável para beber no Semiárido brasileiro.

Entidade: Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Auto Promoção (Coonap/PB).

Contatos: (83) 3321-3014 (84) 9922-3434 ou e-mail: coonap_cg@yahoo.com.br.

Autores: José Diniz das Neves, diretor-técnico da Coonap/PB. Contatos: (83) 98112-1112, (83) 99194-7837 ou jdinizneves@gmail.com

Agricultor familiar: Claudino de Oliveira Castro. Contatos: (83) 98894-7095 ou claudinocastro@gmail.com.

Localização: Assentamento Olho D’Água, no município de São Vicente do Seridó (PB).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/coonap-agro

“Tenho autonomia na produção de gás”

O assentamento Lagoa do Serrote II, em Ocara, distante 100 quilômetros da capital cearense, Fortaleza, tem, entre seus 30 lotes, um único no qual mora um guardião. Em verdade, uma guardiã, Raimunda Inês. Ela própria se vê enquanto tal e faz guarda – e também uso – de um equipamento tecnológico inovador, embora já bastante antigo: o biodigestor. “Fico satisfeita de ter sido escolhida para ser a guardiã da unidade demonstrativa, pois tenho autonomia na produção de gás”, comenta. A produção é de 15m³ de biogás/mês, o equivalente a um botijão convencional de gás butano.

A Copasat/CE realizou a instalação do biodigestor em abril de 2015, como referência, para sua disseminação técnica. E deu certo! Desde então, as Universidades Federal do Ceará (UFC) e da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), bem como a Secretaria de Agricultura de municípios da região, já foram visitar o experimento. Sempre tem gente visitando o lugar para estudo ou por curiosidade, até os canadenses da Fundação de Agricultura Share foram, gostaram e prometeram financiar mais cinco biodigestores para o assentamento.

Josimar Galdino da Silva, técnico da Copasat/CE, explica que a tecnologia produz biogás a partir do esterco bovino, e que sua eficiência está comprovada. “A utilização de biodigestor é algo muito antigo, tão antigo, que eles já foram até confundidos com fenômenos sobrenaturais e manifestações de seres místicos ou folclóricos”, lembra. Para Raimunda, além da autossuficiência em gás, a nova tecnologia suscita boa renda para um grupo de mulheres de Lagoa do Serrote II: os visitantes conhecem o equipamento e também compram quitutes locais (tapiocas e bolos).

O meio ambiente também agradece. A produção sustentável de gás reduz a queima da lenha, preservando a caatinga, e diminui a emissão de carbono na atmosfera, com o aproveitamento do esterno. Abaixo, Josimar Galdino descreve, em breve relato, como se dá a construção do biodigestor:

“A área para implantação do biodigestor deve ser escolhida segundo alguns pré-requisitos: distância de, no mínimo, 15 metros da residência, sendo necessário um pequeno declive topográfico para facilitar o processo de instalação; ser protegida de animais; ter facilidade para obtenção de biomassa (esterco para reutilização); e não ficar tão próximo de árvores de grande porte para evitar que as raízes quebrem as paredes dos tanques.

O buraco, que abriga o tanque central, deve ter 1,4m de profundidade e 1,3 de raio. Próximo a ele, ficam os espaços para caixas de carga e descarga. A construção das placas segue o mesmo método do adotado para a Cisterna. Antes de fixar as placas com cimento, elas devem ser alinhadas para formar uma circunferência. Isto permite que sejam conferidas as suas medições e dimensões. Só então as placas são fixadas, é instalado o cano guia e iniciada a construção dos batentes do fundo, também de concreto, bem como as duas caixas: de carga e descarga.

Em seguida, é confeccionada a caixa que serve de câmara para biocombustão. No centro, com o auxílio de uma furadeira elétrica e serra-copo, é feito um furo com 50mm, onde será colocado um flange. Nele, instala-se um cano de PVC, a ser guia para a caixa. Ao lado desse furo, faz-se outro, também com auxílio de uma serra-copo com 20mm. Neste, por sua vez, é instalada a flange para a tubulação de gás. O flange de 50mm deve ser disposto com a rosca virada para fora da caixa, a fim de permitir a instalação do cano guia por dentro. Já a flange de 20mm, para a tubulação de gás, fica com a rosca virada para dentro da caixa, permitindo a arrumação do cano por fora. Contudo, em ambas as flanges, recomenda-se que as borrachas de vedação sejam instaladas na parte de dentro da caixa, diminuindo a degradação e o ressecamento pelo sol e aumentando a vida útil.

Para fazer a base do cano guia, utiliza-se uma tábua de madeira (0,14m x 0,04m) com 1,60m de comprimento. No centro da madeira deve ser feito um furo onde o cano guia se acomoda. Em um lado, usa-se a serra-copo 50mm até a metade e, no outro, a serra-copo de 40 mm. Por fim, o furo fica com dois tamanhos em cada lado da madeira. A tábua deve ser fixada na caixa de fibra usando-se quatro parafusos franceses 3" x 3/8" com porca e arruela, dois em cada extremidade da tábua. A abertura de 40mm deve ficar virada para fora da caixa e a de 50mm para dentro da caixa, onde se acomoda o cano guia, a ser instalado no momento em que a tábua for fixada.

O biodigestor precisa de um lastro sobre a caixa de fibra para que o biogás mantenha uma pressão constante, evitando assim falhas na condução até o fogão. Para isso, instala-se uma cinta de zinco com 30cm de largura sobre a caixa de fibra. Então, será possível preencher com terra ou esterco para aumentar o peso e promover uma pressão uniforme no biogás.

Logo, concluída a construção, a caixa de combustão deve ser colocada dentro da alvenaria e a trave de segurança no cano guia instalada. Agora é iniciar a alimentação".

"A produção sustentável de gás reduz a queima da lenha, preservando a caatinga, e diminui a emissão de carbono na atmosfera, com o aproveitamento do esterno."



Ficha Técnica

Projeto: Implantação de biodigestor rural em área de assentamento.

Resumo: Assistência técnica e extensão rural em assentamento da Reforma Agrária, com o objetivo de construir unidade modelo de biodigestor, a fim de estimular sua disseminação, contribuir para a sustentabilidade no campo e gerar renda para agricultora familiar.

Entidade: Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência do Ceará (Copasat/CE). Contatos: (85) 3253-6468

Autor: Josimar Galdino da Silva, técnico de Ater da Copasat/CE (contatos: (85) 99280-9572

josimar.galdino@bol.com.br.

Agricultora familiar: Raimunda Inês. Contatos: (85) 3322-1165

Localização: assentamento Lagoa do Serrote II (Denir), no município de Ocara (CE).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/coonap-agro

“O cadastramento de orgânico fortalece a unidade produtiva junto ao mercado, com a venda direta”

Agricultores familiares da Associação Comunitária de Olho D'Água, da comunidade homônima, em Piquet Carneiro, distante 315 quilômetros da capital cearense, Fortaleza, produzem há tempos alimentos de base agroecológica. Cultivo de hortaliças, processamento de polpa de fruta e criação de ave caipira e de abelha, aliado ao conjunto de forró Quatro por Quatro, compõem as atrações de uma importante trilha ecológica e de gastronomia regional do sertão do Estado. Apesar do turismo e da comercialização em feiras locais, as famílias viviam ainda nas mãos de atravessadores.

Os agricultores contam que faltava a inserção das famílias de Olhos D'Água no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Para eles, isso faria crescer a “relação de confiança e fidelidade” com a clientela. “O cadastramento desestrutura a presença do atravessador e fortalece a unidade produtiva junto ao mercado, com a venda direta”, ponderam. Eles vêm à ação como a abertura das “porteiras aos fregueses”. “Facilita a comercialização, com a comprovação sem veneno e sem agredir o meio ambiente”, constata.

A Emater/CE, então, desenvolveu o projeto para a capacitação teórica/prática de 50 extensionistas que atuavam em 184 municípios cearenses, tendo como piloto Piquet Carneiro. A pauta da oficina versava sobre crédito e agroecologia. Maria Cristina Vieira, agente da Empresa, explica que a lógica era formar “animadores/promotores da diferenciação da produção da agricultura familiar”, apoiados no acesso ao Pronaf, na inserção aos mercados institucionais (PAA e Pnae), na agregação de valor e na comercialização em feiras locais e regionais.

Na comunidade Olhos D'Água, onde os agricultores familiares produziam de maneira sustentável, a adesão ao projeto foi imediata. Os primeiros grupos de famílias já obtiveram o reconhecimento e ainda estão em processo 50 famílias. “O Mecanismo de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica e de Base Agroecológica não tem custos. Traz somente benefícios”, ressalta Maria Cristina. Ela cita dois deles: ampliação dos ganhos no mercado público (valor até 30% maior do que os produtos convencionais) e na venda privada (em feiras, porta a porta, cestas/sacolas semanais).

“O projeto vem melhorando a renda familiar, a autoestima dos agricultores familiares e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais”, sublinha a agente da Emater/CE.

“O projeto vem melhorando a renda familiar, a autoestima dos agricultores familiares e a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais”.



Ficha Técnica

Projeto: Controle de Garantia da Qualidade Orgânica e de Base Agroecológica.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para estimular a produção de alimentos de base agroecológica pela agricultura familiar. A ação prevê o cadastro de orgânico junto ao Ministério da Agricultura para abrir mercado aos produtos, eliminando a presença de atravessadores.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Emater/CE). Contato: (85) 3101-2420.

Autores: Maria Cristina Pontes Vieira, agente da Emater/CE. Contatos: (85) 3102-420 e crisrina.pontes@ematerce.ce.gov.br.

Agricultor familiar: Osvaldo Alves Rodrigues. Contato: (88) 99991-3488 e fampecpc@yahoo.com.br.

Localização: comunidade Olho D'água, no município de Piquet Carneiro, no território da cidadania Sertão Central (CE).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerce-agro

“A farinha de rocha trouxe alimento de maior qualidade nutricional”

A Emdrago/SE identificou, em determinadas comunidades rurais de Sergipe, significativa dificuldade quanto a criação de galinhas poedeiras pela agricultura familiar. Os animais estavam doentes, apresentavam sintomas de coriza infecciosa, comumente conhecida por gôgo, os pintinhos morriam precocemente e os ovos tinha casca fina. A solução encontrada foi investir num modelo inovador de alimentação, rica em nutrientes: acrescentar ao milho triturado, base da ração, farinha feita a partir de rocha moída. Em julho de 2015, foram instaladas duas unidades de referência.

Renato Correia e Jailza Siqueira, extensionistas da Empresa, explicam que a mineralização tem efeito “rápido e prático” e agrega importantes minerais à alimentação. “A farinha de rocha trouxe maior qualidade nutricional para a família”, avaliam. Deuzira Lima, cuja propriedade encontra-se uma das unidades experimentais, confirma a melhora no quadro geral das aves. “Após a mistura com pó de rocha, as galinhas ficaram com mais saúde. Estavam gripadas e agora estão bem”, resume. As criações estão abertas a visita técnica e a realização de dias de campo.

Os técnicos Renato e Jailza acrescentam também que a lei nº 10.831/2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, prevê o uso de “farinhas e pós de rocha” como “insumos permitidos”. “É uma fonte restituidora de nutrientes capaz de auxiliar no uso de produtos de base sustentável”, garantem. Abaixo, eles relatam sobre os efeitos da mineralização do milho triturado com adição de farinha de rocha:

“Os alimentos de origem vegetal, normalmente o milho, constituem a base da alimentação de aves e possuem teores de cálcio em níveis insuficientes para suprir as exigências nutricionais. As rochas são compostas por diferentes tipos de matérias-primas, sendo moídas, disponibilizam nutrientes. O MB-4 é uma farinha de rocha que possui, na composição, o óxido de cálcio (CaO), em elevados percentuais. Desta forma, foi realizada uma suplementação de cálcio na dieta das aves.

O processo consiste no umedecimento das sementes de milho em grãos, misturando-as a farinha de rocha, sendo posteriormente fornecida na alimentação das aves, por dois meses, podendo, ainda, utilizar o milho na forma triturada acrescentando-se 0,5% da farinha de rocha, ou seja, a cada 100 kg de ração, utilizar 500 gramas da farinha. O produto utilizado poderá produzir os mesmos resultados em função de teores de óxido de cálcio, contidos na farinha de rocha, sendo o cálcio um elemento essencial, com função básica na constituição da casca de ovos e em vários processos fisiológicos.”

“A mineralização tem efeito rápido e prático e agrega importantes minerais à alimentação.”



“É uma fonte restituidora de nutrientes capaz de auxiliar no uso de produtos de base sustentável”.

Ficha Técnica

Projeto: Farinha de rocha no enriquecimento alimentar de galinhas poedeiras.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para estímulo do uso de nova técnica de alimentação das galinhas poedeiras, elevando seus nutrientes, e por meio do inovador modelo de mineralização do milho triturado com adição de farinha de rocha.

Entidade: Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdrago/SE). Contato: (79) 3234-2677 e ascom@emdrago.se.gov.br

Agentes de Ater: Renato Correia de Figueiredo

Contato: (79) 9955-1622 ou renato.figueiredo@emdrago.se.gov.br

Jailza Siqueira Rodrigues engenheira agrônoma

Contato: (79) 99935-2058 ou jailza@yahoo.com.br .

Agricultor familiar: duas famílias, entre elas a de Deuzira Lima Nascimento, contato: (79) 3411-2462 ou unigliori@emdrago.se.gov.br.

Localização: Comunidade Povoado Nova Esperança, no município de Nossa Senhora da Glória (SE).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/emdrago-agro

“Ai de nós se não estivéssemos envolvidos nesse trabalho”

O projeto desenvolvido pelo Incaper na região litorânea do Espírito Santo, em especial em Iconha, município distante 75 quilômetros da capital Vitória, é daqueles que despertam nos agricultores familiares sentimentos que refletem a mudança drástica de suas realidades. “Ai de nós se não estivéssemos envolvidos nesse trabalho, que vem mudando a nossa vida”, aponta a agricultora familiar Ana Lucia Layber Biss, enquanto o agricultor Natanael Adami Justi valoriza a ação conjunta: “Quando acreditamos em nós mesmos e nos organizamos, com apoio técnico, as coisas de fato acontecem”. Um número para começar: a CafSul - Cooperativa dos Agricultores Familiares Sul Litorânea do Estado do Espírito Santo, criada em 2011, já comercializou R\$ 8 milhões em produtos orgânicos para o mercado privado.

Esta história, no entanto, tem outro início. Então vamos a ele... O Incaper idealiza este projeto em 2007, após traçar um amplo diagnóstico de Iconha e da produção agrícola da região. A estrutura fundiária da cidade está dividida entre o minifúndio (71,6%) e a pequena propriedade (26,5%). Embora não exista latifúndio, o uso do solo é originário da agricultura convencional: alto índice de agrotóxico. A produção fica baseada nas culturas do café Conilon e banana e no gado leiteiro, sendo a comercialização in natura realizada individualmente, na dependência de atravessadores. A pouca diversificação torna os agricultores familiares reféns da oscilação de preço, quando da grande oferta.

26

“Nos orientamos pelo tripé da sustentabilidade: viabilidade econômica, respeito à natureza e justiça social. Utilizamos metodologias participativas, com olhar multidisciplinar, no contato com o agricultor”.

Sem perspectivas, constaram os técnicos do Instituto, o êxodo rural virara uma constante, sem horizonte para a sucessão no campo. Fábio Dalbom, coordenador do projeto, narra que poucos produtores conheciam agroecologia, tampouco as oportunidades de compras institucionais da agricultura familiar. Até reconheciam a importância de se organizarem formalmente, mas esbarravam na falta de “elementos para levar a ideia adiante”. “Diante do diagnóstico, o Incaper buscou parceiros para apoiar o processo de implementação de política públicas visando o desenvolvimento rural sustentável e solidário”, explica.

Segundo Fábio, a estratégia foi desenvolvida tendo como pilar a garantia de comercialização, estimulando os agricultores a produzirem para os Programas Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e de Aquisição de Alimentos (PAA). As linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) também chegaram em boa hora. E a escolha foi pela produção orgânica, de base agroecológica. “Nos orientamos pelo tripé da sustentabilidade: viabilidade econômica, respeito à natureza e justiça social”, conta o coordenador. “E utilizamos metodologias participativas, com olhar multidisciplinar, no contato com o agricultor”.

Agora podemos retomar aos fabulosos números apresentados de maneira breve no início. Com auxílio da Incaper, ao longo do tempo, 190 famílias da região Sul do Estado e 22 do município de Iconha passaram a participar da CafSul e da Associação Tapuio Ecológico, respectivamente. De 2012 a 2015, somente a Cooperativa vendeu R\$4 milhões para o Pnae e, de 2013 a 2015, cerca de R\$ 8 milhões em comercialização com o setor privado (mercados atacadistas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, Ceasa). Por sua vez, a Associação participa de seis feiras locais e comercializa uma média de R\$ 500 mil/ano de banana orgânica. A diversificação agrícola também dá o tom agora.

As cifras derivam da nova infraestrutura das entidades, adquiridas com recursos próprios e apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, do Governo do Estado e de prefeituras: estruturação da sede administrativa e revitalização da câmara de climatização de banana, no caso da Associação; e implantação do centro de apoio logístico de comercialização (com galpão de 500 m²), em relação à Cooperativa. O Incaper calculou que os agricultores economizaram aproximadamente R\$ 2,6 milhões em agrotóxico e adubo químico, entre 2008 e 2015, e ainda estimou quanto que o meio ambiente ganhou com tudo isso: menos 9,4 toneladas das duas substâncias, no mesmo período.



Ficha Técnica

Projeto: Agroecologia, agricultura orgânica e Ater participativa e inclusiva: bases para a sustentabilidade da agricultura familiar.

Resumo: Assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares da região sul do Espírito Santo, desenvolvendo todo o espectro da sustentabilidade (renda, respeito à natureza e justiça social). O resultado: a organização formal dos produtores, o cultivo agroecológico, a certificação participativa, o acesso a mercados institucionais e a comercialização privada.

Entidade: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Contatos: Fone (27) 3636-9888

Coordenador: Fábio Lopes Dalbom, agente de Extensão em Desenvolvimento Rural da Incaper.

Contatos: Fone: (28) 3537-1129 (28) 99946-1666 ou dalbom@incaper.es.gov.br

Agricultores familiares: Cooperativa dos Agricultores Familiares Sul Litorânea do Estado do Espírito Santo (Cafsul) Contatos: Fone 28 3537-1795

Associação dos Agricultores Familiares Tapuio Ecológico. Contatos: Fone: 28 3537-1795

Localização: município de Iconha (ES).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/incaper-agro

“Hoje todo mundo na comunidade está em grupo de produção”

O depoimento de Nilda dos Anjos de Jesus, eleita a primeira presidente da Associação Comunitária da Comunidade de Lajedinho, em Barrocas, distante 250 quilômetros da capital baiana, Salvador, dá conta dos ganhos que o projeto do MOC/BA trouxe às 40 famílias, desde 2008: “Hoje todo mundo na comunidade tem a sua horta, inclusive seu grupo de produção, e as hortaliças são consumidas na alimentação e também vendidas em feira agroecológica”. A estratégia do Movimento foi de envidar esforços na formação de Fundos Rotativos Solidários (FRS), começando por animais de pequeno porte.

Ronaldo Queiroz, técnico do MOC/BA, explica que a rotatividade de animais, aliado aos serviços de Ater, permitiram o crescimento da produção de alimentos e a melhoria do rebanho. “O caso do agricultor familiar Jose Antônio Lisboa dos Anjos é notório. Ele chegou, em um ciclo de 18 meses, a ter um rebanho de mais de 15 animais”, contabiliza. Isso tudo num cenário desanimador, à época: “As famílias em condição de extrema pobreza, descrentes da possibilidade de convivência com o semiárido, pelos longos períodos de estiagem e pela falta de políticas públicas”.

A pouca organização social e os galopantes índices de êxodo rural em Barrocas não afugentaram o Movimento, que iniciou o projeto com investimento da Agência de Cooperação Heifer, dos Estados Unidos, e deu prosseguimento com a Ater contratada pelo MDA e pelo Governo da Bahia. De início, identificaram-se as famílias a serem beneficiadas de maneira participativa, envolvendo parceiros locais (associações, sindicatos, entre outros). Aí, o processo de formação ganhou espaço, com capacitações temáticas e intercâmbios entre agricultores familiares, observando as questões de gênero e juventude.

Mateus Jonnei Lima, engenheiro agrônomo do MOC/BA, esclarece que o serviço de Ater foi levado a frente pela metodologia da assessoria comunitária e individual e intensificada através da atuação periódica de jovens multiplicadores, especialmente capacitados para a tarefa, acompanhados de técnicos e especialistas. Segundo Mateus Jonnei, a preocupação era com a “estruturação das propriedades para o recebimento, a manutenção e o desenvolvimento das atividades de pecuária adequada ao clima”, não perdendo de vista a diversificação e a sustentabilidade da produção.

A partir de então, entra em cena o Fundo Rotativo Solidário, segundo o qual cada família recebe três matrizes fêmeas e um macho (ovinos e caprinos) e, dentro de 18 meses, assume o compromisso de devolver a mesma quantia de animais, em igual padrão, para que nova família seja inserida no processo. “O FRS proporciona a aprendizagem de gestão coletiva de recursos e mobiliza sua solidariedade, tendo efeito político mais profundo, pois o agricultor descobre e firma sua capacidade de construir benefícios por conta própria, ganhando autonomia e autoconfiança”, ressalta Mateus Jonnei.

Após o processo chegar a cada uma das 40 famílias da comunidade Lajedinho, o FRS de Ovinos e Caprinos foi se transformando em Fundo Rotativo de Aves e em Fundo Monetário. “Neste caso, de acordo com as regras criadas dentro da associação, as famílias podem solicitar

O processo de formação ganhou espaço, com capacitações temáticas e intercâmbios entre agricultores familiares, observando as questões de gênero e juventude.

recursos financeiros para compra de utensílios para melhoria da infraestrutura da propriedade e pagar de forma parcelada”, explica Mateus Jonnei. Surgiu também o Banco Comunitário de Sementes Crioulas, garantido o cultivo de variedades nativas, livres de transgenia.

Outro resultado foi a criação da Associação Comunitária, presidida por Nilda dos Anjos e do Grupo de Mulheres Delícias da Terra, que vende alimentos ao Pnae e em feiras. No campo da comercialização, a comunidade de Lajedinho, em parceria com outras, pôs na rua a Feira Agroecológica de Barrocas, com a constituição de novo FRS para a compra e conserto de barracas e equipamentos. “A experiência perdura de forma dinâmica e evolutiva, melhorando a cada dia seus sistemas produtivos e inserindo novas ações no contexto do desenvolvimento local”, salienta Mateus Jonnei.

Ele completa: “É um processo de reanimação dos processos coletivos”.



“Surgiu o Banco Comunitário de Sementes Crioulas, garantido o cultivo de variedades nativas, livres de transgenia.”

Ficha Técnica

Projeto: Fundos Rotativos Solidários e o Desenvolvimento Comunitário Agroecológico.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para implementação de Fundos Rotativos Solidários no semiárido para a geração de renda na agricultura familiar, com a gestão coletiva na fase de produção e comercialização.

Entidade: Movimento de Organização Comunitária (MOC/BA). Contatos: (75) 3322-4444 e comunica@moc.org.br.

Autor: Mateus Jonnei Carneiro Lima, engenheiro agrônomo . Contatos: (75) 3322-4444, 99815-5570 ou mateus@moc.org.br.

Agricultores familiares: 40 famílias.

Localização: Comunidade de Lajedinho, no município de Barrocas (BA).

Acesso ao projeto: www.mda.gov.br/sitemda/moc-agro

“Começamos a produzir e vender, ganhando dinheiro”

A Cooperativa Terra Livre/RN qualifica a experiência de produção agroecológica em quintais de seis famílias do Assentamento Cristalina, em Mossoró, em pleno Semiárido, como exitosa, simples e em conformidade com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater). “Desenvolvemos uma metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e o respeitando os saberes dos agricultores”, ressalta Sâmia Martins, técnica da Cooperativa.

Para Terezinha, de uma das famílias produtoras de hortaliças, o projeto representa mais do que isso, significa a retomada da autoestima, a melhoria da alimentação e o cultivo ininterrupto, mesmo em época de brava estiagem. “Isso é muito bom. Começamos a produzir e vender ganhando dinheiro e nós, mulheres, ainda vendemos os doces, que têm boa aceitação”, conta, orgulhosa, a agricultora. O assentamento em que ela produz começou em 2004 e a Terra Livre pôs em prática a ação nove anos mais tarde, em 2013, com apoio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) do MDA.

Os chamados “Quintais Produtivos” funcionaram ao implantar: 50 m² de canteiro, com plantio de diferentes espécies de hortaliças; aviário para 33 galinhas caipiras; e pomar com 100 mudas e acerola. O cultivo foi mantido por composto orgânico, produzido pelos próprios agricultores, a partir de serapilheira (resto de vegetal em decomposição), esterco não curtido de caprinos e cinzas, tudo assistido pela Terra Livre aos agricultores familiares. “Planejamos assim, ao redor da casa, para ter integração e aproveitamento cíclico, com fatores de produção dimensionados em função da água, terra e mão-de-obra disponível”, esclarece Sâmia.

O resultado da produção agroecológica, de baixo consumo de energia e que começa a estimular os agricultores a se organizarem, pode ser medida em duas dimensões:

1. Segurança alimentar: embora o cardápio da cultura nordestina esteja baseado nos saudáveis arroz, feijão e milho, os quintais oportunizaram a introdução de vegetais (hortaliças, legumes e frutas) à dieta das famílias, diversificando os hábitos alimentares;
2. Geração de renda: as seis famílias vendem as hortaliças, de base agroecológica, a uma clientela cativa na zona urbana de Mossoró. Há horário e dia pré-definidos para a entrega dos produtos, todas as sextas-feiras, pela manhã. O comércio é incrementado com a produção caseira de doces, a partir das frutas cultivadas nos quintais.

A técnica Sâmia destaca o impacto da produção na vida das mulheres, a partir do trabalho da Terra Livre que integra profissionais de diferentes áreas – de agrônomo a assistente social, passando por técnico agrícola, veterinário e assessoria jurídica. “As agricultoras do Assentamento Cristalina viviam à margem da sociedade. Agora, ressurgiram para o mundo, adquiriram confiança e autonomia”, afirma. Segundo Sâmia, o assentamento começou a receber visitas de comunidades vizinhas que ficam surpresas em ver que, “apesar da seca que castiga a região, a área consegue se manter diante da escassez”, completa.

“Desenvolvemos uma metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e o respeitando os saberes dos agricultores”.



“As agricultoras do Assentamento Cristalina viviam à margem da sociedade. Agora, ressurgiram para o mundo, adquiriram confiança e autonomia”.

Ficha Técnica

Projeto: Um quintal que faz diferença: o projeto de assentamento Cristalina com produção integrada nos seus quintais e nas suas casas.

Resumo: Assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares em assentamento da Reforma Agrária, que oportunizou a produção sustentável de hortaliças para comercialização privada e autoconsumo, diversificando o hábito alimentar das famílias e potencializando a participação das mulheres.

Entidade: Cooperativa Terra Livre/RN Contatos: Fone: (84) 3314-7328.

Coordenador: Sâmia Cristina Cavalcante Martins. Contatos: samiaccmartins@gmail.com Fone: (84) 9 9947-1139.

Agricultores familiares: Seis famílias do assentamento.

Localização: sítio Santa Maria, no assentamento Cristalina, no município de Mossoró (RN).

Acesso o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/terralivre-agro

Instituto Terra Viva/AL

“A tecnologia viabiliza a agricultura familiar no Semiárido”

Alguns clássicos do rei do Baião, Luiz Gonzaga, narram a “deserção” do sertanejo de sua terra rumo à cidade grande. Em prosa e verso, as canções tratam da condição climática do Semiárido. “Por falta d’água perdi meu gado, morreu de sede meu alazão”, marca a antológica Asa Branca, de 1947, uma parceria de Gonzagão e Humberto Teixeira. Pois bem, lá se vão quase 70 anos e, nos dias atuais, o uso de uma série de tecnologias sociais tem permitido uma saudável convivência com o ambiente, com água para o consumo e para o cultivo. Chuva há, mas em períodos concentrados, então vamos aproveitá-la!

A Mureta de Pedras é uma experiência que vem de Alagoas, desenvolvida no Assentamento Poço Salgado, em Santana do Ipanema, distante 200 quilômetros da capital Maceió. O Instituto Terra Viva executou o projeto inicial, de 2005 a 2007, e agora está em fase de ampliação, com recursos de contratos do Plano Brasil Sem Miséria. Consiste em empilhar pedras em nível, em local de declive, para, quando da chuva, reservar a água, controlando a erosão hídrica e eólica. A tecnologia melhora a fertilidade do solo em função da retirada das pedras e do aumento da cobertura vegetal, além da contenção da água e erosão do solo.

Jorge Izidro, técnico do Instituto, explica os benefícios que puderam ser observados em todas as doze propriedades que receberam a Mureta de Pedras em Poço Salgado: “A tecnologia empregada soma simplicidade, baixo custo e alta eficácia para solução de um grave entrave à viabilização da agricultura familiar, especialmente, a limitação de área agricultável e aos rigores climáticos do Semiárido”. Ele ressalta que o sucesso foi possível graças à capacitação dos agricultores familiares, que participam da construção em “curvas de nível”, e à “fácil replicabilidade”.

A agricultora Ana Cleide Souza Ferraz da Silva é proprietária de um dos lotes que recebeu a tecnologia. Ela se mostra feliz “à beça”: “A mureta modificou a vida de minha família; depois dela começamos a enxergar melhor as coisas da natureza e trabalhar direito”. O projeto do Terra Viva foi reconhecido pelo programa Dryland Champions, da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, em 2015, uma vez que se mostrou altamente viável para produção sustentável com limitação de área, de acentuada declividade e pedregosidade e em clima árido, como observa Jorge Izidro.

Ainda em 2015, a comunidade rural de Olho D’Água da Cerca, no município de Traipu (AL), localizada no Território da Cidadania Bacia Leiteira de Alagoas, recebeu unidade experimental da Mureta de Pedras. O objetivo, com a expansão, é atingir três mil famílias. Para isso, várias capacitações a técnicos e agricultores familiares estão em curso. Certamente, Gonzagão e Teixeira gostariam de ver a experiência se espalhando por todo o Semiárido.

“A tecnologia empregada soma simplicidade, baixo custo e alta eficácia para solução de um grave entrave à viabilização da agricultura familiar, especialmente, a limitação de área agricultável e aos rigores climáticos do Semiárido”.



“A mureta modificou a vida de minha família; depois dela começamos a enxergar melhor as coisas da natureza e trabalhar direito”.

Ficha Técnica

Projeto: Mureta de pedras: tecnologia social para desenvolvimento sustentável no Semiárido alagoano.

Resumo: Assistência técnica e extensão rural em assentamento da Reforma Agrária para introdução de tecnologia social capaz de conter a erosão, de um lado, e aumentar a fertilidade do solo, de outro. O projeto, reconhecido internacionalmente, está em expansão para outras comunidades alagoanas.

Entidade: Instituto Terra Viva/AL. Contatos: Fone: (82) 3313-0403 ou contato@terraviva.org.br

Agente de Ater: Jorge Izidro, técnico do Terra Viva contatos: Fone (82) 999618752 ou jorge.izidro@gmail.com

Agricultor familiar: *agricultores familiares do Assentamento Poço Salgado*. Contatos: (82) 99913-2460.

Localização: Assentamento Poço Salgado, em Santana do Ipanema, no território da cidadania Médio Sertão Alagoano.

Acesso ao projeto: www.mda.gov.br/sitemda/terraviva-agro

**COOPERATIVISMO E
ASSOCIATIVISMO –
ORGANIZAÇÃO RURAL**

Agraer/MS

“Sem acompanhamento, a Associação não teria se desenvolvido”

Os serviços de Ater empregados pela Agraer/MS junto a Alespana remontam ao início de suas atividades, em 2001. Naquela época, as reuniões eram realizadas sob a sombra de árvores e na casa dos apicultores em Aquidauana, distante 140 quilômetros da capital sul-mato-grossense, Campo Grande. Maria Silvana Veiga, presidente da associação, credita o sucesso do empreendimento ao trabalho da Agência. “Se não fosse o acompanhamento, não teríamos nos desenvolvido”, garante. “Precisamos de apoio para a gestão, beneficiamento e comercialização. Queremos produzir mais e com mais qualidade”.

O primeiro passo foi dado quando, em 2006, a Prefeitura doou terrenos e a Agraer/MS conveniou a construção do entreposto de mel, posteriormente ampliado com espaço administrativo. Na sequência, a sensibilização e emissão de DAP individual aos agricultores familiares associados e também de DAP jurídica, surgindo, assim, a primeira Associação Apícola enquadrada no Estado, em 2013. Vieram então a Inscrição Estadual e o Selo de Identificação da Agricultura Familiar (Sipaf). O crédito do Pronaf para custeio e investimento passou a ser liberado e a comercialização de mel ganhou espaço no Pnae e PAA.



Outro avanço ocorreu quando os apiários foram georreferenciados pela Agraer/MS, evidenciando o crescimento da Alespana, a essa altura já com 42 sócios (32 homens e 10 mulheres), espalhados por 13 municípios do Mato Grosso do Sul. Em 2015, foi fornecido o selo de Identificação Geográfica (IG) como Mel do Pantanal do Brasil. Ricardo Dias Peruca, técnico da Agência, explica que o mel produzido é diferenciado. “A apicultura é feita em áreas arrendadas e/ou cedidas nas fazendas pantaneiras, em locais preservados que possibilitam o aumento e a qualidade da produção”, explica.

Vera Lúcia, agente de Ater da Agraer/MS, informa que o Estado é o 10º maior produtor de mel do Brasil, sendo o 1º do Centro-Oeste, com 769 toneladas/ano, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A cultura média dos apicultores sul-mato-grossenses é de 15 quilos por colmeia/ano, enquanto, entre os associados da Alespana, a média chega a 27 quilos por colmeia/ano. A Agraer/MS também distribuiu kits para melhorar o beneficiamento da produção, com centrifugas, decantadores, refratômetro, máquina de sa-che, cilindro operculador, derretedor de cera, mesa desoperculadora, entre outros.

O aumento na produção – saindo de nove toneladas, em 2003, para 64, em 2014 – acarretou o ingresso no comércio atacadista, além do varejista e do mercado institucional. Mais uma vez, a Agência estava presente no momento da nova conquista: a obtenção do Serviço de Inspeção Estadual (SIE), que permitiu a comercialização para fora da fronteira de Aquidauana. A reformulação da logomarca dos produtos, o registro no Instituto Nacional da Propriedade Indústria (Inpi) e a reforma dos espaços físicos também estiveram sob acompanhamento direto da Agraer/MS.

Vera Lúcia finaliza explicando que a assistência da Agência acontece até hoje, de maneira individual e coletiva, por meio de cursos, feiras, congressos, visitas técnicas, demonstrações de métodos, reuniões participativas, palestras e excursões. Foram impressas também cartilhas e folhetos informativos.

“O aumento na produção – saindo de nove toneladas, em 2003, para 64, em 2014 – acarretou o ingresso no comércio atacadista, além do varejista e do mercado institucional.”





Ficha Técnica

Projeto: Alespana: uma prática associativista.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para acompanhar a Associação Leste Pantaneira de Apicultores (Alespana), assistindo na emissão de DAP, no acesso ao Pronaf, na inserção em programas de compras públicas, no Serviço de Inspeção Estadual, no acesso ao Selo de Identificação da Agricultura Familiar, entre outros.

Entidade: Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer/MS). Contatos: (67) 3321-1230 e anastacio@agraer.ms.gov.br

Agente de Ater: Vera Lúcia de Oliveira Golze. Contatos: (67) 3245 1993 ou vera_zoo@hotmail.com

Agricultores familiares: 42 famílias associadas da Alespana. Contatos: (67) 3241-3659 ou mariajosemel@hotmail.com

Localização: município de Aquidauana (MS).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/agraer-coop.

Emater/PR

“O Consórcio nasceu para inserir as cooperativas no mercado”

De uma necessidade a Emater/PR desenvolveu um projeto que agora dá mostras de se firmar também como oportunidade de negócios. A estratégia de criar um Consórcio Empresarial entre cooperativas da agricultura familiar visava, principalmente, atender aos mercados institucionais abertos pelos programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e de Alimentação Escolar (Pnae), tendo em vista a dificuldade de, individualmente, os empreendimentos darem conta da logística necessária e da produção em diversidade e volume de produtos demandados por municípios de grande porte, como a capital paranaense, Curitiba, por exemplo.

José Custódio, técnico da Empresa, explica que, embora na origem com objetivo específico, o projeto vem se consolidando enquanto instrumento para reduzir custos e elevar rendimentos. “A integração das cooperativas em consórcio foi a forma que encontramos para inseri-las no mercado”, afirma. A evolução dos trabalhos aponta para a relação completa dos empreendimentos, indo do beneficiamento conjunto da produção e da diminuição das perdas até a redução do gasto com transporte de frutas e hortaliças e a promoção de intercâmbio de saberes entre eles.

Em termos práticos, o Consórcio funciona em rede, a nível estadual, e conta com dez cooperativas associadas. A partir da cobertura das demandas do mercado institucional, a integração dos empreendimentos tornou-se o parceiro ideal para a iniciativa “Nossa Feira”, que a Prefeitura de Curitiba deseja desenvolver. “O projeto tem como objetivo a comercialização de frutas e hortaliça à população curitibana a um preço mais atrativo”, esclarece Custódio. O formato deveria abrigar um espaço único de venda, a preço único e controlado, com pauta mínima de oferta de produtos.

Graças à capacidade coletiva de produção, o Consórcio teve condições de assumir o compromisso com a “Nossa Feira”. Hoje, participa de dez feiras em diferentes bairros da capital paranaense, vendendo cerca de 10 toneladas por edição e oferecendo frutas e hortaliças a preço único de R\$ 1,79 o quilo. “A rentabilidade ao produtor é de 35% a 40% maior em relação à média comercializada através da Ceasa/PR”, confirma José Custódio. O próximo passo é ampliar a proposta do Consórcio para todo o Estado e servir de estímulo para a sua propagação pelo território nacional.

**“A integração das cooperativas em consórcio foi a forma que encontramos para inseri-las no mercado”...
...indo do beneficiamento conjunto da produção e da diminuição das perdas até a redução do gasto com transporte de frutas e hortaliças e a promoção de intercâmbio de saberes entre eles.**



“A rentabilidade ao produtor é de 35% a 40% maior em relação à média comercializada através da Ceasa/PR”.

39

Ficha Técnica

Projeto: Consórcio Empresarial entre Cooperativas da Agricultura Familiar.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para implantação do Consórcio Empresarial de Cooperativas da Agricultura Familiar, um modelo de gestão conjunto em oportunidade de negócio, aproveitamento de estrutura e aquisição de insumos, propiciando menos custo e mais rentabilidade.

Entidade: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR). Contatos: (41) 3250-2166 .

Autor: José Custódio Canto Guimarães Junior, técnico de organização rural. Contato: (41) 3250-2154 ou custodio@emater.pr.gov.br

Agricultores familiares: 2.500 associados a 10 cooperativas da agricultura familiar.

Localização: região metropolitana de Curitiba (PR).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerpr-coop.

“Sinto-me bem produzindo de forma agroecológica”

Os serviços de Ater da Emater/RO, contratados pelo MDA, assistem 1.250 agricultores familiares em transição agroecológica, entre eles 19 produtoras que integram a Associação das Mulheres Agroecológicas do Riachuelo (Amari), sediada em Ji-Paraná (RO). A agricultora Argentina de Souza relata que, alimentar a família com segurança e ainda comercializar o produto excedente, é “muito gratificante. Sinto-me bem produzindo de forma agroecológica”, diz Argentina. Já a Associada Sileia Guarniel alegra-se em produzir de forma agroecológica e coletiva, principalmente quando ao notar “a satisfação do consumidor” ao comprar alimentos bons, limpos, com critérios associativos de sua propriedade.

A Amari foi criada em 2011 e teve o acompanhamento da Emater/RO, especialmente na elaboração de estatuto social, para realização de cursos de associativismo, cooperativismo, homeopatia rural e produção orgânica e para assessoria na gestão da Associação. A metodologia é baseada no planejamento ascendente, com Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e formulação e Planos Operativos Anuais. “No decorrer do mês cada unidade familiar é visitada, pelo menos uma vez, pelas demais famílias. Nesta caminhada são socializados os métodos de produção”, explica Jurandy Batista de Mesquita, agente de Ater da Emater/RO.

Nos encontros, há intensa troca de conhecimento, material genético e até comercialização. A inovação tecnológica incorporada à produção também se destaca: adubação orgânica (biofertilizantes, compostagem, adubos verdes, fosfito); uso de plantio direto; emprego de inseticidas naturais; utilização de fungicidas naturais; controle homeopático agropecuário; e recuperação de mata ciliar, entre outros.

Em 2012, a Amari tornou-se Organização de Controle Social (OCS), reconhecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Os alimentos saudáveis da Associação, fruto do apoio técnico mensal por meio de visitas de campo e encontros em grupo, permitiram a melhoria na segurança alimentar das famílias e a comercialização em feiras locais e para o PAA. A organização das agricultoras criou o ambiente necessário para assumirem o papel de protagonistas, elevando a participação em outros espaços políticos, como sindicatos rurais e a Rede Agroecologia Terra Sem Males.

“Os alimentos saudáveis da Associação, fruto do apoio técnico mensal por meio de visitas de campo e encontros em grupo, permitiram a melhoria na segurança alimentar das famílias e a comercialização em feiras locais e para o PAA”.



“a satisfação do consumidor” ao comprar alimentos bons, limpos, com critérios associativos de sua propriedade.

Ficha Técnica

Projeto: Associação das Mulheres Agroecológicas, Cultivando a Vida e Vendendo Saúde.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para acompanhamento de empreendimento feminino da agricultura familiar, com foco na produção agroecológica, buscando o mercado privado e institucional - PAA.

Entidade: Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater/RO).

Contatos: (69) 3211.3734.

Agente de Ater: Jurandy Batista de Mesquita. Contatos: jjparana@emater-ro.com.br ou (69) 3421-1815.

Agricultor familiar: 19 integrantes da Associação das Mulheres Agroecológicas do Riachuelo (Amari).

Localização: Ji-Paraná/RO

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerro-coop.

“O Mais Gestão nos abriu a porta para o mercado”

O Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável – IDS/RN é uma instituição privada sem fins lucrativos que presta serviços de Ater para a Cooperativa dos Produtores do Novo Pingos (Coopingos), no âmbito do programa Ater Mais Gestão, do MDA. O objetivo é qualificar a organização da agricultura familiar e garantir o acesso a mercados institucionais, como o Pnae e o PAA. Lido assim, o texto soa burocrático, distante do dia a dia do meio rural brasileiro. Mas, quando Manoel Cristiano da Cunha, presidente da Coopingos, entra em cena, a história é arejada pela transformação ocorrida na vida das 50 famílias do Assentamento Novo Pingos, em Assú, distante 210 quilômetros da capital potiguar, Natal.

“Antes vendíamos R\$ 90 mil em alimentos para a Prefeitura Municipal”, relembra. “Hoje temos conhecimento de como participar das chamadas públicas e já assinamos contratos da ordem de R\$ 900 mil”. Ele comemora o crescimento de 1.000% em apenas dois anos, de 2013 para 2015, e emenda: “O Mais Gestão nos abriu a porta para o mercado, apesar do momento difícil com a falta de chuva”. O sofrimento daquele tempo, impactado pelo clima, aconteceu pela redução drástica da produção de castanha de caju, “carro chefe de comercialização da Cooperativa”, afirma Franciclaudio, técnico do IDS/RN.

Diante da problemática, o Instituto, ainda na fase diagnóstica, detectou que boa parte dos agricultores familiares assentados tinha produção de leite e vendia para outro empreendimento da região, a Cooperativa do Vale do Açú (Cerval). “A relação era meramente comercial”, ressalta Franciclaudio. Foi então que o IDS/RN, a Coopingos e a Cerval sentaram à mesa e negociaram uma parceria, acertando que os assentados beneficiariam o leite na agroindústria do laticínio da Cerval para fornecimento ao Pnae e ao PAA. Em contrapartida, a outra cooperativa também passou a fornecer para os programas.

O incremento da produção de leite e a transformação em bebida láctea e queijo exigiu maior grau de acompanhamento técnico por parte do Instituto, pois a Coopingos começou a fornecer também a outros municípios (como Itajá, Ipanguaçu e Paraú) e até para o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFB/RN), campus Apodi. “Eles precisaram, cada vez mais, se organizar enquanto empresa, necessitando de mais assessoria administrativa e contábil e de organização de seus cooperados”, pontua o técnico. A Coopingos passou a usar o Selo de Identificação da Agricultura Familiar (Sipaf), agregando valor ao produto.

A diversificação da produção do assentamento Novo Pingos gerou ainda a criação de um grupo de mulheres para elaboração de bolos, a partir do regufo da castanha (batoque). O produto figura entre as aquisições do Pnae.

“Antes vendíamos R\$ 90 mil em alimentos para a Prefeitura Municipal... Hoje temos conhecimento de como participar das chamadas públicas e já assinamos contratos da ordem de R\$ 900 mil”.



Ficha Técnica

Projeto: Assessoria de Ater à Cooperativa de Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Novo Pingos, Assú (RN), pelo Programa Ater Mais Gestão.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamento da Reforma Agrária para fortalecer a gestão e a produção de cooperativa da agricultura familiar, por meio do programa Mais Gestão, a fim de dinamizá-la para acesso a mercados institucionais.

Entidade: Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS/RN). Contatos: (83) 3576.8672

Autor: Frasnisc Claudio de Paula, técnico em cooperativismo. Contato (84) 99966-1632 ou sclaudio.admacao@gmail.com

Agricultor familiar: 50 famílias associadas à Cooperativa dos Produtores do Novo Pingos (Coopingos).

Localização: Assentamento Novo Pingos, no município de Assú (RN).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ids-coop.

**MERCADOS, GESTÃO
E ARRANJOS
PRODUTIVOS – FEIRAS**

“Nós recebemos o programa com as duas mãos: Graças a Deus”

O casal de agricultores familiares Jamil e Audinéia dos Santos sempre labutou no campo, em Urbano Santos, distante 280 quilômetros da capital maranhense, São Luís. Produzia milho, arroz, feijão e, sobretudo, mandioca. Renda pouca para escassa produção e diversificação. “A vida antes do projeto era devagar, trabalhava demais, forçava muito”, comenta ele. “Hoje, trabalho mais com a cabeça, cultivando na granja e na horta”. Ela, por sua vez, detalha os benefícios do programa de fomento Brasil Sem Miséria, acompanhado dos serviços de Ater da Cooprama/MA, e da comercialização dos produtos em feiras.

“Quando chegou o programa nós recebemos com as duas mãos: Graças a Deus. O que nós não tínhamos, agora nós temos: alimentação melhor, granja instalada, água em casa puxada pela bomba, horta produzindo e moto comprada”, resume Audinéia, ao relatar o que fazem quando alguém está “aperreado de dinheiro”: “Pega os frangos, bota na moto, vende rapidinho, chega em casa, pronto, melhorou tudo”. A família Santos e outras 304 atendidas pela Cooperativa participam, semanalmente, do projeto de comercialização “Brasil Sem Miséria é Brasil com Feira da Agricultura Familiar”.

“O que nós não tínhamos, agora nós temos: alimentação melhor, granja instalada, água em casa puxada pela bomba, horta produzindo e moto comprada”.



As feiras são organizadas nos municípios Urbano Santos, Chapadinha, Mapa Roma, Rio Preto e Belágua. Uma comissão com representantes das famílias, da sociedade civil, de entidades de Ater e das prefeituras fazem a gestão dos empreendimentos, enquanto as barracas e tendas foram obtidas por meio de parcerias locais. José de Ribamar, técnico da Coopama/MA, destaca a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural em todo o processo:

“A capacitação dos produtores, no que se refere ao custo de produção e comercialização, foi fator importante de motivação, uma vez que passaram a ter certeza do ganho auferido com o arranjo produtivo”, avalia. Desde as primeiras, as feiras tiveram forte marketing nos dias anteriores a sua realização, com divulgação via web, carro de som, rádio e outdoor a destacar a variedade de produtos: verdura, fruta, grão, ovo, ave, mel, queijo, manteiga, nata, requeijão, doce em conserva, compota de pimenta, bolo, biscoito, bombom, cuscuz, beiju, animal vivo de pequeno e médio porte e artesanato.

As feiras da agricultura familiar, promovidas pela Cooprama/MA, são organizadas em locais de fácil acesso, com ampla circulação de pessoas, ao ar livre e durante o dia. Cada uma delas conta com sete alas: hortifrutigranjeiros; derivados do leite; conservas e alimentos caseiros; lanches; produtos animais; artesanato; e Espaço Meu Mundo Infantil. Este último, segundo Audinéia Dutra, propicia “momento lúdico para as crianças, associando a ida a uma feira livre como uma coisa boa, prazerosa”. Há ainda espaço para apresentações culturais, como as tradicionais bandas de forró pé-de-serra.

O casal Jamil e Audinéia vendem nas feiras frango caipira, pimenta in natura, hortaliça e geleia de pimenta. Agora querem entrar na psicultura, sempre orientados pelos extensionistas da Cooperativa, que no passado orientaram a família a criar aves e implantar horta, com aproveitamento do esterco como adubo. A situação melhorou de tal forma que o filho mais velho retornará de São Luís, onde trabalha como mecânico de automóveis, para trabalhar no campo com a família.

“A situação melhorou de tal forma que o filho mais velho retornará de São Luís, onde trabalha como mecânico de automóveis, para trabalhar no campo com a família.”

Ficha Técnica

Projeto: Ater e Desenvolvimento Sustentável: mercados, gestão e arranjos produtivos/feiras

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para criação de feiras como espaços dinâmicos de comercialização, convívio social e estímulo à geração de renda para agricultores familiares beneficiados pelo programa Brasil Sem Miséria, com organização baseada na participação direta da sociedade civil.

Entidade: Cooperativa dos Profissionais Autônomos do Estado do Maranhão (Cooprama/MA). Contatos: (98) 3221-1453 ou cooprama.ma@yahoo.com.br.

Autores: Suzi Kelly Varella, diretora geral da Cooprama. Contato: (98) 3304-9075 ou (98) 90816-03799

Agricultor familiar: 305 famílias, entre elas a do casal Jamil Oliveira dos Santos e Audinéia Dutra dos Santos.

Localização: município de Urbano Santos, no território da cidadania do baixo Parnaíba (MA).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/cooprama-ma.

“Visitar a feira e ouvir um ‘muito obrigado’, faz tudo ter valido a pena”

Um dos maiores orgulhos do extensionista da Emater/RO Johnnescley Anes de Moraes é ir à Feira Sabor do Campo, instalada quinzenalmente no Centro Gerencial da Empresa, na av. Farquar nº 3.055, Panair, em Porto Velho (RO). Quem vê, a princípio, não entende o porquê, afinal é uma feira como as demais: hortifrutigranjeiros e artesanatos, expostos em estandes. Uma pista está na inscrição do banner erguido na entrada: “Feira dos Agricultores dos Reassentamentos”. Ele conta que o projeto recuperou a cidadania daquelas famílias, virando “exemplo”, após tudo que passaram para chegar até ali.

“Visitar a feira como consumidor, rever amigos e sempre ouvir um ‘muito obrigado’, faz tudo ter valido a pena”, emociona-se o extensionista. Para entender a comoção, é preciso voltar no tempo. Ano: 2011. Local: a capital rondoniense. Construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio para geração de 3,5 mil megawatt de energia, suficiente para abastecer 45,6 milhões de pessoas. Um dos desafios: realocar 400 agricultores familiares atingidos diretamente, que viviam às margens do Rio Madeira. Solução: a contratação de serviços de Ater para acompanhar as famílias por três anos, até 2014.

A superação do desafio coube a Emater/RO, contratada pelo consórcio Santo Antônio Energia. A Empresa reuniu equipe multidisciplinar, formada por engenheiros agrônomos, veterinários, técnicos agropecuários para garantir, de um lado, assistência de qualidade para a produção vegetal e animal e, de outro, extensão rural focada no social, trabalhando gestão da propriedade, segurança alimentar, fabricação de alimentos processados. “As ações foram executadas em reuniões e oficinas com as famílias reassentadas, buscando interiorizar a teórica e a prática”, lembra Johnnescley.

Segundo ele, o projeto incentivou a produção diversificada, a implantação de horta doméstica e a criação sustentável de peixe, com a reutilização de água para irrigar pomares. Foi dada atenção especial às mulheres, com treinamentos para artesanato, organização de espaço em feiras e apresentação de produtos para comercialização; e aos adolescentes, oficinas sobre o trabalho familiar, aproveitamento de descartáveis e cuidados com horta. Pronto: começava o cultivo, acompanhado pela Ater e com o fornecimento de insumos, calcário e adubo. “A paisagem dos lotes mudou”, alegra-se o extensionista.

“O projeto recuperou a cidadania daquelas famílias, virando exemplo, após tudo que passaram para chegar até ali.”

Porém, havia uma dificuldade maior a superar. Somente as plantações e os treinamentos não seriam capazes! "O processo de mudança e ocupação foi doloroso, uma vez que a lembrança não é algo para se mensurar e ser indenizado", avalia Johnnesley. "Mesmo com a estrutura para receber as famílias e o apoio das ações de Ater da Emater/RO, as famílias precisavam mais do que dinheiro ou qualquer outra coisa. Elas precisavam de esperança e de ter a certeza de que a mudança seria melhor para suas vidas", completa.

Do cultivo familiar à comercialização, residiu nova adversidade: a distância de 40 quilômetros entre os reassentamentos e Porto Velho, município apropriado para o ponto de venda. Em 2013 e 2014, o transporte dos agricultores e da produção foi executado pela parceria Emater/RO e Santo Antônio Energia. E, após esforço de várias reuniões, houve acordo entre todos para fazer pelo menos uma tentativa de venda na capital. O sucesso pode ser traduzido nos números: renda média de R\$400,00/família, movimentando mais de R\$ 8 mil. A partir dali, a Feira Sabor do Campo nunca mais deixou de acontecer.

Inicialmente, era mensal. Após um ano, quinzenal. A aplicação de questionário aos clientes transformou-se em importante ferramenta de aperfeiçoamento aos feirantes, alvo de oficinas da Emater/RO. A satisfação foi crescendo, pois os produtos foram sendo diversificados, a qualidade melhorada e os preços adaptados. Então, como já se esperava, nova barreira ia se aproximando: como continuar com a feira de maneira sustentável e independente, após o prazo de vigência do projeto. No fim de 2014, realizou-se o Seminário de Avaliação da Feira Sabor do Campo.

Hoje, 40 famílias de agricultores comercializam de maneira permanente, gerando R\$ 56 mil/mês. Fixou-se o transporte das mercadorias até o Centro Gerencial da Emater/RO, de quinze em quinze dias, e os agricultores fazem o trajeto por conta própria. A ação se sustenta sozinha, com os apoios configurados enquanto política pública estável: transporte e local de venda. O casal José Dantas e Maria José tem nos produtos da feira a principal fonte de renda e, em pouco mais de um ano, financiou veículo utilitário, pelo Pronaf. Do mesmo modo, Antônio Paixão comprou carro para deslocar a produção de banana e limão.



“O processo de mudança e ocupação foi doloroso, uma vez que a lembrança não é algo para se mensurar e ser indenizado... Mesmo com a estrutura para receber as famílias e o apoio das ações de Ater da Emater/RO, as famílias precisavam mais do que dinheiro ou qualquer outra coisa. Elas precisavam de esperança e de ter a certeza de que a mudança seria melhor para suas vidas”.

Ficha Técnica

Projeto: Feira Sabor do Campo: caminho socioeconômico para as famílias reassentadas de Porto Velho (RO)

Resumo: Assistência Técnica e Extensão rural a agricultores familiares buscando auxiliar o retorno de famílias que deixaram suas casas após a construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, ao mercado de alimentos.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater/RO). Contatos Fone (69) 3211-3734.

Agentes de Ater: Johnnesley Anes de Moraes, Larissa Cristina Duarte e Silva, Marcos Antônio Ribeiro Machado, Josciney Viana de Faria, Greice Kelly de Sousa Oliveira, Janderson Rodrigues Dalazen e Poliane Moreira Oliveira, técnicos da Emater/RO. Contatos: Fone (69) 3211-3773.

Agricultores familiares: 400 agricultores familiares

Localização: reassentamentos São Domingos, Riacho Azul e Novo Engenho Velho (localizados na margem esquerda do rio Madeira) e Morrinhos e Santa Rita (na margem direita), em Porto Velho (RO).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerro-mf



Eixo 2
NOVA ATER

GESTÃO DE ATER

“Resolvemos situações locais a partir de experiências relatadas na rede”

A Emater/MG apresenta números impactantes sobre a participação da agricultura familiar nos chamados mercados institucionais. Anualmente, 12 mil famílias comercializam para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e 8 mil para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, em média. Desde 2010, a Empresa elegeu a temática como prioridade e instituiu a Rede Estadual de Coordenadores Técnicos Regionais de Apoio e Gestão dos Programas, composta pelas representantes de cada uma das 32 unidades descentralizadas e da sede. “A rede se apoia no princípio da comunicação integrada e horizontalizada e na troca de saberes”, ressalta Ademar Moreira, coordenador estadual da Empresa.

Dario Maia Miranda, coordenador da regional de Diamantina, é testemunha da contribuição que a Rede tem dado ao trabalho diário. “Ajudou-me na atualização das informações, que passam a ser imediatas, e na resolução de várias situações locais, a partir das experiências relatadas pelos colegas”, aponta. Esmeralda Marques, de Januária, cita cada um dos benefícios: “Informações na ‘hora’, atualizadíssimas; oportunidade de sermos os primeiros a dispor desse ‘saber’; e o fazer acontecer tornou-se mais fácil, devido apoio e feedback”. O resultado é o crescimento da cadeia de comercialização.

Antes, as atividades extensionistas acerca do PAA e Pnae aconteciam de maneira fragmentada, a depender de reuniões presenciais, elevando o custo logístico com viagens. Hoje, até mesmo sugestões para o aprimoramento dos programas nos níveis municipal, estadual e federal estão sendo encaminhadas a partir de Minas Gerais. O projeto surgiu após participações da Emater/MG na Rede Nacional de Comercialização dos Produtos e Serviços da Agricultura Familiar (Recaf), coordenada pelo MDA, e com a inserção do PAA e Pnae como metas estratégicas da Empresa, a partir de 2009 e 2010, respectivamente.

“A comunicação na Rede se dá basicamente por meio de e-mail, telefone, web-conferência e eventos presenciais ocasionais, onde ocorrem a divulgação de alterações legais dos programas, trocas de experiências, discussões sobre problemas e dificuldades no acompanhamento pelos coordenadores regionais”, explica Ademar Moreira. A Rede tem enfoque multidisciplinar, pois envolve extensionistas de diferentes formações técnicas, e intercultural, uma vez que agrega representações de todas as regiões do Estado. “Isso confere maior eficiência e riqueza de saberes em favor da gestão interna”, observa.

Os resultados da criação da Rede permitiram ainda uma estreita relação entre os coordenadores regionais do PAA e Pnae na Emater/MG com os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) e outros parceiros, como a rede socioassistencial local, prefeituras municipais e órgãos educacionais municipais e estaduais. Gerou ainda a criação de um Grupo de Trabalho, formado pelas secretarias estaduais de Educação e de Desenvolvimento Agrário e a Emater/MG, para dar andamento e melhoria na execução da compra de alimentos da agricultura familiar.

“A rede se apoia no princípio da comunicação integrada e horizontalizada e na troca de saberes”.



Anualmente, 12 mil famílias comercializam para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e 8 mil para o Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, em média.

Ficha Técnica

Projeto Rede Coordenadores Técnicos Regionais de Apoio à Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural estruturada num modelo de socialização de informações sobre o PAA e o Pnae, para ampliação do acesso pela agricultura familiar, e otimização, integração e agilidade da ação extensionista e melhoria.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG). Contatos: (31) 3349-8120

Agente de Ater: Ademar Moreira Pires, coordenador estadual da Emater/MG. Contatos: (31) 3449-8051 e ademarpires@emater.mg.gov.br.

Agricultores familiares: que comercializam para o PAA e o Pnae em Minas Gerais.

Localização: Estado de Minas Gerais.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematermg-ga.

“Não dá para o agricultor familiar ficar sem Ater”

José Carlos André é presidente da Cooperativa dos Produtores de Leite do Território Entre Rios (Coopeler), que reúne agricultores familiares paranaenses. Ele é contundente ao valorizar os serviços de Ater para a produção no campo. “Não tem como viver sem assistência, porque, em qualquer atividade, se ficar parado em termos de tecnologia, vai morrer”, avalia. A importância do programa Leite Mais, da Emater/PR, pode ser dimensionado pelos cálculos de José. “Nós temos 1/3 dos cooperados assistidos pelo programa, e esse 1/3 é responsável por 60% da nossa captação de leite”, compara.

O projeto do Instituto é desenvolvido desde 2009, por meio de parcerias público-privadas. Os 132 pecuaristas familiares assistidos, se não participantes de Cooperativas, beneficiam o leite em laticínios particulares conveniados. Joaquim Martins, engenheiro da Emater/PR, explica que o objetivo do Leite Mais é elevar a produtividade e a renda de maneira sustentável, o que, de fato, vem ocorrendo. De 2009 a 2013, a produção média cresceu de 120 para 168 litros/dia e, entre a safra 2006/2007 e 2011/2012, a criação eficiente de bezerras e novilhas saltou de 15 para 23 vacas ordenhadas (crescimento de 53%).

Os serviços de Ater aplicados pelo Leite Mais acontecem em visitas periódicas e agrega viés sociocultural. Martins explica: “O fato de o produtor receber mensalmente o técnico na propriedade faz com que ele seja estimulado a aplicar as recomendações técnicas repassadas no mês anterior, ao mesmo tempo em que passa a cobrar mais empenho dos técnicos durante as visitas”. A metodologia é referenciada pelo Projeto Redes de Referências para a Agricultura Familiar (Projeto Redes), adaptado da França, segundo o qual é transferida somente tecnologia viável para a produção.

O projeto é uma realização da Emater/PR e do Instituto Agrônomo do Paraná (Iapar), sob execução da Cooperativa de Trabalho de Assistência e Extensão Rural (Coopermais). O engenheiro discorre, tecnicamente, sobre como é efetivado o acompanhamento de Ater junto aos agricultores familiares:

“O programa Leite Mais adota de forma sistêmica o modelo descrito pelo Projeto Redes, obedecendo ao seguinte itinerário técnico: planejamento forrageiro de verão e inverno, produção de forragens com qualidade, conforto animal, nutrição de precisão, controle reprodutivo, sanidade, criação de bezerras, qualidade do leite, adequação ambiental e gestão de indicadores técnicos e econômicos; mediante a prestação de assistência técnica realizada de um modo personalizado por dois profissionais, um da área de produção animal e outro de produção vegetal, que após treinamento ministrado pelos pesquisadores do Iapar, realizam visitas mensais às propriedades, com duração de meio período e de forma alternada entre ambos (num mês a propriedade é visitada por um engenheiro agrônomo e no mês seguinte por um médico veterinário).

Durante a visita são executadas as seguintes atividades: avaliação das condições produtivas e mensuração da disponibilidade de pastagens, avaliação das condições produtivas das áreas de produção de volumosos de inverno, atribuição de escore de condição corporal (ECC) ao rebanho, avaliação das condições sanitárias do rebanho, avaliação da higiene das instalações e equipamentos, realização do balanceamento individual das vacas, monitoramento da pesagem das bezerras/novilhas e ajuste da quantidade de ração, transferência para a ficha do animal das anotações feitas pelo produtor, diagnóstico de prenhez, anotação das recomendações no caderno apropriado, acompanhamento da rotina de ordenha sempre que necessário, e entrega ao produtor do calendário de visitas para o próximo mês.

Não tem como viver sem assistência, porque, em qualquer atividade, se ficar parado em termos de tecnologia, vai morrer”.

Por parte dos produtores assistidos são previstas as seguintes atividades: pesar a produção de leite de cada vaca um dia antes da visita, passar a fita de pesagem nas vacas lactantes, efetuar o registro de eventos reprodutivos e sanitários em quadros a serem afixados na sala de ordenha, separar os animais que necessitam de avaliação/diagnóstico reprodutivo e/ou sanitário, e registrar as receitas e despesas no caderno apropriado.

Merece ser destacado que a estratégia técnica do programa está voltada para a produção de leite em pasto, como forma de possibilitar ao produtor um menor custo de produção durante a primavera-verão, em função da redução da despesa com alimentação. Para isso, o produtor assistido recebe orientações quanto a divisão racional das áreas em piquetes e a distribuição racional de água para o rebanho, bem como quanto a adequação da carga animal ao potencial produtivo das forrageiras (taxa de lotação por área), evitando o superpastejo e, conseqüentemente, a degradação das pastagens”.



Os serviços de Ater aplicados pelo Leite Mais acontecem em visitas periódicas e agrega viés sociocultural.

Ficha Técnica

Projeto: Programa Leite Mais (Modelo de Assistência Técnica e Intensificação Sustentável)

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural no âmbito do programa Leite Mais para aumentar, de maneira sustentável, produtividade, qualidade e rentabilidade da atividade leiteira pela agricultura familiar, por meio da prestação de orientação técnica personalizada.

Entidade: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater/PR). Contatos: (41) 3250-2100.

Gestor de Ater: Joaquim Rocha Martins - Contatos: (44) 3621-3250, 8403-0931 e joaquimmartins@emater.pr.gov.br.

Agricultor familiar: 132 produtores de leite.

Localização: 20 municípios das regiões administrativas de Campo Mourão, Cianorte, Paranavaí, Toledo e Umuarama (PR).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerpr-ga.

“Temos que trazer benefício ao agricultor familiar e motivá-lo”

As 28 famílias da comunidade rural de Barra Mansa, em Canoinhas, distante mais de 350 quilômetros da capital catarinense, Florianópolis, se mobilizaram para solucionar o problema da falta permanente de água, mesmo estando próximo ao rio Bica de Pedra. Procuraram o escritório local da Epagri/SC e tiveram início os serviços de Ater na localidade, articulando a organização dos agricultores familiares e a participação de parceiros institucionais. “Realizamos reuniões e trabalhamos a motivação das pessoas”, aponta Juliano Oliveira, extensionista da Empresa.

Ele explica que individualmente os agricultores pouco poderiam fazer, mas, juntos, seria diferente. A Epagri/SC acionou recursos do Programa SC Rural, que dispõe de até R\$ 1,2 mil por família, para melhorias ambientais em bacias hidrográficas do Estado. O investimento serviu para a instalação do Sistema de Captação e Distribuição de Água no rio Bica de Pedra, que integra o curso do rio Timbó. “Os agricultores ficaram responsáveis pela implantação: captação de água, com a colocação das mangueiras, construção do local para abrigar as caixas d’água e a distribuição para as casas”, explica.

O sistema também abasteceu continuamente a Escola Municipal Evaldo Dranka, local onde a maioria dos filhos dos agricultores estuda. A Epagri/SC coordenou a operação, desde o levantamento de campo até as instalações. Juliano Oliveira destaca o papel do extensionista e da Empresa: “Como entidade pública, temos que favorecer uma melhor qualidade de vida para o nosso produtor rural, por mais simples que seja a ação, mas que traga benefício. Temos que motivá-lo a realizar”. Em Canoinhas, onde a agricultura familiar é o alicerce econômico, as benfeitorias foram muito bem-vindas.

Anteriormente, o Sistema de Captação e Distribuição de Água havia chegado a outras 25 famílias da comunidade Barra Mansa. Para 2016, a expectativa da Epagri/SC é de que dois novos grupos de agricultores familiares sejam formados, atendendo mais 40 famílias com água em qualidade e quantidade suficiente para todo o ano.

“Como entidade pública, temos que favorecer uma melhor qualidade de vida para o nosso produtor rural, por mais simples que seja a ação, mas que traga benefício. Temos que motivá-lo a realizar”.



Ficha Técnica

Projeto: Grupo de distribuição de água do rio Bica de Pedra

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural, em comunidade rural, para captação e distribuição de água, em quantidade e qualidade necessárias para o consumo e a produção de alimentos por agricultores familiares.

Entidade: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri/SC). Contatos Fone: (48) 3665-5006.

Agente de Ater: Juliano de Oliveira – Contatos: (47) 3627-4093 ou julianooliveira@epagri.sc.gov.br

Agricultor familiar: 28 famílias.

Localização: Comunidade rural de Barra Mansa, em Canoinhas (SC).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/epagri-ga

“O Sistema constitui retratos fiéis da realidade da Reforma Agrária”

A agricultora familiar assentada Leci Pereira, de Candiota, distante 400 quilômetros da capital gaúcha, Porto Alegre, não percebia utilidade na insistência do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - Incra em coletar dados. Vez por outra, lá vinha o agente de Ater com prancheta em mãos em busca de informações, preenchendo extensos formulários. “Só começamos a entender a importância quando os técnicos passaram a apresentar e discutir com as famílias os resultados encontrados e definir nossas prioridades, levando em consideração a realidade da região”, pondera.

Neste momento, notou outra serventia relevante. “Quando nos reunimos com a Prefeitura para reivindicar alguma coisa, sempre temos em mãos os dados dos assentamentos”, observa. A diferença entre as visões de Leci é explicada pela Superintendência do Incra no Rio Grande do Sul. Ele comenta que, desde 2004, os esforços na captação de dados esbarravam na subjetividade das perguntas e na falta de sistematização. “As equipes executoras acabavam coletando as informações apenas para cumprir metas, até porque elas eram especificamente para a coleta e não incluía a análise”, sublinha.

Em 2012, por outro lado, surgiu o Sistema Integrado de Gestão Rural da Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Sigra), desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Trata-se de plataforma online que abriga a base cadastral dos assentamentos gaúchos da Reforma Agrária, dividido por núcleo familiar e unidade de produção. “A partir do cruzamento de variáveis, o sistema disponibiliza um conjunto de informações qualificadas, com o objetivo de instrumentalizar o processo de planejamento e acompanhamento das ações de assessoria”, resalta Eduardo Miotto, assessor técnico UFSM/Incra .

A atualização do Sigra é anual e reúne tabulações georreferenciadas para consulta instantânea de, por exemplo, quem são os assentados (idade, sexo, escolaridade, doenças, etc.), como vivem (moradia, saneamento), como são os lotes (distância da sede do município, estrada de acesso, acesso a água), o que produzem (culturas, criações processamento) e como produzem (máquinas, instalações, manejos). Uma das facilidades do sistema é a permissão para coleta de dados na função off line, sendo a exportação das informações realizada em momento posterior. O uso do papel deixa de ser necessário.

“O Sigra constitui retratos fiéis da realidade da Reforma Agrária no Rio Grande do Sul”, destaca Pedro Selvino, professor da UFSM. “Se antes o problema residia na disponibilidade e na sistematização dos dados, agora o desafio está na interpretação e análise”. A extração dá conta de informações de 11,4 mil famílias gaúchas, em níveis estadual, regional, municipal, por assentamento ou unidade familiar. Em Santa Catarina, para onde a tecnologia já foi exportada, há 5,4 mil famílias no banco. O sistema vem sendo implantado também no Acre, Paraná e Pernambuco. Em âmbito municipal, o projeto piloto acontece em Chiapeta (RS).

“Só começamos a entender a importância quando os técnicos passaram a apresentar e discutir com as famílias os resultados encontrados e definir nossas prioridades, levando em consideração a realidade da região”.



Ficha Técnica

Projeto: Sistema Integrado de Gestão Rural da Ates (Sigra)

Resumo: Desenvolvimento de sistema informatizado para auxiliar o planejamento e monitoramento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural em acampamentos da Reforma Agrária, no Rio Grande do Sul. A tecnologia já chegou a outros quatro estados.

Entidade: Superintendência Regional do Incra no Rio Grande do Sul (SR 11) – contatos: (51) 3284-3309/3311. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – contatos: (55) 3220-8000.

Gestor de Ater: Luiz Eduardo A. do Carmo, assessor técnico UFSM/Inkra (contatos: abbady@ibest.com.br), Eduardo Miotto Flech, assessor técnico UFSM/Inkra (contatos eduardoflech000@yahoo.com.br), Gustavo Friedrich, assessor técnico UFSM/Inkra (contatos gnfriedrich@hotmail.com), Pedro Selvino Neumann, professor da UFSM (contatos neumannsp@yahoo.com.br) e Marco Antônio V. Filho, professor da UFSM (contatos marcoavf@hotmail.com).

Agricultores familiares: 11,4 mil assentados gaúchos cadastrados no Sigra.

Localização: Rio Grande do Sul e expansão para outros estados.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/sigra-ae.

“Chamada Pública de Ater: oportunidade para fortalecer experiências agroecológicas”

Desde 1993, o Centro Sabiá promove a agricultura familiar nos princípios da agroecologia, em Pernambuco. A Chamada Pública de Ater realizada pelo MDA e Incra, em 2013, chamou a atenção da entidade pelo objetivo de “consolidar e ampliar os processos de transição agroecológicas já existentes” em comunidades rurais. O interesse cresceu pela execução do projeto em três anos e pelo público a ser atendido, formado por agricultores familiares, incluindo povos tradicionais (quilombolas e pescadores artesanais) e assentados da Reforma Agrária, com o mínimo de 50% de mulheres e um olhar também para a juventude.

Alexandre Pires, coordenador-geral do Centro Sabiá, explica que o conjunto desses fatores resultou na participação da entidade na aplicação dos serviços de Ater em três lotes, distribuídos nas regiões pernambucanas do Agreste, Sertão do Pajeú e Zona da Mata Sul, totalizando trabalho junto a 2.850 famílias. “A Chamada Pública é também uma oportunidade para o fortalecimento de centenas de experiências de base agroecológica em curso e para aquelas que estão em algum estágio de transição”, completa. A experiência sistematizada até aqui compreende o período do primeiro ano de atividades, entre 2014 e 2015.

Nos primeiros sete meses, o Centro Sabiá selecionou e mobilizou as famílias. Alexandre conta que a fase inicial do projeto serviu para apresentar as ações para reflexão dos agricultores e permitir que a decisão ocorresse de “forma voluntária”. Os movimentos aconteceram individualmente (para caracterizar a unidade produtiva) e coletivamente (para gerar análise regional). A entidade também articulou parceiros institucionais locais, como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, as Secretarias Municipais de Agricultura, os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e o Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA).

“Tais ações culminaram com planejamentos municipais e territoriais, onde foram desenhados, juntamente com as famílias e a partir das demandas das mesmas, o que será objeto de trabalho nos demais anos do projeto”, ressalta o coordenador. Ele acrescenta que alguns entraves foram superados, como a resistência de algumas famílias na expectativa de “ganhar” algo imediatamente e a manipulação do questionário e do Sistema Informatizado de Ater (Siater), bem como a prestação de contas para a “liberação dos recursos”. “De forma geral, percebe-se que a experiência serve como norteadora para a Gestão da Nova Ater”, resume.

Há forte expectativa dos agricultores familiares para os próximos dois anos dos serviços do Centro Sabiá. Maria José, agricultor do município de Tamandaré, destaca que as reuniões iniciais sempre são animadas e que tem aprendido coisas novas sobre agricultura. “Participar de um projeto como este, está sendo muito gratificante, pois nunca tive a oportunidade de participar de algo assim”. Já Lucas, de Taquaritinga do Norte, afirma que “esta forma de construir o processo de transição agroecológica é importante, sobretudo porque garante a participação de jovens agricultores”.

“esta forma de construir o processo de transição agroecológica é importante, sobretudo porque garante a participação de jovens agricultores”.



Ficha Técnica

Projeto: Ater para Agroecologia. Caminhos para a Sustentabilidade no Agreste, Sertão do Pajeú e Zona da Mata Sul

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural, contratada via Chamada Pública do MDA, para desenvolvimento de transição agroecológica a agricultores familiares, bem como para promover sua organização. O projeto está em seu primeiro ano de execução, para o qual estão previstos três anos.

Entidade: Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá. Contatos Fone: (81) 3223-3323 3223-7026 ou sabia@centrosabia.org.br

Gestores de Ater: Aniérica Almeida dos Santos - Contatos Fones (81) 3223-7026 ou (81) 3678-1266

Ewerton Gustavo França - Contatos (81) 3223-3323

João Alberto Lima de B. Filho - Contatos (81) 3223-7026

Agricultor familiar: 2.850 famílias pernambucanas.

Localização: Zona da Mata, Agreste e Sertão do Pajeú (PE)

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/sabia-ga

METODOLOGIAS DE ATER

“Construímos conhecimento e nos fortalecemos enquanto jovens”

Alzeildes Rodrigues, produz hortaliças na propriedade da família em Bodocó, distante 645 quilômetros da capital pernambucana, Recife. Ela comercializa os produtos em feiras regionais e faz parte do projeto de convivência com o semiárido do Centro Caatinga/PE, pelo qual é responsável por ação educativa junto a 30 famílias, em encontros mensais. Suzana, também jovem Agente Promotora de Agroecologia (APA), diz que “o trabalho é importante porque construímos conhecimento e nos fortalecemos enquanto jovens agricultores”.

A agricultora Maria do Carmo atua no município onde mora e fala um pouco mais sobre as reuniões que organiza junto com o Centro Caatinga: “Nos momentos com as famílias, discutimos sobre inseticidas naturais, manejo do solo, a importância da produção diversificada para o próprio consumo e para comercializar e a questão da água de qualidade para beber e cozinhar”. Maria do Carmo, Suzana e Alzeildes são três dos 25 jovens participantes do projeto que mobiliza, ao todo, 750 famílias de sete municípios do Território da Cidadania Sertão do Araripe (PE).

Irlania, técnica do Caatinga/PE, conta que os jovens recebem formação continuada (cursos, encontros, intercâmbios) para atuarem no assessoramento às famílias. “O objetivo é mobilizar a juventude para construir conhecimento no seu agroecossistema familiar e na sua comunidade”, ressalta. As reuniões mensais são mobilizadas por eles e tem a presença de líderes comunitários e técnicos de Ater. Segundo Alzeildes, a “interação partilhada de saberes” é o ponto alto do projeto. “A troca de experiências permite o avanço no desenvolvimento de propostas de desenvolvimento sustentável”, avalia.

O projeto vê como central o empoderamento da juventude rural ao introduzir novas dinâmicas ao seu dia a dia, como outra visão sobre o lugar onde moram, diferentes maneiras de comunicação social e formas de trabalhar a agricultura familiar de base agroecológica. “Acreditamos que o projeto se fundamenta num referencial metodológico que conjuga a formação produtores, Agentes Promotores de Agroecologia e técnicos”, traz Maria do Carmo. “A principal ação é estimular processos alternativos de assistência técnica, com base na agroecologia e convivência com o Semiárido brasileiro”, completa.

A técnica aponta ainda algumas estratégias metodológicas complementares: articulação do conhecimento científico ao saber tradicional para a criação de nova tecnologia, desenvolvimento de sistema de comercialização comunitário e solidário, promoção da equidade de gênero, geração e etnia e organização autônoma das famílias agricultoras.

“Nos momentos com as famílias, discutimos sobre inseticidas naturais, manejo do solo, a importância da produção diversificada para o próprio consumo e para comercializar e a questão da água de qualidade para beber e cozinhar”.

“O objetivo é mobilizar a juventude para construir conhecimento no seu agroecossistema familiar e na sua comunidade”.



64

A “interação partilhada de saberes” é o ponto alto do projeto. “A troca de experiências permite o avanço no desenvolvimento de propostas de desenvolvimento sustentável”.



Ficha Técnica

Projeto: Juventude rural construindo conhecimento no sertão do Araripe.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural que conjuga a formação da juventude rural ao assessoramento técnico a agricultores familiares, ao transformar jovens em multiplicadores de práticas agroecológicas e empoderá-los com novos conhecimentos.

Entidade: Cento de Assessoria e Apoio a Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas, (Caatinga/PE) - Contato: (87) 3874-1258

Agentes de Ater: Irlania de Alencar Fernandes - Contato: (87) 9999-53664

Agricultor familiar: 750 famílias do Território da Cidadania Sertão do Araripe (PE).

Localização: Municípios no Território da Cidadania Sertão do Araripe (PE).

Acesso projeto: www.mda.gov.br/sitemda/caatinga-ma

“Pensava em desistir da atividade rural”

O relato da agricultura familiar Maria Izabel Alves, de Avaré, distante 270 quilômetros da capital paulista, São Paulo, reforça bem o sentimento no campo quando o produtor vive no isolamento, sem serviços de Ater e preso na mão de revendas agropecuárias. “Estava desanimada com a baixa produtividade da horta e o alto custo dos insumos. Pensava em desistir da atividade rural”, conta. A alternativa da equipe da Cati/SP foi adotar uma metodologia de trabalho, em linguagem clara, que aliasse conhecimento científico-acadêmico ao saber popular, para a aplicação da informação na realidade.

Sérgio Augusto Faria, engenheiro agrônomo da Cati/SP, explica que a Coordenação estabeleceu, em 2014, parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, campus municipal, para o início da transição agroecológica rural, dispondo de dois mecanismos – serviços de Ater e aprendizagem junto ao Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica (NEA) – para o atendimento ao agricultor familiar. “Utilizamos a metodologia de Visita dos Pares”, explica o profissional, “onde ocorre visitação periódica nas propriedades dos participantes, com a presença dos demais, de técnicos e consumidores”.

Um dos integrantes da família de quatro agricultores de Avaré recebeu bolsa de estudo do NEA/IFSP, via Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). “A entrada no projeto mudou minha vida. Usando a palha, a muda alta e o ‘bio’, consigo colher frutas, legumes e verduras saudáveis, gastando menos”, alegre-se Maria Izabel. “Além disso, fico tranquila ao saber que a clientela consome produtos sem resíduo de veneno”, completa. Quem descreve a eficiência das três práticas citadas, concebidas ao longo de 20 anos de atuação, é o próprio Sérgio Faria:

“O sistema de produção denominado PMB (Palha, Mudas Altas e Biofertilizante) consiste no plantio direto sem utilização de herbicidas, acrescentando palha sobre o solo, e uso de mudas mais altas, o que reduz a incidência de pragas e doenças e diminui a área de cultivo. Para a adubação, tanto em plantio como em cobertura, é utilizado o biofertilizante, feito com recursos da própria unidade de produção. O uso de palha melhora as condições do solo, além de reduzir o trabalho devido à diminuição da capina e a redução do uso de água. A economia pode ultrapassar 70%”, sintetiza o agrônomo.

Segundo ele, o sistema PMB foi desenvolvido a partir das tecnologias de “compostagem laminar, Pastoreio Racional Voisin (também conhecido pela sigla PRV), plantio direto e uso de brocas d’água em formação de parreirais”. E rendeu bons frutos pois a “metodologia Visita dos Pares é participativa, com enfoque multidisciplinar e intercultural”, ocasionando as visitas entre produtores no prazo máximo de um ano, entre uma e outra. Os produtos dos quatro agricultores familiares obtiveram o credenciamento de orgânico, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em 2015, aconteceram dois Dias de Campo, aberto a interessados.

A agricultora Kátia Aparecida dos Santos se mostra disposta a ampliar e diversificar o cultivo agroecológico, após o uso do sistema PMB em sua propriedade. “Tenho o apoio de meu marido e dos meus filhos no trabalho com a horta. Como não lido com veneno, fico sossegada, pois tenho criança pequena”, ressalta. Por sua vez, Alexandre Gabriel Ribeiro surpreendeu-se com a economia hídrica e de tempo. “Reduzi a irrigação em torno de 70% e eu, minha mulher e minha filha trabalhamos menos e quase não compramos insumos de fora”, afirma o agricultor familiar.

“Tenho o apoio de meu marido e dos meus filhos no trabalho com a horta. Como não lido com veneno, fico sossegada, pois tenho criança pequena”.

“Utilizamos a metodologia de Visita dos Pares... onde ocorre visitação periódica nas propriedades dos participantes, com a presença dos demais, de técnicos e consumidores... é participativa, com enfoque multidisciplinar e intercultural”.



67

Ficha Técnica

Projeto: Metodologia de Ater para construção coletiva do conhecimento e formação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica na região de Avaré

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural amparada na metodologia Visita dos Pares para a transição agroecológica em propriedades de quatro agricultores familiares, com concessão de bolsa de estudos. A ação reforça o diálogo entre o conhecimento científico e o saber popular.

Entidade: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati/SP), regional de Avaré. Contatos: (14) 3733-1977 ou edr-avare@cati.sp.gov.br.

Agente de Ater: Sérgio Augusto Martins Faria - Contatos (14) 3733-1977 ou sergio.faria@cati.sp.gov.br

Agricultores familiares: André Albano (14) 99629-6732 ou andrealbano002@gmail.com , Maria Izabel Alves (14) 99713-6433, Alexandre Ribeiro (14) 99770-7499 e Kátia Aparecida dos Santos (14) 99696-8434

Localização: município de Avaré (SP)

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/cati-ma

“É uma coisa diferente a gente estar aqui”

A pequena Ana Vitória, de 9 anos, participou de atividade diversa de tudo que havia experimentado na escola convencional, entre 2013 e 2014: as recreações do CF8, financiadas pelo MDA, para permitir maior tempo às mulheres em capacitações e na lavoura, enquanto as crianças ficavam sob cuidado. “Acho bom brincar e aprender coisas novas. É diferente a gente estar aqui”, diz. A agricultora familiar Rose fala sobre a reação de seu filho, que ainda não tinha ido à escola:

“Meu menino chegava em casa eufórico contando que liam, escreviam, pintavam e aprendiam muitas coisas na recreação. Sempre chegava com uma novidade diferente”. Ela sublinha ainda que participava das atividades durante o dia “despreocupada, sem perder o foco no que tinha que fazer, porque sabia que as crianças estavam sendo cuidadas”. As agricultoras foram beneficiadas pelas recreações em cinco municípios do semiárido do Rio Grande do Norte: Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Filipe Guerra e Itaú. Nenhuma delas tinha experiência em creche rural.

A necessidade das mães foi reconhecida em diagnóstico da CF8, como aponta a coordenadora Conceição Dantas. “As mulheres com filhos em idade infantil exercem menos atividades produtivas do que as com filhos mais velhos”, enfatiza, acrescentando que o trabalho restringia-se ao cultivo perto de casa. Diante disso, a recreação deveria ter oito horas/dia de duração e ser pautada na realidade contextualizada, na igualdade entre meninos e meninas e na reflexão acerca da sucessão rural. Havia de jogos educativos, de montar e quebra-cabeças, até práticas usuais do campo, como correr ao ar livre e brincar com a flora e a fauna.

Para Conceição, o mais relevante das recreações, amparadas por instrumentos metodológicos da arte-educação, era “desmitificar a ideia do mundo rural em contraposição ao urbano”, colocando fim à dualidade atraso versus moderno. “Cada meio tem suas potencialidades e dificuldades”, lembra. Parte das atividades era desenvolvida na sede de associações ou em escolas, devidamente “preparados com muitas cores”, e a outra parte em “espaços adequados, como a sombra de um grande juazeiro”. “O que a gente fazia era alimentar a imaginação e a curiosidade das crianças”, afirma a monitora Ana Paula Martins.

“Meu menino chegava em casa eufórico contando que liam, escreviam, pintavam e aprendiam muitas coisas na recreação. Sempre chegava com uma novidade diferente”.



As mulheres com filhos em idade infantil exercem menos atividades produtivas do que as com filhos mais velhos". Diante disso, a recreação deveria ter oito horas/dia de duração e ser pautada na realidade contextualizada.

Ficha Técnica

Projeto: Brincadeiras para igualdade: experiência e recreação infantil no Oeste Potiguar.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural, contratada pelo MDA, para envolver efetivamente a agricultora familiar na produção, tendo a garantia do cuidado adequado ao filho, com recreação lúdica, contextualizada e focada na sucessão rural.

Entidade: Centro Feminista 8 de Março (CF8/RN). Contatos: (84) 8849-4002 ou centrofeminista8@gmail.com.

Agente de Ater: Tatiana Roberta de Oliveira. Contato: tati.roberta@hotmail.com.

Agricultores familiares: mulheres e crianças atendidas pela CF8/RN.

Localização: município de Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Filipe Guerra e Itaú (RN).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/cf8-ma.

“Um espaço de Ater coletiva”

Breno de Mello Silva, técnico da CTA-ZM, define os intercâmbios agroecológicos como “espaços de Ater coletiva”, no qual o conhecimento é construído em sinergia entre agricultor familiar, extensionista, pesquisador e estudante. A produção para além do cultivo do café está entre os principais ganhos da metodologia aplicada pelo Centro em municípios da zona da Mata, no Sudeste de Minas Gerais. “A diversificação aproxima a propriedade do que a natureza per si constrói e cria um ambiente favorável à propagação de todas as formas de vida que interagem entre si, proporcionando qualidade de vida para a família”, considera.

Nesses locais, cafezais são consorciados a mandiocais, bananeiras e árvores frutíferas, do mesmo modo a diversificação já chega a quintais, pomares e hortas. “Isso implica na melhoria da renda, pois deixam de depender exclusivamente do café”, completa Breno. O projeto, em execução há mais de oito anos, se notabiliza pela aprendizagem, a partir da socialização do saber, de temas como biodiversidade, solo, água, comercialização, organização. As ações analisam agroecossistemas aliando técnicas consagradas, a exemplo dos Círculos de Cultura, do educador Paulo Freire, às do Diagnóstico Rápido Participativo, como Caminha Transversal.

Os intercâmbios, segundo o CTA-ZM, começam pela mobilização da comunidade ou da unidade produtiva, realizada por sindicatos rurais ou entidades locais. Participam toda a família: crianças, jovens e adultos; homens e mulheres. O início e o fim da atividade caracterizam-se pelo que é chamado de “mística”, podendo ser uma oração, poesia, dinâmica de grupo. Logo na sequência, a família agricultora apresenta a sua história de vida e da propriedade. “Etapa emocionante e envolvente, onde elementos do passado são resgatados”, explica Breno. Muitas vezes os filhos desconheciam aspectos desta trajetória.

Aí, então, acontece a caminha pela propriedade, a fim de conhecer o agroecossistema, sendo que cada participante deve reter em mãos um elemento encontrado no trajeto que lhe desperte interesse, quando, no término, forma-se uma roda de conversa. Neste momento, todos apresentam os respectivos elementos e socializam, em manifestação livre, o que chamou a atenção. Os técnicos do CTA-ZM estimulam a interação. “Há problematização e muita troca de conhecimento”, aponta Breno. O intercâmbio acaba com a permuta de mudas e sementes entre os presentes e a oferta contextualizada e partilhada de lanche agroecológico.

Ao longo dos anos, o Centro constatou que a importância das atividades reside na conscientização sobre a diversificação de agroecossistemas, por exemplo acerca da lavoura de café, bem como sobre a relevância das práticas agroecológicas e o acesso a políticas públicas como o PAA e o Pnae. Serve ainda, sempre conforme a CTA-ZM, de “fonte de motivação para aqueles que estão visitando” a propriedade e, ao mesmo tempo, “motiva a família que está recebendo a visita a ampliar e aperfeiçoar suas práticas”. No município de Divino, os intercâmbios desdobraram-se em mutirões de criação de animal e de podas, organizados pelos próprios agricultores familiares.

Gilberto Carlos, agricultor participante dos intercâmbios, cita o quão ampliou a plantação ao implantar o que ele denomina de “sistema agroflorestal”. “Hoje tem laranja, mexerica, mamão, graviola, inhame, batata-doce, mandioca, milho, feijão, serralha, picão, trapoerava, amendoeira, castanheira, ingá, capoeira branca, goiaba, ameixa, cinco folhas, ipê, dentre outras árvores”, apresenta. A metodologia dos intercâmbios agroecológicos da Zona da Mata tem gerado visitas de grupos de agricultores de diferentes regiões brasileiras. Em Sergipe, a experiência já está em desenvolvimento.

“Etapa emocionante e envolvente, onde elementos do passado são resgatados... Muitas vezes os filhos desconheciam aspectos desta trajetória”.



71

Ficha Técnica

Projeto: Os intercâmbios agroecológicos na Zona da Mata de Minas Gerais, como metodologia de construção coletiva do conhecimento

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural baseada em intercâmbios agroecológicos, onde famílias agricultoras compartilham as práticas de cultivo com outras famílias, em sua propriedade rural, e saem para visitar experiências em outras comunidades.

Entidade: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) - Contatos: (31) 3892-2000 ou cta@ctazm.org

Agente de Ater: Breno de Mello Silva - Contatos (31) 3892-2000 ou breno@ctazm.org.br

Agricultores familiares: Famílias de municípios de Minas Gerais.

Localização: municípios de Acaiaca, Araponga, Caparaó, Divino, Espera Feliz e Pedra Dourada

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/cta-ma

“O Serta fala a língua da gente”

O serviço de Ater do Serta/PE, contratado pelo MDA, vê o agricultor familiar enquanto sujeito de direitos, chave no contexto do desenvolvimento nacional e capaz de garantir a soberania alimentar e nutricional da população. A entidade acompanha com metodologia própria – conhecida por Programa Educacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável (PEADS) – 1,3 mil famílias, em 25 municípios pernambucanos. “O Serta fala a língua da gente, não usa palavra difícil ou teoria que não entendemos”, elogia Nana, presidente da Associação das Mulheres Raspadeiras de Mandioca.

Ela conta que muitos projetos foram desenvolvidos em comunidades rurais do Estado, implementados por diferentes instituições, mas “como o Serta faz nunca tivemos igual”. Valdiane Soares, diretora do Serta e autora do projeto, enxerga na metodologia de Ater o segredo para tal reconhecimento. “O PEADS consegue agregar todo mundo em um processo de construção coletiva, em prol da vida e da soberania no campo”, analisa. Das famílias agricultoras atendidas, 50% já comercializam em feiras e para o Pnae e o PAA e 30% passaram a acessar o crédito para investimento e custeio do Pronaf.

O Serta/PE se opõe ao modelo de Ater centrado na transferência de técnicas e tecnologias. “Partimos do conhecimento, estudo e análise do agroecossistema e adotamos um enfoque humano, ecológico e permacultural de aproximação com a realidade, de modo a fomentar a produção, o beneficiamento e a comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar”, reflete Valdiane. Para ela, a inovação do trabalho está na aplicação de tecnologias de baixo custo, apropriadas ao contexto e de uso efetivo. “Nossa ênfase está na pedagogia da prática”, completa.

A autora explica que, ao longo de 26 anos de história, o Serta/PE consolidou-se como um verdadeiro Centro de Formação Profissional para a Agricultura Familiar, com a oferta regular do curso técnico em Agroecologia e aplicação da metodologia em escolas públicas do campo e estabelecimentos de ensino profissionalizante. No processo dos sistemas não-formais de educação, baseia-se no PEADS as atividades de Ater e as capacitações para técnicos, agricultores familiar e povos e comunidades tradicionais, sobretudo, quilombolas e indígenas.

Vale destacar ainda que o Serta/PE, ao executar os serviços de Ater, sempre articula parceiros locais, notadamente os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). Um dos objetivos é a ampliação da cobertura das políticas públicas rurais, como aconteceu especificamente com o acesso ao mercado institucional e ao crédito.

A inovação do trabalho está na aplicação de tecnologias de baixo custo, apropriadas ao contexto e de uso efetivo. “Nossa ênfase está na pedagogia da prática”.



Ficha Técnica

Projeto: Metodologia do Sertão para Educação do Campo, Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para difusão de conhecimento e tecnologia para tornar os agricultores familiares protagonistas das mudanças de sua própria realidade e de sua comunidade, tendo a educação como instrumento de transformação.

Entidade: Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta/PE). Contato: (81) 3658-1266/1265, (87) 3932-5008 ou serta@serta.org.br.

Agente de Ater: Valdiane Soares da Silva - Contato: (81) 99690-5569 ou valdiane@serta.org.br.

Agricultores familiares: 1.300 Agricultores.

Localização: Estado de Pernambuco.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/serta-ma

COMUNICAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

“Não perco o programa um sábado sequer”

Helena Leontina da Silva mora em Diadema, região metropolitana de São Paulo. Todo sábado, às sete de manhã, ela liga o aparelho de televisão e procura pelo canal da TV Brasil. É telespectadora do programa Rio Grande Rural, da Emater/RS. Compenetrada, acompanha os 54 minutos de duração, esperando que venha logo o último dos três blocos, seu predileto: as receitas da culinária regional, com aproveitamento integral dos alimentos. “Não perco um sábado sequer”, contou ao programa, por carta. “Gostaria que tivesse mais horas, passa muito rápido e a gente nem sente”.

Ela pede ainda o envio de receitas, pois “às vezes não consegue pegar (anotar)”. Sugere que seja editado um livro dos pratos feitos no programa. “Tenho certeza que iria vender muito, sucesso total”, justifica. Termina despedindo-se afetuosamente: “Muito obrigada por fazerem parte da minha vida. Beijos e até o próximo final de semana”. Quem também gosta das “receitas gostosas” é Sildo Horst, de Imigrante, interior do Rio Grande do Sul. Em correspondência, ele indica a elaboração de Brodo Italiano, que gostaria de experimentar e quer mais informações sobre o cultivo de morangos orgânicos.

Da capital pernambucana, Recife, Francisco Barreto Júnior escreveu ao Rio Grande Rural atrás de orientação sobre a melhor forma de “combater as formigas cortadeiras, alojadas em grandes formigueiros na área rural, de acordo com os princípios da agricultura orgânica”. Pois é, o programa televisivo da Emater/RS faz o maior sucesso no Rio Grande do Sul – e também fora do Estado – e faz parte de uma estratégia inovadora de gestão da comunicação em assistência técnica e extensão rural. Além de conteúdo direto para a TV, o Instituto produz para rádio e internet.

Marco Medronha, gerente de Comunicação da Emater/RS, explica que o objetivo da divulgação multimídia é levar informações, como uma espécie de “prestação de contas”, do e para o conjunto de atores do mundo rural: entidades (todas), governos (União, estados e municípios) e população do campo (famílias de agricultores). “A comunicação institucional serve para estruturar sistemas e criar canais que fomentem o diálogo com os produtores, suas organizações e segmentos da sociedade, de forma ágil, dinâmica e eficiente, propiciando a socialização das informações”, avalia.

O papel da comunicação na rotina de trabalho é tão marcante que a Empresa elabora Planos Estaduais e Regionais, dando visibilidade à ação extensionista, aos programas governamentais e às técnicas sociais, através de mensagens educativas. A equipe, dividida em três Núcleos (Rádio e TV; Assessoria de Imprensa; e Criação e Arte), é multidisciplinar e conta com pelo menos um profissional nas suas 12 regionais, sendo a maioria fixada na capital Porto Alegre. Há jornalistas, publicitários, relações públicas, fotógrafos, cinegrafistas, sonoplastas, editores, bibliotecários, assistentes administrativos.

“A comunicação institucional serve para estruturar sistemas e criar canais que fomentem o diálogo com os produtores, suas organizações e segmentos da sociedade, de forma ágil, dinâmica e eficiente, propiciando a socialização das informações”.

O relacionamento com a imprensa se dá com a produção de avisos de pauta e distribuição aos veículos de comunicação, resultando em cerca de 300 publicações mensais de conteúdo ligado à Emater/RS. A elaboração de materiais impressos é outra faceta da Gerência de Comunicação: folders, banners, cartazes e faixas para uma média anual de 120 feiras agropecuárias e outros 200 eventos. No entanto, o que mais chama a atenção é a gama de telespectadores dos programas de TV e rádio da Empresa, veiculados diretamente por emissoras privadas e públicas.

No caso do rádio, Marcos Medronha informa que há nove formatos diferentes de programas, exibidos diariamente por 122 emissoras, sendo 110 do interior do Rio Grande do Sul e 12 da capital (incluindo as duas principais: Rádio Gaúcha AM e Rádio Guaíba AM). “Nós elaboramos e divulgamos de forma gratuita, o que representa a veiculação anual de 38.275 programas”, calcula o gerente. Segundo ele, os agricultores familiares têm o hábito de ouvir rádio, até enquanto trabalham, o que “multiplica de forma imensurável o raio de ação”. O meio supera barreira geográfica, mobilizando mesmo os analfabetos.

Em relação à TV, dois programas são exibidos em canais abertos, cabo, satélite e web, sempre por meio de convênio sem custo para a Emater/RS. Atualmente, 20 emissoras veiculam mais de 1.000 edições dos programas por ano. De acordo com Marcos Medronha, o programa Terra Sul é o primeiro televisivo brasileiro feito por uma instituição de extensão rural e é produzido em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Ele vai ao “ar” em nível nacional às terças-feiras, às 7h, na TV Brasil e, em nível local, aos sábados, às 10h, na TV Nativa-Pelotas/RS, afiliada da Rede Record.

Por sua vez, o programa Rio Grande Rural, aquele que a Helena Leontina adora assistir lá em São Paulo, está na grade da TV Brasil, aos sábados, às 7h, e da TVE/RS, aos domingos, às 7h, com audiência média de 50 mil pessoas. “É uma revista semanal, com reportagens técnicas-educativas, entrevista com especialistas, cotações (grãos, carnes, hortigranjeiros, leite), fatos e agenda da semana, além de receitas”, ressalta o gerente Marcos. “Antes de terminar, os apresentadores respondem perguntas, esclarecem dúvidas e retribuem agradecimentos encaminhados por carta e e-mail”.

O resultado é que a Emater/RS é vista pela sociedade como “Referência de Qualidade em Extensão Rural”, informa o gerente de Comunicação, e vem faturando premiações, com destaque para Top de Marketing, Selo Ecológico da Expointer, Prêmio Semente de Ouro da Expodireto, Prêmio Tecnologia Social, Prêmio Selo Verde e Troféu Amigo da Água e do Meio Ambiente. O Rio Grande Rural, especificamente, venceu o II Festival Nacional de Cinema e Vídeo Rural, em 2010, e foi agraciado pelo Prêmio Folha Verde, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 2015.

O papel da comunicação na rotina de trabalho é tão marcante que a Empresa elabora Planos Estaduais e Regionais, dando visibilidade à ação extensionista, aos programas governamentais e às técnicas sociais, através de mensagens educativas.



Ficha Técnica

Projeto: Multimídias como fator de potencialização das ações socioassistenciais da Emater/RS-Ascar.

Resumo: Experiência de gestão de Comunicação Institucional para o desenvolvimento da assistência técnica e extensão rural e para levar informação e cultura a agricultores familiares, baseada no tripé: assessoria de imprensa, produção de conteúdo (internet) e veiculação direta em emissoras de rádio e TV.

Entidades: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS) e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar). Contatos: Fone: (51) 2125-3144.

Autor: Marco Medronha, jornalista e gerente Estadual de Comunicação da Emater/RS-Ascar. (contatos: Fone: (51) 2125-3144 ou msilva@emater.tche.br)

Agricultores familiares: *a audiência do conteúdo comunicacional das entidades (TV, rádio e internet).*

Localização: todo o Rio Grande do Sul e até fora do Estado.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/emater-rs-com

WhatsApp dissemina informações no campo e reduz custos

Em Londrina, a Emater/PR desenvolve uma ideia simples que rende boa economia aos agricultores e ao Instituto. Em vez de visitar as comunidades para repassar informação, criou grupo de relacionamento por celular, via internet, conhecido como WhatsApp. Agora, 70 produtores e seus vizinhos recebem pelo telefone o resumo do teste, realizado por amostragem, que aponta a ocorrência de pragas ou doenças na cultura da soja. "Toda segunda-feira coletamos as lâminas e entregamos ao laboratório e, na terça, já enviamos os resultados em tempo real", relata o técnico Paulo Roberto Mrtvi.

O conceito de usar rede social em apoio à Ater é recente, nasceu em 2014. Segundo Paulo Roberto, a transmissão rápida das informações permite que o agricultor também tome decisões céleres "sobre a necessidade ou não da aplicação de agroquímico, evitando pulverizações desnecessárias e calendarizadas". Na prática, deixa de lado o uso automático, sem critério, reduzindo de quatro aplicações de fungicidas e inseticidas para uma, por safra.

A estratégia de trabalho da Emater/PR foi assim dividida: seleção de três propriedades rurais, em diferentes regiões de Londrina; instalação de coletores de esporos nas plantações de soja; monitoramento da incidência de possíveis doenças; coleta semanal de lâminas amostrais; envio a um laboratório parceiro, para acompanhamento; elaboração da mensagem a ser enviada por celular; e postagem no grupo de WhatsApp. A partir daí, os resultados eram disseminados no boca a boca, sem limite. Os atores envolvidos: extensionistas municipais, agrônomos, pesquisadores, jornalistas, estudantes.

A interação, via celular, entre os 70 agricultores e a equipe de Ater trouxe redução no custo de combustível e telefone e menor desgaste da frota de veículos do Instituto. Porém, segundo o técnico Paulo Roberto, um dos principais benefícios é a "otimização das atividades dos extensionistas, com a adesão dos agricultores às recomendações propostas". "Com as informações, o produtor sabe o estágio da soja, se as condições climáticas estão favoráveis ou não para a disseminação da ferrugem ou mesmo se os esporos são viáveis ou não para o surgimento da doença", observa.

Por sua vez, o agricultor Cláudio Aparecido Alves, participante do grupo de WhatsApp, informa que seguia uma rotina calendarizada de uso de químicos, orientada pelos comerciantes dos produtos. "A verdade é que a revenda força a comercialização. Eles vendem 'uma receita de bolo pronta', que muitas vezes não é necessária".

A transmissão rápida das informações permite que o agricultor também tome decisões céleres "sobre a necessidade ou não da aplicação de agroquímico, evitando pulverizações desnecessárias e calendarizadas". Na prática, deixa de lado o uso automático, sem critério, reduzindo de quatro aplicações de fungicidas e inseticidas para uma, por safra.



foto: Vinicius e Claudio Aparecido Alves

"A verdade é que a revenda força a comercialização. Eles vendem 'uma receita de bolo pronta', que muitas vezes não é necessária".

79

Ficha Técnica

Projeto: Uso de rede social na assistência técnica rural.

Resumo: Assistência técnica e extensão rural apoiada pelas novas mídias sociais. Com o WhatsApp, a disseminação de informações semanais para o cultivo da soja passou a acontecer em tempo real, com redução de custos para os agricultores e para o Instituto.

Entidade: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR). Contatos: Fones (41) 3150-2200 ou (41) 3250-2166.

Autores: Paulo Roberto Mrtvi, técnico de ater. Contato: (43) 3305-1430 ou paulomrtvi@emater.pr.gov.br

Agricultores familiares: 70 produtores cadastrados no grupo de WhatsApp.

Localização: município de Londrina (PR).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerpr-com

“É um serviço de modernização essencial ao campo”

O aplicativo para smartphone Ceres Cidadão faz o maior sucesso entre os interessados pelo meio rural do Rio Grande do Norte. O tom de satisfação é expresso pelos próprios usuários que o baixaram pelo Play Store, do Google. Para Ari Neto, trata-se de um “serviço de modernização essencial ao campo”. Já Brenno Henrique achou “muito útil, principalmente a ferramenta de cotação de preços de alimentos”. Marcia Brito gostou da praticidade e do “fácil manuseio”. A lista de depoimentos é extensa. Aqueles que não desejam fazer download podem acessar as informações pelo site <http://cerescidadao.rn.gov.br>.

Em 2010, a Emater/RN, em conjunto com a Universidade Potiguar (UNP) e Secretária da Agricultura do Estado, desenvolveu o aplicativo. A denominação faz referência à deusa romana da agricultura. Hideljundes, analista do Instituto, informa que o programa tem duas modalidades: o Ceres Cidadão, para a sociedade em geral, em particular o agricultor familiar, e o Ceres DER (Diário do Extensionista Rural), restrito ao agente de Ater. “O objetivo é divulgar informação e, em paralelo, visualizar o agricultor nas suas diversas dimensões, monitorando a aplicação da Ater para medir a evolução e reaplicar a extensão com mais efeito”, explica.

Na versão Cidadão, são diversos os serviços disponíveis, entre eles: previsão do tempo, precipitação pluviométrica, calendário de feiras, cursos e palestras, legislação, vídeos e cotação de preços da Central de Abastecimento do Rio Grande do Norte (Ceasa/RN). O agricultor familiar pode ainda acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas, como a construção de barragem subterrânea, a implantação do Projeto Agroecológico Integrado e Sustentável (PAIS) e a localização dos Bancos de Sementes. Até o fim de 2016, serão 40 opções diferentes de acesso a informação.

Hideljundes valoriza o “pioneirismo da Emater/RN em incluir o produtor no circuito tecnológico”. Do ponto de vista de gestão, o aplicativo se divide em dois módulos: o administrativo e o técnico. O primeiro permite o controle de recursos humanos, de veículos e de patrimônio do Instituto e o segundo, voltado para a área finalística, é de uso exclusivo dos agentes de Ater. O Ceres DER registra a atividade diária do extensionista e os dados do agricultor familiar, sua propriedade, cultivo e criação. Contém ainda registros fotográficos e georreferenciados.

Em 2015, a Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Norte ampliou o uso do Ceres, como ferramenta de gestão, para a Ceasa e a área de defesa animal e vegetal. Hideljundes conta que o aplicativo está pronto para servir a entidades prestadores de serviços de Ater e para a pesquisa.



“O objetivo é divulgar informação e, em paralelo, visualizar o agricultor nas suas diversas dimensões, monitorando a aplicação da Ater para medir a evolução e reaplicar a extensão com mais efeito”.

Ficha Técnica

Projeto: Ceres Cidadão: Agricultura Familiar na palma da mão.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural apoiada no desenvolvimento tecnológico para facilitar a disseminação de informações da agricultura familiar e auxiliar na gestão de Ater, com simplificação de rotinas. A ferramenta pode ser utilizada em smartphone ou por computador ligado à internet.

Entidade: Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (Emater/RN). Contato: (84) 3232-2220 ou emater@rn.gov.br.

Autor: Hideljundes Macêdo Paulino, analista de sistemas na Emater-RN e professor da Universidade Potiguar (UNP), contato: (84) 99877-6543 ou hideljundes@gmail.com

Agricultor familiar: produtores locais e sociedade em geral.

Localização: Rio Grande do Norte.

Acesso projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ceres-com

“Assisto ao programa há mais de 10 anos”

Acompanhar o programa Minas Rural já é tradição nas manhãs de sábado da família agricultora de José Teixeira Barbosa, de Ribeirão das Neves, na região metropolitana da capital mineira, Belo Horizonte. Ele conta que sempre “aprende muita coisa”. Dias desses, conheceu “a armadilha para pegar o mosquito da dengue”. Um aprendizado inesquecível foi quando soube da “horta suspensa” e, então, resolveu ter uma com cebolinha, salsinha, tomate e chuchu. “A gente assiste o programa há mais de 10 anos”, lembra.

No “ar” desde outubro de 1994, o Minas Rural é uma realização da Emater/MG, exibido por emissoras de alcance estadual, entre elas a Rede Minas e a Terra Viva, do grupo Bandeirantes. Marcelo varella, assessor de comunicação da Emater/MG, explica que o televisivo é elaborado por uma equipe de comunicação formada por três jornalistas Giordanna Meirelles, Raquel Paes, Maria Carmem, três cinegrafistas Eustáquio Teixeira, Marcelo Magalhães, Rodolfo Machado e um estagiário Mateus Oliveira. “Levamos informação sobre boas práticas agropecuárias e valorizamos Minas Gerais, mostrando a sua riqueza cultural, gastronômica e turística”, ressalta.

O conteúdo do programa apresenta o trabalho desenvolvido pela Emater/MG, como treinamentos, reuniões e dias de campo, e sempre uma saborosa receita. No dia 13 de março de 2016, o cardápio da vez foi lasanha de legumes com massa fresca e espinafre. Ao longo do tempo, já tiveram espaço delícias como o coquetel de tangerina, o doce de jambo vermelho e o bolo de mandioca. Naquela data, a reportagem do Minas Rural foi para o Vale do Jequitinhonha, para conhecer a experiência local de piscicultura e para acompanhar a produção familiar de rapadura.

O acervo de programas pode ser acessado pelo site www.emater.mg.gov.br e a interação para envio de sugestões acontece pelo facebook, telefone ou carta.

Um aprendizado inesquecível foi quando soube da “horta suspensa” e, então, resolveu ter uma com cebolinha, salsinha, tomate e chuchu.



“Levamos informação sobre boas práticas agropecuárias e valorizamos Minas Gerais, mostrando a sua riqueza cultural, gastronômica e turística”.

Ficha Técnica

Projeto: Programa de Televisão Minas Rural

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural apoiada na disseminação de conhecimentos por meio do programa de televisão Minas Rural. O conteúdo tem caráter informático e técnico e traz boas práticas agropecuárias e a riqueza cultura, turística e gastronômica do Estado.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG). Contato: (31) 3349-8162 ou minasrural@emater.mg.gov.br.

Autor: Marcelo Varella de Almeida, assessor de comunicação. Contato: (31)3349-8096 ou marcelo.varella@emater.mg.gov.br

Agricultor familiar: a audiência do programa Minas Rural.

Localização: toda Minas Gerais.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematermg-com



Eixo 3

**ATER E POLÍTICAS
PÚBLICAS**

CRÉDITO

“Estou muito feliz com a minha agroindústria”

Os agricultores familiares Anderson Muniz e Rosimar do Nascimento estão juntos há 11 anos e moram em Rolim de Moura, distante 480 quilômetros da capital rondoniense, Porto Velho. O casal, embora diversificado no plantio de frutas, via a parte da produção se perder pela dificuldade na hora de comercializar os produtos in natura. A busca pelo crédito para o beneficiamento tornou-se uma prioridade que, graças à assistência da Emater/RO, foi alcançado. “Hoje estou muito feliz com minha agroindústria”, comemora Anderson, após construir com apoio do Pronaf e de programa estadual de crédito.

Das frutas que outrora apodreciam no pomar são elaboradas cerca de 750 quilos/semana de polpas de maracujá, cupuaçu, acerola, abacaxi, graviola, banana, araçá-boi, tamarindo, caju e goiaba. Além de erguer a agroindústria, os agricultores familiares adquiriram equipamentos para o seu pleno funcionamento: despolpadora vertical, despolpadora horizontal, dosador manual, mesa de inox, balança, seladora e dois freezers. Além do Pronaf, eles foram atendidos pelo Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária (Prove), criado pela Lei Estadual 2.117/2012.

Alexandro Juliatti, técnico da Emater/RO, afirma que a associação entre os serviços de Ater e obtenção do crédito é o segredo do projeto. “Assim, agregamos valor na matéria-prima; tiramos a figura do atravessador; fixamos a família no campo; e o produtor passa a ser empreendedor”, enumera. A Empresa ainda ofertou capacitação para gestão do novo empreendimento e elaborou Procedimentos Operacionais Padrões (POPs) para a matéria-prima, obtendo polpas de qualidade. O técnico Aline Mikos reforça que, após o crédito, a tarefa é o acesso aos mercados privados e institucionais, como os abertos pelo Pnae e pelo PAA.

A sustentabilidade ambiental é outra faceta da iniciativa. “Todos os resíduos sólidos gerados pela produção (cascas, bagaços, etc) são transformados em compostos orgânicos e reutilizados na lavoura e os resíduos líquido destinados para fossas de decantação atendendo a legislação”, ressalta Cristine Teixeira técnica da Emater-RO.

“Assim, agregamos valor na matéria-prima; tiramos a figura do atravessador; fixamos a família no campo; e o produtor passa a ser empreendedor”.



Ficha Técnica

Projeto: Crédito Rural: desafiando um paradigma social, econômico e ambiental para a sustentabilidade.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para acompanhar o acesso ao crédito rural do Pronaf e de programa estadual de incentivo. No caso, os agricultores familiares viabilizaram uma agroindústria para o beneficiamento da produção de frutas.

Entidade: Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater/RO).
Contatos:(69) 3211-3738 ou ascom@emater-ro.com.

Agentes de Ater: Alexandre Juliatti Venturoso - Contato (69) 3211-3738

Aline Mikos - Contatos(69) 3211-3773 ou getec@emater-ro.com.br

Cristiane Carvalho Teixeira de Souza - Contatos(69) 3211-3738

Agricultores familiares: *Anderson Muniz de Castro* e *Rosimar Cordeira do Nascimento*

Localização: município de Rolim de Moura (RO)

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerro-cre.

“Ater e Crédito Rural Nasceram Juntos”

Benedito Antônio Gomes ou Ditão, como é conhecido o técnico da Fundação Itesp, diz que, graças à combinação entre crédito rural e serviço de Ater, ganhou destaque o assentamento Tremembé, localizado na cidade de mesmo nome, distante 140 quilômetros da capital paulista, São Paulo. Ele recomenda que, em todo o Brasil, a capacitação de Ater deve focar mais no “crédito rural assistido”, para acesso crescente a um “programa bem estruturado como é o Pronaf”. Para isso, sugere: “Os extensionistas precisam perder o medo de intermediar o crédito e é urgente o intercâmbio entre os técnicos mais experientes, já aposentados, e aqueles que estão iniciando”.

Quando Ditão chegou a Tremembé seu currículo estava recheado. Engenheiro agrônomo, ele tinha atuado na sede do Itesp desde 1998, exercido a função de Analista de Crédito Rural em Mogi das Cruzes (SP) e, antes, trabalhado no desenvolvimento de projetos em cooperativas de agricultores familiares, em Canoinhas (SC). A bagagem e o desempenho profissional transformaram-no em referência para os produtores do assentamento Tremembé. “Todos os meus Pronafs foram feitos pelo Ditão”, conta Luiz Bustos. Antônio Pereira Santos, a Toninha, também teve seu projeto de Pronaf Mulher elaborado pelo técnico.

O assentamento em que os agricultores familiares Luiz e Toninha cultivam frutas cítricas remonta a 1995. Naquele ano, a desapropriação de 1,2 mil hectare ocorreu em área de reflorestamento da Petrobrás, sendo parcelada em 98 lotes. Após anos de pouca evolução pela falta de correções no solo, somente cultura de subsistência havia. Alguns investimentos pontuais a partir de 1998, porém sem maior repercussão. Em 2004, começa o intermédio bancário da Fundação Itesp para acesso às linhas de crédito do Pronaf Mulher, a partir da Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo (Omaquesp).

“Foi criada uma comissão para ir à agência central do Banco do Brasil, combinar a atualização cadastral, abrir as contas e negociar as garantias com aval, bem como elaborar projetos com Ater”, explica Ditão. O crédito saiu e as 63 mulheres de Tremembé obtiveram R\$ 6 mil cada, com prazo de oito anos para pagamento e três de carência. Outros 58 assentados – no caso, homens – renegociaram débitos do extinto Programa Especial de Crédito para Reforma Agrária (Procer) e acessaram o Pronaf Investimento/Mais Alimentos. O total superou R\$ 1 milhão, nas duas operações.

Desde então, o casal Luiz Bustos e Leni dos Santos acessaram cinco vezes o Pronaf. “O Pronaf Mulher serviu para compra de mudas de tangerina”, descreve o agricultor. “Para mim, um Pronaf para a compra de trator usado e implementos (arado, grade, carreta, pulverizador e tobata), mais um para a compra de uma caminhonete seminova, outro para aquisição de estufas e um último Pronaf para a formação de pomar de citros”. O cultivo de tangerina e laranja rendeu a Toninha e ao marido Paulo Santos um carro e a conclusão da casa. “Começamos a comercializar no mercado local e nossa qualidade de vida melhorou muito, em pouco tempo”, afirma.

O mesmo método de trabalho da parceria entre o Itesp e a Omaquesp multiplicou-se em outros nove municípios paulistas: mulheres agricultoras de Promissão, assentados de São José dos Campos, associação de agricultores familiares de Paranapanema, de Angatuba, de Capão Bonito, de Campina do Monte Alegre, de Buri e de Guareí e quatro comunidades quilombolas de Ubatuba.

“Os extensionistas precisam perder o medo de intermediar o crédito e é urgente o intercâmbio entre os técnicos mais experientes, já aposentados, e aqueles que estão iniciando”.



89

Ficha Técnica

Projeto: Ater e políticas públicas de crédito rural no PA Tremembé (Conquista), de 2004 até 2015

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamento da Reforma Agrária, conjugando o intermédio dos serviços de Ater para a captação de crédito do Pronaf, por parte dos agricultores familiares. A experiência tem se multiplicado por todo o Estado de São Paulo.

Entidade: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp). Contatos Fone: (11) 3293-3300 coaat@gmail.com.

Gestor de Ater: Benedito Antônio Gomes - Contatos Fone: (12) 3642-5472 ou (12) 3629-2444

Agricultor familiar: mais de 100 agricultores do município de Tremembé.

Localização: assentamento Tremembé (Conquista) em Tremembé/SP

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/itesp-cre

SEGURO

“O agricultor planta com mais tranquilidade”

O agricultor familiar Juvenaro Ferreira vive na comunidade rural de Vargem Grande, em Taiobeiras, no Vale do Jequitinhonha (MG). Ele produz milho, feijão, mandioca e amendoim e cria gado de leite. Quando a falta ou a abundante de oferta de água afeta a plantação, recorre ao Garantia-Safra (GS) desde 2003, quando foi iniciado o projeto da Emater/MG, em parceria com municípios da região, para a ampliação da cobertura do programa em todo o semiárido mineiro. “O seguro caiu do céu, pois o agricultor planta com mais tranquilidade”, comenta.

Hoje, 525 famílias de Taiobeiras são atendidas pelo GS, crescimento de 160%, entre 2003 e 2015. No Estado, no mesmo intervalo de tempo, o número atual supera os 41 mil agricultores familiares, distribuídos em 96 municípios. Juvenaro reforça que o benefício financeiro “serve para pagar pelas sementes, adubos e outras despesas na próxima safra”. “Antigamente isso não existia, está sendo muito bom”, completa. O benefício é liberado quando, pelo menos, 50% do conjunto do cultivo de determinadas culturas é perdido, em razão de estiagem ou excesso hídrico.

João Carlos Gomes, extensionista da Emater/MG, destaca a importância do GS pela peculiaridade da região mineira, marcada pela prolongada estiagem. Acrescenta ainda que o arranjo institucional estabelecido pela Empresa permitiu o crescimento excepcional na adesão de agricultores familiares e municípios. “A participação do poder público em todas as instâncias dá credibilidade ao programa. Completamos 12 anos de ação ininterrupta”, ressalta. Ele pondera que o benefício garante a produção de alimentos básicos, pois geralmente é utilizado como investimento para a próxima safra.

Além das Prefeituras, a Emater/MG trabalha em conjunto com a sociedade civil, por meio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), o que traz transparência aos processos, à gestão e ao controle social. Participam ainda do processo o Poder Legislativo local e os agentes financeiros da região.

Evolução do Garantia-Safra no semiárido mineiro

	2003	2015
Famílias	26.321	41.889
Municípios	52	96

“Antigamente isso não existia, está sendo muito bom”

O arranjo institucional da Emater/MG permitiu o crescimento excepcional: "A participação do poder público em todas as instâncias dá credibilidade ao programa. Completamos 12 anos de ação ininterrupta".





Ficha Técnica

Projeto: Garantia Safra: política pública que contribui para a permanência dos agricultores familiares no campo.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para ampliar a cobertura do Garantia-Safra, a fim de assegurar renda quando a produção da agricultura familiar no semiárido é afetada pela estiagem ou excesso hídrico.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater/MG). Contatos: (31) 3349-8001, (31) 3349-8120 e portal@emater.mg.gov.br.

Agente de Ater: João Carlos Lucas Gomes. Contatos: (38) 3845-1284 e taiobeiras@emater.mg.gov.br.

Agricultor familiar: Juvenaro Ferreira de oliveira. Contato: (38) 99985-4308.

Localização: município de Taiobeiras (MG).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematermg-seg.

“Todas as vezes que pedi o seguro, recebi”

Gervásio Gerhardt, agricultor familiar de Arroio do Meio, município da região de Lajeado (RS), já adquiriu, desde 2005, onze vezes crédito Pronaf para custeio e cinco para investimento. Os cerca de R\$190 mil serviram para impulsionar a lavoura de milho. Em duas safras, no entanto, ele teve parte da plantação afetada por adversidades climáticas e, ainda assim, não ficou no prejuízo. Em 2014, por exemplo, o produtor financiou R\$ 4.925,14 pelo Pronaf e, devido a um grave vendaval, acionou o SEAF. Recebeu R\$ 6.210,96 de volta, graças ao seguro. “Todas as vezes que pedi, recebi”, conta Gervásio.

De fato, a região de Lajeado, distante cerca de 110 quilômetros da capital rio-grandense, Porto Alegre, foi atingida por forte estiagem, com profunda frustração da safra 2014/2015. Os serviços de Ater da Emater/RS vêm trabalhando na articulação entre agricultor familiar e agente financeiro desde a criação do SEAF, em 2004, o que deixa Gervásio tranquilo, quando o clima não ajuda o cultivo. “No seguro, recebo orientação de como encaminhar para ver se enquadra dentro das normas. Se a área é financiada, logo a Emater vem ver, ajuda a calcular a perda que aconteceu e, em dois meses, recebo o resultado”.

Mas nem sempre foi assim. Os escritórios locais da Emater/RS eram acionados no processo de obtenção do crédito rural somente quando chegavam os pedidos de seguro junto ao banco. A entidade entrava em cena para fazer a perícia na propriedade, seguindo as normas do SEAF. E aí a inconformidade mais gritante estava na diferença entre a área financiada e a área efetivamente implantada, numa média de 30% de plantação menor do que a prevista à época do acesso ao Pronaf. Outra questão relevante: o valor do crédito liberado era único e igual por hectare, não levando em conta o nível de tecnologia utilizada e a produtividade.

À época, acontecia também de mais de um banco financiar produção na mesma área e, às vezes, até de integrantes diversos da família adquirirem crédito para igual área. Quando da frustração da lavoura, todos pediam o seguro. Paulo Francisco Conrad, agente da Emater/RS, lembra que foi um momento de muitas perícias por parte da entidade e de desgaste junto ao agricultor familiar. “Ficava evidente a necessidade da Ater ser inserida no processo antes do produtor acessar o custeio, para que estas situações não se repetissem”, avalia. A estratégia, então, foi articular as pontas da operação: família e banco, passando por sindicato e conselho agropecuário.

As atividades seguiram três rumos. Primeiro, reuniões, seminários, elaboração de material gráfico e ampla divulgação (inclusive pela imprensa) dos procedimentos para obter êxito no momento de acionar o seguro. Segundo, padronização bancária do orçamento de crédito para cada cultura e de produtividade por município. Em terceiro lugar, a Emater/RS se equipou para uma perícia eficaz, ao comprar aparelhos GPS, máquinas fotográficas, balanças, entre outros. Treinou também seus profissionais para o uso adequado dos novos instrumentos de trabalho. Os conselhos agropecuários também foram peças-chave como figuras mobilizadoras.

Paulo Conrad afirma que um dos resultados práticos foi a “inserção direta da Ater” durante o pedido de crédito de custeio do Pronaf. “O agricultor, antes do financiamento, passa pela Ater, onde cabe ao extensionista o enquadramento na faixa de produtividade e a elaboração do croqui da lavoura”, esclarece. Ele informa ainda que, em seguida, é feito o orçamento simplificado dos insumos e serviços que serão financiados, a fim de que haja comprovação em caso de acionamento do seguro, e que a medição do terreno acaba com a discrepância entre área plantada versus área financiada.

O SEAF foi criado pelo Governo Federal para que o produtor possa desenvolver sua lavoura com segurança, atendendo uma antiga reivindicação da agricultura familiar por um seguro com garantia de renda. “Hoje, não se escuta mais falar em crise na agricultura por fatores climáticos adversos, que antes eram motivos de grandes movimentos e pressões junto ao governo”, pondera o agente da Emater/RS.



“No seguro, recebo orientação de como encaminhar para ver se enquadra dentro das normas. Se a área é financiada, logo a Emater vem ver, ajuda a calcular a perda que aconteceu e, em dois meses, recebo o resultado”.

Ficha Técnica

Projeto: Ações desenvolvidas pelo escritório regional da Emater/RS-Ascar de Lajeado, no âmbito do seguro da agricultura familiar.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para disseminação de informações sobre o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), até então desconhecido, e adequação do valor de crédito acessado de acordo com a realidade de cada produtor, prevenindo prejuízos futuros.

Entidade: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS). Contatos (51) 2125-3009 e gabinete@emater.tche.br.

Autor: Paulo Francisco Conrad, agente da Emater/RS. Contatos: (51) 8427-0974 e conrad@emater.tche.br.

Agricultores familiares: produtores da região de Lajeado (RS).

Localização: município de Lajeado (RS) e região.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/emater-rs-seg

MERCADO INSTITUCIONAL

Ater contribui para crescimento de 39% na compra da agricultura familiar do Pnae, em Passo Fundo

Em 2013, a compra da agricultura familiar para a alimentação escolar era de R\$ 1,2 milhão, somando as escolas municipais e estaduais da cidade de Passo Fundo, distante quase 200 quilômetros da capital gaúcha, Porto Alegre. A entrada da Emater/RS no processo de aquisição do Pnae fez o número crescer 39%, chegando a R\$ 1,7 milhão, em 2015. Os agentes da Empresa explicam que a construção de “estratégias coletivas para superar os gargalos que dificultavam a operacionalização do Pnae” aconteceu mediante recursos do MDA, por meio de duas Chamadas Públicas para entidades de Ater.

“O objetivo era qualificar a gestão e inserir cooperativas da agricultura familiar nos mercados institucionais”, salientam. “Isso dinamiza a economia local e melhora a qualidade da alimentação dos educandos, ao substituir os gêneros alimentícios essencialmente industrializados pelos alimentos in natura e/ou processados pelas agroindústrias familiares”, arrematam.

As atividades nortearam-se por dois caminhos: na rede estadual de Passo Fundo, formada por 36 escolas, lançamento de Chamada Pública Unificada, em vez de compra descentralizada e individual por escola; e na rede municipal, composta de 79 unidades de ensino, adequação da modalidade de aquisição para Chamada Pública, em vez de licitação, do tipo “menor preço”, prevista na lei 8.666/1993. A Emater/RS iniciou processo de aproximação entre os envolvidos, resultando em:

1. 5 seminários e 1 oficina sobre Pnae e Cooperativismo;
2. 18 reuniões de articulação e planejamento;
3. 2 estudos de demanda do Pnae em Passo Fundo;
4. 15 visitas orientadoras nas instâncias estadual e municipal de Educação;
5. 30 visitas técnicas a cooperativas, abordando a organização da produção e as normas do Pnae;
6. 1 encontro intercooperação; e
7. 3 encontros de acompanhamento e avaliação da operacionalização.

Uma vez conhecida a realidade dos órgãos educacionais e as dificuldades das cooperativas da agricultura familiar, a Emater/RS adotou metodologias e ferramentas de trabalho alternativas para alcançar o êxito esperado na empreitada: Chamada Pública Unificada, no caso das escolas estaduais, que resultou na ampliação de 5 para 8 cooperativas da agricultura familiar fornecedoras do Pnae, entre 2013 e 2015; e Chamada Pública, no caso das municipais, com ampliação de 4 para 11 cooperativas, no mesmo período.

Abaixo, um substancioso relato da Empresa de como foi o desenvolvimento, passo-a-passo, dessas estratégias:

Chamada Pública Unificada – 2014 (aperfeiçoada em 2015)

“A prática da Chamada Pública Unificada foi iniciada a partir da sensibilização junto às escolas sobre procedimentos legais e operacionais, englobando a demanda de todas as escolas estaduais do município. A tensão gerada nesse primeiro momento pela mudança proposta foi aos poucos substituída pelas potencialidades vislumbradas pela prática, dentre as quais: diminuição da burocracia, maior segurança em relação ao processo de análise dos documentos de habilitação, elaboração de orçamento e preço de aquisição unificado, identificação do volume total de alimentos demandados e padronização das especificações dos alimentos.

A segunda etapa da prática consistiu na construção da oferta e do orçamento junto às cooperativas potenciais. Para isso, participaram as cooperativas locais e regionais que já vinham comercializando e outras que foram identificadas nas reuniões de articulação. A oferta de cada cooperativa potencial foi tabulada, transformando-se em oferta única, contemplando uma diversidade de alimentos e respectiva sazonalidade. A quantidade disponibilizada para o período, o preço de venda e as especificações dos alimentos foram padronizados.

Então, foram tabulados os dados para a elaboração do preço de aquisição, considerando-se a média de preços de venda dos orçamentos das cooperativas e, na falta de orçamento para algum item, o preço do mercado varejista local, considerando, no mínimo três orçamentos por item.

A oferta das cooperativas com o referido preço de aquisição foi enviada para as escolas estaduais a fim de fazer o levantamento da demanda contemplando as premissas do Pnae. Concomitantemente, iniciou-se a construção do edital de Chamada Pública Unificada. A demanda das escolas foi separada por lote/escola e dispostas em planilha, a fim de facilitar o processo de classificação dos fornecedores.

A elaboração e a publicização do edital foram etapas construídas em conjunto. Neste período, foram promovidas reuniões de articulação com as cooperativas potenciais fornecedoras, a fim de tomar conhecimento do certame, compartilhar informações e diagnosticar suas capacidades de fornecimento. Passado o prazo legal, foi realizada sessão pública de habilitação e classificação dos fornecedores.

Nessa oportunidade, as cooperativas participantes entregaram seus projetos de venda de acordo com os lotes em que tinham interesse de comercializar, bem como, um envelope contendo os documentos de habilitação. Na etapa de habilitação, participaram as cooperativas proponentes e, de forma conjunta e participativa, realizaram a habilitação dos fornecedores utilizando um check list, contendo toda a documentação exigida. Qualquer incoerência e/ou falta de documentação especificada no edital, procedia-se ao registro em ata, elaborada especificamente para a ocasião, para que ao final fossem dados os devidos encaminhamentos.

Para a etapa de classificação dos fornecedores, reuniu-se em grupos a fim de agilizar o processo, tomando o cuidado para que cada grupo contivesse um representante de cada ator envolvido, observando a multidisciplinaridade, transparência, isonomia e segurança quanto aos atos realizados. Para a classificação dos fornecedores, procedeu-se à abertura dos envelopes contendo os projetos de venda por escola, fornecedor proponente e a quantidade ofertada. Ao final, a classificação foi registrada em ata e comunicado às escolas para que tomassem conhecimento dos fornecedores a ser oficializado através de contratos de venda.

Para a assinatura dos mesmos, realizou-se evento com a participação de todas as escolas, a fim de que todos os contratos fossem formalizados em tempo hábil, aproximando as cooperativas das escolas, de forma a acertar os detalhes sobre os pedidos, fornecimento e pagamento dos alimentos.”

“O objetivo era qualificar a gestão e inserir cooperativas da agricultura familiar nos mercados institucionais. Isso dinamiza a economia local e melhora a qualidade da alimentação dos educandos, ao substituir os gêneros alimentícios industrializados pelos alimentos in natura e/ou processados pelas agroindústrias familiares”.

Chamada Pública Municipal – 2015

“Na rede municipal de ensino, ressalta-se a aproximação efetivada com a Prefeitura Municipal. Os momentos mais relevantes para o desencadeamento dos resultados decorreram das reuniões de articulação entre os envolvidos, objetivando aprimorar o processo de aquisição e expor a oferta de alimentos da agricultura familiar, visando a inclusão desses itens nos cardápios escolares, além de outros itens que eram adquiridos na licitação através de pregão eletrônico.

Após dois anos transcorridos, pautado no diálogo construído, na segurança e confiabilidade gerada, o município apontou a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios para a



Ficha Técnica

Projeto: A dinâmica de Ater na efetivação do Pnae no município de Passo Fundo (RS).

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural, contratada pelo MDA, para articular e mobilizar empreendimentos da agricultura familiar e órgãos executores do Pnae, garantindo comercialização institucional para a rede pública de ensino de Passo Fundo (RS).

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio Grande do Sul (Emater/RS), unidade de cooperativismo de Erechim. Contatos: (54) 3321-5599 ou ucperechim@emater.tche.br.

Agentes de Ater: Angélica Leoní Albrecht, Cleunir Augusto Paris, Jhonatan Munaretto Imlau, Leonardo Borcioni e Murilo Correa Marcon.

Agricultores familiares: cooperados de empreendimentos fornecedores do Pnae.

Localização: município de Passo Fundo (RS).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerrrs-mi.

“Compra institucional é a melhor ferramenta para o trabalho extensionista”

Ocimar Alves dedica sua vida à agricultura familiar. Tem 48 anos de idade, sendo 27 deles como integrante de uma associação de produtores e os últimos seis como técnico Agropecuário da Emater/Rio. Ele fala com conhecimento e está convicto da importância da criação de alternativas de comercialização. “Vejo nos programas de compras institucionais uma das melhores ferramentas para fazer o trabalho extensionista”, afirma. Não à toa, o agente é autor do projeto que elevou a produção da Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo - ASNTR/NF para o Pnae de Nova Friburgo (RJ) de R\$ 138 mil, em 2011, para R\$ 730 mil, em 2015.

A garantia de recebimento por meio dos contratos firmados com o município da Região Serrana do Rio de Janeiro motivou a Emater/Rio a desenvolver novo olhar para as ações de Ater. “Ao levarmos para o agricultor familiar opções melhores de vendas, podemos trabalhar outras propostas, como a organização comunitária e a mudança dos conceitos de produção”, observa. A história da Associação Serra Nova tem início em 2001, quando parte de uma fazenda foi vendida às 48 famílias meeiras. A aquisição foi efetivada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (à época Programa Banco da Terra).

Daí, surgiram duas associações: a Serra Nova e a Serra Velha. Ocimar lembra que, até então, os hortifrutigranjeiros eram canalizados para um mercado local e para a Ceasa/Irajá, na capital fluminense, sem “grande poder de negociação”. As famílias ganharam três anos de carência para começar a saldar a dívida. O problema residia na falta de hábito de guardar dinheiro ao longo de meses para a quitação do débito, em parcelas únicas anuais. Sempre sob acompanhamento da Emater/Rio, em 2006 saíram os primeiros contratos com o PAA (14 famílias e 12 produtos).

No ano seguinte, os agricultores familiares da Serra Velha aderiram ao programa já em curso por meio do grupo da Serra Nova, inicialmente em execução conjunta e, depois, individualizada. Ambas as entidades reservavam os ganhos para o pagamento do crédito fundiário em dia, inclusive com direito a desconto de adimplência. “No começo, todos os controles de entrega, recebimento das mercadorias e as notas fiscais emitidas eram feitos pelos extensionistas da Emater/Rio, numa ação de apoio às associações”, recorda o técnico. Dali para a inserção no Pnae não demorou.

Para ampliar a oferta de produtos ao PAA e Pnae, o apoio da empresa de Ater permitiu que as famílias estabelecessem parcerias com agricultores familiares de fora de Nova Friburgo, repartindo os lucros, e que houvesse a introdução de novos cultivos na antiga fazenda. Assim, além da produção característica de tomate, cenoura, couve-flor, couve mineira, salsa, repolho, alface e beterraba, foi diversificada a entrega para caqui, tangerina, goiaba, banana, aipim, inhame e batata-doce. Uma articulação com a Secretaria Municipal de Agricultura trouxe apoio logístico à distribuição.

“Ao levarmos para o agricultor familiar opções melhores de vendas, podemos trabalhar outras propostas, como a organização comunitária e a mudança dos conceitos de produção”

Elevou a produção da Associação Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo - ASNTR/NF para o Pnae de Nova Friburgo (RJ) de R\$ 138 mil, em 2011, para R\$ 730 mil, em 2015.



101

Ficha Técnica

Projeto: Acesso ao mercado institucional na Região Serrana do Rio de Janeiro

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para apoio na comercialização de produtos de associações da agricultura familiar ao PAA e Pnae, com elaboração dos primeiros projetos, estabelecimento de parcerias e ampliação da oferta de produtos.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro (Emater/Rio). Contatos: (21) 3607-5404 ou ascomemater@emater.rj.gov.br.

Agente de Ater: Ocimar Alves Teixeira - Contatos: (22) 2533-1998 ou eslocnf@emater.rj.gov.br.

Agricultor familiar: 48 famílias integrantes das associações Serra Nova dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo (ASNTR/NF) – contato: (22) 99237-4247 – e Serra Velha dos Trabalhadores Rurais de Nova Friburgo (ASVTR/NF) – contatos: (22) 99253-8616.

Localização: Região Serrana do Rio de Janeiro.

Acesse Projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerrio-mi.

“Manter a organização de nossas famílias e focar na produção e no mercado”

Os técnicos da Fase/MT tinham claro, desde o início, em 2013, para qual rumo deveriam apontar os serviços de Ater junto às 20 famílias assentadas do Mineira, distante cerca de 40 quilômetros da capital mato-grossense, Cuiabá: a combinação entre a organização dos produtores e a diversificação do cultivo para atingir o objetivo de ingresso nos mercados institucionais, comercializando para o PAA e o Pnae.

Hoje, Margareth, presidente da Associação dos Agricultores Familiares do Mineira, sabe bem disso e procura preservar as conquistas ao realizar reuniões periódicas. “Necessitamos manter a organização de nossas famílias e a orientação da Fase, focando na produção e no mercado, para obter uma renda maior”, reflete. À época, a Fase avaliou que o primeiro passo seria a conscientização e mobilização da comunidade. “Dialogamos com as famílias sobre o PAA e seus benefícios, sobre a obrigação da entrega contínua de alimentos e sobre a organização, com deliberação de tarefas e o uso de práticas agroecológicas no campo”, ilustra Igor Carlos Pinheiro, técnico da Federação, para quem o Programa é uma “conquista da luta dos trabalhadores rurais brasileiros”.

Em contrapartida, segundo ele, os agricultores relatavam que tinham produção e esbarram nas “dificuldades em acessar o mercado consumidor final”, acabando na “mão de atravessadores”. O meio de transporte era outro empecilho. O PAA parecia o caminho adequado. “Trata-se de uma política pública”, explicava Igor, “que proporciona a valorização da agricultura familiar regional, incentivando a diversificação produtiva, em condições de mercado seguras, a preço justo, e ainda força a união via associação ou cooperativa”.

Em 2015, o Assentamento Mineira completou três anos de entregas ao PAA. O total comercializado supera o valor, somando até mesmo os dois anos de participação no Pnae. A produção familiar cresce e diversifica a cada dia. Há de tudo um pouco: hortaliças, jiló, quiabo, maxixe, milho verde, berinjela. Agora seguros com o mercado institucional, os agricultores começam a vender também para supermercados e feiras locais. Igor Pinheiro notou que “o índice de rotatividade dentro da comunidade diminuiu muito” de uns tempos pra cá.

A produção familiar cresce e diversifica a cada dia. Há de tudo um pouco: hortaliças, jiló, quiabo, maxixe, milho verde, berinjela...



Agora seguros com o mercado institucional, os agricultores começam a vender também para supermercados e feiras locais.

103

Ficha Técnica

Projeto: Associação de Agricultores Familiares do Assentamento Mineira, Cuiabá.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural a assentados da Reforma Agrária, a fim de garantir mercado institucional para a produção orgânica, aberto pelo PAA e Pnae, diversificar o cultivo e fortalecer a organização dos agricultores familiares.

Entidade: Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase/MT) - Contatos Fone (65) 3223-4615 ou fasecac@terra.com.br

Agente de Ater: Igor Carlos Pinheiro - Contatos Fone: (65) 9630-7095 e igor.pinheiro.carlos@gmail.com.

Agricultores familiares: 20 famílias assentadas

Localização: Assentamento Mineira, no Território da Cidadania da Baixada Cuiabana (MT).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/fase-mi

“A alimentação escolar mudou da água para o vinho a vida do agricultor familiar”

Os registros da Incaper dão conta que, até 2010, a agricultura familiar em Cariacica, na região metropolitana da capital capixaba, Vitória, estava estagnada e a banana prata, símbolo local, sem concorrência no mercado. O êxodo rural crescia... O quadro começa a modificar quando, em junho do ano anterior, é publicada a Lei da Alimentação Escolar, como é conhecida a Lei 11.947, que destina o mínimo de 30% do recurso repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae, para a compra de alimentos da agricultura familiar. “Antes, produzíamos pouco, mas após a alimentação escolar a vida do produtor mudou da água para o vinho. Podemos programar o plantio e uma coisa é certa: vamos receber”, relembra o agricultor Ademir Geraldo Degasperi.

Da operacionalização do Pnae nasceu a parceria entre o Instituto e a Prefeitura de Cariacica. De início, as barreiras residiam na dificuldade climática e na falta de tradição no cultivo de hortigranjeiro, na ausência de cooperativas de agricultores familiares e na demora em definir cardápios nutricionalmente equilibrados aos alunos. Soma-se a isso o tamanho do sistema educacional com mais de 42 mil estudantes em 103 unidades de ensino. “A complexidade era imensa, aliada à comercialização individual dos agricultores e ao aumento exacerbado no número de notas fiscais e contratos”, revela Rodgers Soares de Barros, agente de extensão em desenvolvimento rural do Incaper.

Durante o processo inicial do novo modelo do Pnae em Cariacica, todos os envolvidos – Instituto, escolas, Prefeitura (por meio das secretarias municipais de Agricultura e Pesca e de Educação) e agricultores familiares – diagnosticaram que o projeto não ia bem. Reclamações de perda de produtos, de um lado, e de compromissos de entregas não realizados, de outro. “A situação estava caótica, sob risco de interrupção. Três ações deveriam ser adotadas para o processo fluir”, enumera Rodgers: (1) as escolas estimarem a demanda com antecedência de seis meses; (2) o agricultor planejar a produção e a entrega, respeitando o prazo; e (3) os cardápios deveriam ser saudáveis.

Após diversas reuniões, a solução foi desenvolver um programa inédito e informatizado, em planilhas de Excel, para atender simultaneamente as três proposições, haja vista a complexidade dos cálculos abrangidos. Logo o sistema já estava em funcionamento e se mostrou eficientíssimo, capaz de pôr fim as divergências, estabelecer confiança e apresentar as seguintes informações em tempo real:

1. A partir da digitação do número dos cardápios, exibe 22 itens que fazem parte da composição nutricional (energia, proteína, lipídios, colesterol, fibra, cálcio, magnésio, ferro, vitamina A, Vitaminas do complexo B, vitamina C entre outros);
2. Informa também o custo do cardápio por aluno e por escola;
3. Separa os produtos a serem produzidos por cada agricultor;
4. Ajusta as quantidades para coincidir com o tamanho da embalagem disponível;
5. Distribui as quantidades de produtos que cada agricultor irá entregar em cada escola.

Assim, ganharam os estudantes: 100% dos cardápios avaliados nutricionalmente, em 2015, contra somente 55%, em 2014. Ganharam os agricultores familiares: mais nove produtores comercializando pelo Pnae, somando 78 (60 homens e 18 mulheres, sendo 16 orgânicos),

no mesmo período. Ganhou a economia do município: R\$ 1,2 milhão adquiridos de alimentos locais, aumento de 34%, entre os dois anos. O sistema virou referência e funciona em outros dois municípios do Estado: Colatina e Santa Teresa.

“O processo de implantação deste projeto foi muito difícil inicialmente uma vez que as pessoas não acreditavam e não havia nenhum exemplo para apresentar. Com o tempo e com o aparecimento dos primeiros resultados as coisas foram mudando lentamente. Ao final todos ficaram satisfeitos com os resultados. Isto nos dá uma grande satisfação do dever cumprido”, afirma o engenheiro agrônomo do Incaper, Edegar Antônio Formentini.

“Antes, produzíamos pouco, mas após a alimentação escolar a vida do produtor mudou da água para o vinho. Podemos programar o plantio e uma coisa é certa: vamos receber”



Ficha Técnica

Projeto: Otimização do Pnae: informatização e integração entre engenheiros agrônomos e nutricionistas.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para transformar a compra e a distribuição dos alimentos da agricultura familiar para o Pnae em um processo ágil, simplificado, sem desperdícios e com garantia nutricional, por meio de sistema informatizado.

Entidade: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper). Contatos (27) 3636-9888.

Autor: Rodgers Soares de Barros, Agente de Extensão em Desenvolvimento Rural do Incaper. Contatos (27) 3354-5251 (27) 99994-7399 ou rodgers@barrosnet.com.

Agricultores familiares: 78 famílias comercializando para o Pnae.

Localização: município de Cariacica (ES).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/incaper-mi



Eixo 4

**ATER PARA PÚBLICOS
ESPECÍFICOS**

MULHERES

“Hoje temos mais autonomia”

O trabalho do CAA/BA, contratado pelo MDA, acompanha 240 mulheres rurais. Em especial, a iniciativa desenvolvida na comunidade de Lagoa do Peixe, em Barra do Mendes, distante 520 quilômetros da capital baiana, Salvador, tem mobilizado a organização feminina e o incremento da produção de alimentos. Ivanice Rosa é uma das 13 agricultoras familiares que, sob o suporte do Centro, criou a Associação de Mulheres Flores do Semiárido, cuja representação social vem sendo exercida nas instâncias local, estadual e nacional. “O projeto tem sido um grande incentivo para nós”, valoriza. “Hoje temos mais autonomia”.

O CAA/BA desenvolveu cursos de beneficiamento e processamento de frutas, panificação, marketing, plano de negócio, associativismo e palestras sobre gênero e agricultura familiar, com foco na economia solidária, operacionalização do PAA e do Pnae e rotulagem. “A nossa meta é ter todas as mulheres com documentação rural, principalmente a DAP, acessando o Pronaf e o Pnae”, explica a técnica Valterlucia. “Antes, elas tinham pouca informação das políticas públicas para mulheres”. Os serviços de Ater articularam um mutirão para a construção da estrutura física da Associação, viabilizando a cozinha comunitária para elaboração de produtos beneficiados.

Atualmente, a Flores do Semiárido produz doces, geleias, polpas de frutas nativas, pães, bolos e biscoitos. A comercialização acontece via a negociação com outros grupos produtivos e são entregues a prefeituras municipais da região. “Incentivamos ainda as mulheres a cultivarem hortas em casa, que também é uma boa fonte de renda”, esclarece Valterlucia.

Valterlucia se diz orgulhosa com os resultados apresentados pelo projeto: “A alegria das mulheres trabalhando e buscando mais qualidade de vida foi gratificante. O acolhimento, a confiança do grupo, os temas abordados, os diagnósticos produtivos, as visitas, os seminários e os intercâmbios... Tudo foi muito proveitoso”.

“A nossa meta é ter todas as mulheres com documentação rural, principalmente a DAP, acessando o Pronaf e o Pnae”.





Ficha Técnica

Projeto: Geração de renda e independência financeira para agricultoras familiares

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para assistir mulheres agricultoras, em situação de extrema pobreza, no acesso a políticas públicas rurais e à formação para o associativismo, geração de renda e segurança alimentar e nutricional.

Entidade: Centro de Assessoria do Assuruá (CAA/BA). Contatos: (74) 3641- 1483 e contato@caabahia.org.br.

Agente de Ater: Valterlucia Alves Martins - Contatos: (74) 99958-5128 teumst@hotmail.com .

Agricultor familiar: 18 mulheres agricultoras, entre elas Ivanice Rosa de Sousa Lima. Contatos: (74) 99958-5128.

Localização. Comunidade Rural de Lagoa do Peixe, no município de Barra do Mendes (BA).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/caa-mul

Mulheres em movimento mexem a terra, o doce e suas vidas

Na comunidade rural de Rio Novo, em Apodi, distante 340 quilômetros da capital potiguar, Natal, o grupo produtivo de mulheres encontrou na produção e beneficiamento de bananas e organização dos quintais produtivos, uma alternativa para geração de renda, acesso a políticas públicas e, conseqüentemente, autonomia econômica e melhoria de suas vidas.

As mulheres dedicavam a maior parte do seu tempo ao trabalho do cuidado, bem como, a produção nos quintais. Como diz Maria Dalvaneide, a rotina era “a luta de casa, cuidando do marido e de menino”, “ajudava no roçado” e “plantava no quintal”. Porém, “Quando a plantação não tava boa, o marido não pagava a gente pelo trabalho no roçado”, revela. Foi quando iniciou um projeto que, na opinião da agricultora familiar, é digno de “festa”, comemoração.

Em 2012, a Associação Comunitária de Rio Novo, da qual o grupo produtivo de mulheres é parte, iniciou a comercialização de doces para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, na modalidade doação simultânea. Com a exigência do Programa de que as produtoras têm que dispor da matéria-prima, Maria Dalvaneide, de 35 anos, Carmem Gomes, 44, Maria Elenita, 49, Maria Genilda, 52, Patrícia Luiza, 37, e Gracilene Nascimento, 26, acessaram a linha de crédito do Pronaf b e, em área cedida por familiares, instalaram o pomar em terreno de dois hectares, com sistema de irrigação por gotejamento.

A ausência dos serviços de Ater e de financiamento e a prolongada estiagem começaram a comprometer a lavoura. É nesse contexto que, no segundo semestre de 2013, iniciaram as tratativas para o projeto ATER Mulheres na comunidade. “O apoio chegou na hora”, conta Maria Dalvaneide aliviada.

“A gente não tinha esse negócio de trabalhar e ter o nosso próprio dinheiro”, vai explicando Maria Dalvaneide. “A partir do projeto das bananas e da produção de doces foi que tivemos outra visão que poderíamos ter um dinheiro, fruto do nosso trabalho”. A agricultora faz parte de um conjunto de outras 240 que receberam os serviços de Ater do Centro Feminista 8 de Março (CF8/RN) e fomento de R\$ 2,4 mil/cada para o desenvolvimento da produção, por meio do Projeto ATER Mulheres, em parceria com a Diretoria de Políticas Públicas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPMRQ/MDA), executado entre novembro de 2013 e setembro de 2015.

De início, as técnicas da CF8 fizeram mobilização, apresentação da ação e reuniões, sempre em articulação com entidades locais. Seleccionadas as participantes, realizaram diagnóstico das propriedades e oficinas de socialização. Por fim, vieram os projetos produtivos.

No caso da comunidade de Rio Novo, a ação proposta era o cultivo e o beneficiamento de bananas e a organização de quintais produtivos. A estratégia de manter o cultivo em quintais surge da constatação que mais de 50% das mulheres não dispõem de terra própria para produção, necessitando arrendar de parentes. Nesse sentido, foram desenvolvidos projetos individuais envolvendo caprinos, suínos e aves caipiras.

Quanto a plantação de bananas, as seis mulheres organizaram-se em grupo de produção e impulsionaram a atividade. Segundo a técnica Mábia Oliveira, “na produção, os tratos culturais e o controle de insetos, são feitos em bases agroecológicas”. Atualmente, é vendida uma tonelada e meia por semana, em média, de banana in natura. Para o PAA, é escoada a produção de doces. Mábia acredita que a tática do CF8 de alocar extensionistas mulheres para os serviços de Ater com agricultoras familiares vem dando muito certo. “A assessoria a mulheres feita por mulheres faz com que as beneficiárias se sintam mais seguras em falar questões do cotidiano, sobre a realidade vivenciada e os desejos de mudança e de construção”, pondera. Maria Dalvaneide faz planos para o dinheiro adquirido com o novo trabalho. “Tô juntando pra levantar minha casinha e assim a gente vai querendo crescer cada vez mais”.

a rotina era “a luta de casa, cuidando do marido e de menino, ajudava no roçado e plantava no quintal”. Porém, “Quando a plantação não tava boa, o marido não pagava a gente pelo trabalho no roçado”... Foi quando iniciou um projeto que, na opinião da agricultora familiar, é digno de “festa”, comemoração.



Ficha Técnica

Projeto: ATER Mulheres

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural, realizada por profissionais mulheres, para fortalecer a auto-organização de agricultoras familiares, ampliar e diversificar o cultivo e acessar alternativas de comercialização dos produtos.

Entidade: Centro Feminista 8 de Março (CF8/RN). Contatos: (84) 3316-1537 / 8849-4002 ou E-mail: cf8@cf8.org.br

Autores: Antônia Mábia Oliveira, Camila Paula Silvestre e Rejane Medeiros.

Agricultores familiares: 240 agricultoras.

Localização: Municípios de Apodi, Campo Grande, Caraúbas, Felipe Guerra e Itaú.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/cf8-mul

“Falo com todo orgulho que sou agricultora e trabalhadora rural”

O elucidativo e emocionado relato é da agricultora familiar assistida pelo projeto da CTA-ZM em Espera Feliz, distante 350 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte. “Não valorizava o que fazia, achava que era um trabalho menos importante. Não anotava nada, tinha a mania de plantar, mas não tinha noção de quantas coisas tinha em volta de casa, as frutas, as plantas medicinais. A gente tinha na cabeça que ser mulher é ser menos que o sexo masculino, é não ter poder, não ter vez, não ter voz”. A percepção dela é também a de muitas mulheres do campo pelo Brasil afora.

Percebendo a necessidade da superação da desigualdade rural de gênero, o Centro liderou o lançamento da Caderneta Agroecológica, com apoio da União Europeia e articulado a outras entidades do Norte, Nordeste, Sudeste e Sul do País. Segundo a agente Elisabeth Cardoso, trata-se de um instrumento político-pedagógico para dar visibilidade às mulheres, consolidando o debate feminista acerca das condições de precariedade e inferioridade que as camponesas se encontram. Mil cadernetas foram distribuídas e, ao Centro, coube o acompanhamento de 64 agricultoras familiares, para um projeto piloto.

A agricultora de Espera Feliz conta um pouco mais de sua história: “O trabalho com a Caderneta Agroecológica, me ajudou a ter gosto por aquilo que desenvolvo. Acho tão fundamental participar das atividades que é até difícil de explicar. Percebemos que não temos diferenças, que devemos lutar por uma paridade de direitos. A nossa luta não é para separar a família. É para que as mulheres e os maridos permaneçam juntos, mas com direitos iguais”. De igual modo, uma agricultora familiar de Santana de Manhuaçu, valoriza a metodologia de trabalho do CTA-ZM.

“Geralmente quando perguntavam a nossa profissão a gente falava que era doméstica. Agora não! Com todo orgulho falo que sou agricultora e trabalhadora rural, me valorizo dentro do meu trabalho lá na minha casa”, ressalta. O Centro considera, enquanto conteúdo, a ampliação da noção de economia, incorporando a dimensão doméstica e reprodutiva como parte de um conceito centrado na sustentabilidade da vida e não apenas nas relações de mercado. “O objetivo é dar visibilidade ao aporte econômico gerado pelas mulheres, reconhecendo o trabalho não remunerado”, explica a agente de Ater.

Após oficinas e cursos junto às agricultoras, o CTA-ZM acompanha o uso da caderneta, entregue para registro diário dos trabalhos realizados nos quintais (doação, venda, consumo e trocas de insumos) e com o artesanato. Ao converter as informações produtivas anotadas em renda monetária, descobre-se que “o trabalho menos importante” em verdade é bastante significativo, social e economicamente. Somada a análise dos dados a caminhas transversais e entrevistas semiestruturadas, os resultados começam a aparecer: a efetiva contribuição feminina na gestão dos agroecossistemas.

Elisabeth explica que as transformações vivenciadas pelas mulheres surgem a partir da “própria casa, superando no dia a dia os conflitos”. “É um processo gradativos e, muitas vezes, lento. Porém, o mais importante é perceber que elas estão ocorrendo”, lembra. O Centro tem estimulado a aplicação da Caderneta Agroecológica por outras entidades, inclusive apoiando metodologicamente sua implantação. Pode-se conseguir versões online fazendo contato com a instituição mineira.

A Caderneta é um instrumento político-pedagógico para dar visibilidade às mulheres, consolidando o debate feminista acerca das condições de precariedade e inferioridade que as camponesas se encontram.



113

Ficha Técnica

Projeto: Caderneta agroecológica: metodologia de monitoramento da renda das mulheres camponesas.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para fortalecer o empoderamento e a autoestima feminina no campo, por meio da caderneta de acompanhamento de tarefas periódicas da mulher, tanto em casa quanto na produção de alimentos.

Entidade: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM). Contatos: (31) 3892-2000 e cta@ctazm.org.br.

Agente de Ater: Elisabeth Maria Cardoso. Contatos: (31) 3892-2000 e guto@ctazm.org.br.

Agricultores familiares: 64 mulheres rurais.

Localização: 14 municípios da zona da Mata (MG).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ctamg-mul.

Emater/RO

“Posso emprestar uns trocos para o meu marido ao invés de pedir”

A agricultora familiar Elaine Valiatti é uma felicidade só quando fala do projeto da Emater/RO, que fomenta a atividade produtiva no campo a pessoas na linha de extrema pobreza. “Minha autoestima melhorou, aprendi a falar e a relacionar com as pessoas”, festeja. E vai além: “Hoje posso emprestar uns trocos para meu marido, ao invés de pedir”, arremata. Já Luciana Salvatt, suinocultora familiar, exalta o interesse da vizinhança em conhecer seu sistema de produção.

A iniciativa atende 400 mulheres rurais e é resultado dos serviços de Ater, no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria, contratados pelo MDA. De início, a Emater/RO identificou as famílias a serem atendidas, cujo critério preliminar era o de inclusão no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Então, desenvolveram-se oficinas, visitas coletivas, cursos de capacitação de mão-de-obra individual, entre outras atividades.

Todos os projetos produtivos foram implementados com acompanhamento técnico, gerando alimentos de base agroecológica. “Trabalhamos na conscientização sobre os defensivos químicos”, afirma Marcela, técnica da Emater/RO. Além do aumento na renda, as famílias agricultoras passaram a comercializar os produtos de suas hortas também para o PAA e o Pnae.

114



“Minha autoestima melhorou, aprendi a falar e a relacionar com as pessoas”



Ficha Técnica

Projeto: Ater para Mulheres Promove a inclusão e desenvolvimento de agricultoras em Rondônia

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural, no âmbito do Programa Brasil Sem Miséria, para o fomento da atividade produtiva de agricultoras familiares, com garantia de comercialização e plantio de alimentos de base agroecológica.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater/RO). Contatos (69) 3211-3738 ou ascom@emater-ro.com.br

Agente de Ater: Marcela Martins Rodrigues - Contatos: (69) 3411-2156 ou esregjiparana@emater-ro.com.br

Agricultores familiares: 400 agricultoras

Localização: municípios de Ouro Preto do Oeste, Teixeiraópolis, Nova União, Vale do Paraíso, Governador Jorge Teixeira, Presidente Médici e Jaru, no território da cidadania Central (RO).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerro-mul

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Formação de rede transforma aldeia indígena em São Paulo

A Cati/SP identifica o sucesso do projeto desenvolvido na aldeia Ekeruá, em Avaí, distante 370 quilômetros da capital paulista, São Paulo, na formatação da Rede Sociotécnica de Cooperação. Ela é composta por instituições públicas (federal, estadual e municipal), organizações da sociedade civil (associação indígena e cooperativa agroindustrial) e entidades do mercado. A ação apresenta resultados arrebatedores. De 2012 a 2014, o faturamento cresceu 1.150%, chegando a R\$ 900 mil/ano, envolvendo 50 agricultores familiares indígenas e a produção de 1,3 mil toneladas de mandioca beneficiada.

José Carlos, técnico da Cati, explica que inicialmente a estratégia era enfrentar a pobreza indígena. Diante da prosperidade do negócio, a aldeia, além de ampliar e diversificar o cultivo, vem processando a mandioca e tem venda garantida junto a uma cooperativa de produtores locais. “A rede apoia todas as etapas do processo: da agroindustrialização à agregação de valor, passando pela comercialização dos produtos”, observa. A renda média é de R\$ 1,2 mil/família, com a inserção de jovens e mulheres, oriunda somente da prática milenar dos indígenas, a mandioca.

Consolidada a lavoura, a Cati estimulou a instalação de seringueira, para extração do látex. Há 24 mil pés, manejados por 40 famílias indígenas. “Estimamos renda mensal de R\$ 1 mil/família, quando iniciar a produção, a partir do sétimo ano”, calcula José Carlos. Também foi implantado viveiro de babosa (aloe vera) para fins farmacêuticos e cosméticos. “Planejamos viabilizar o processamento da polpa e a venda no mercado de fitoterápicos”, ressalta. Ela acrescenta que, sem a rede, “jamais qualquer integrante isoladamente conseguiria dar conta do conjunto de atividades desenvolvidas”.

Quinze atores sociais integram a rede, com responsabilidade dividida entre a oferta de recurso humano e investimento direto (R\$ 531 mil, ao todo). Entre as atividades, destacam-se: o uso de máquinas para o preparo do solo e para a lavagem das raízes colhidas; a capacitação indígena para as diferentes etapas do processo, inclusive para o manejo de conta bancária; a regularização jurídica da associação; a construção de galpão multiuso; a articulação do mercado comprador; o desenvolvimento de sistema de planejamento e controle; a produção de mudas de seringueira; e a instalação de viveiro de babosa.

No percurso do projeto, dois fatores mostraram o vigor e a capacidade da rede sociotécnica. Primeiramente, o crescimento constante de parceiros, saltando de quatro para os atuais 15. Em segundo lugar, a imunidade da produção de mandioca diante da queda do preço de mercado, ao beneficiamento do produto, à diversificação do cultivo e à abertura de novos mercados. O desafio agora reside na busca pela comercialização institucional: do governo federal, por meio do PAA e Pnae; e do governo estadual, pelo Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS).

José termina apontando que a expectativa indígena à apresentação do projeto, ainda em 2012, era por algo que “oferecesse salários mensais”. No entanto, a proposta pautava-se pela produção e venda, pagando despesas e dividindo o lucro. “O aprendizado de autogestão é até mais importante que os resultados econômicos obtidos”, avalia o técnico. “Agora, novos

horizontes se abrem, especialmente para os jovens indígenas”

Indicador	2012	2013	2014	Crescimento 2012/2014
Área cultivada (ha)	24	70	100	300 %
Produção (ton.)	240	1050	1300	440%
Faturamento anual (R\$mil)	72	550	900	1150 %
Indígenas envolvidos	5	18	50	900%

Fonte: Coordenação do projeto.

Instituição	Investimentos 2012 a 2014 (R\$)
Cati/SP	115.000
Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta/SP)	3.500
Fundação Nacional do Índio (Funai)	140.000
Secretaria da Justiça de São Paulo	4.000
Fundação Nacional de Saúde (Funasa)	1.500
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)	115.000
Prefeitura de Avaí (SP)	42.000
Centro de Cultura Terena Kipae	110.000
Total	531.000

Fonte: Coordenação do projeto.

118

Composição da Rede Sociotécnica de Cooperação

Associação Centro da Cultura Terena Kipae.
 Funai (regional Bauru)
 Escritório de Desenvolvimento Rural de Bauru.
 Casa da Agricultura de Duartina (Cati).
 Cooperativa Agropecuária de Ubirajara.
 Prefeitura Municipal de Avaí.
 Prefeitura Municipal de Duartina.
 Instituto de Cooperativismo e Associativismo (ICA).
 Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena
 Apta Regional Bauru.
 Pnud
 Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo
 Secretaria da Justiça de São Paulo
 Banco do Brasil
 Universidade Estadual Paulista (Unesp) – Botucatu



Ficha Técnica

Projeto: Redes Sociotécnicas & Ater Indígena.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para formação de uma rede sociotécnica, composta de entidades públicas e privadas, capaz de promover o desenvolvimento socioeconômico de agricultores familiares indígenas, potencializando o cultivo e possibilitando agregação no valor dos produtos.

Entidade: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati/SP), regional Bauru. Contatos: (14 3228-1294 ou ca.duartina@cati.sp.gov.br).

Agente de Ater: José Carlos Rossetti - Contatos: (19) 3743-3702 ou coordenadoria@cati.sp.gov.br

Agricultores familiares: 50 famílias indígenas.

Localização: Aldeia Ekeruá, no município de Avaí (SP)

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/cati-pct

“Uma prática desde os nossos ancestrais”

Extra, extra! Diário Informativo da Associação da Ti Kaxinawá de Nova Olinda informa:

“Atualmente, na terra indígena, existem cinco aldeias, somando aproximadamente 500 pessoas, onde 33 famílias estão cadastradas no PAA. [...] Os equipamentos estão sendo úteis para o desenvolvimento de nossos trabalhos, principalmente os kits de casa de farinha e os barcos, em especial o de alumínio de 12 metros [...] Um grande incentivo é a produção de artesanatos de Encauchados de vegetais da Amazônia e a tecelagem. [...]”.

O Diário Informativo é de setembro de 2015 e serve de comunicação entre as aldeias da terra indígena Kaxinawá, legalizada em 1991, numa área de 27,5 mil hectares, em Feijó (AC), distante mais de 360 quilômetros da capital acreana, Rio Branco. A Associação foi criada para reforçar a identidade cultural Huni Kuin, autodenominação dos Kaxinawá. “A população dessa terra indígena se formou a partir de famílias outrora dispersas por antigos seringais da região, na época dos primeiros contatos pacíficos com os brancos, na primeira década do século XX”, explica Dinah, técnica da Emater/AC.

O periódico segue noticiando:

“Essa produção está sendo a identidade da aldeia Nova Olinda. O seu fortalecimento e a prática vêm gerando e garantindo o desenvolvimento sustentável das famílias Huni Kuin. O amendoim, que 28 famílias plantam em grande quantidade, serve tanto para a alimentação quanto para a venda e vem sendo praticado desde os nossos ancestrais, um dos costumes que nunca foi esquecido”.

Os agricultores contam que a Ater está inserida no Plano de Gestão Territorial e Ambiental, que se estrutura por meio de oficinas junto com as comunidades para levantar iniciativas presentes nas terras indígenas, indicando os anseios, a vocação produtiva de cada povo e as áreas destinadas a cada uma das atividades. As atividades, a um só tempo, dialogam com as comunidades para dimensionar o planejamento, auxiliando na identificação das responsabilidades, e instrumentalizam o Estado com informações precisas da realidade das aldeias.

A estratégia do Plano de Gestão está focada nos agentes agroflorestais indígenas, escolhidos pelas comunidades, para participarem de formação continuada em técnicas de manejo e produção sustentável. São eles que, segundo Dinah, “têm condições de prestar uma efetiva e eficiente assistência técnica, pois conseguem dialogar mais facilmente com os anciãos indígenas que ainda conhecem sementes, formas ancestrais de cultivo e coleta de produtos florestais”. Tais agentes funcionam como elo entre a Ater e as terras indígenas e como fomentador da importância da cultura tradicional.

Especificamente, desde 2011, o Plano de Gestão desdobrou-se no projeto Etnoconhecimento e Agrobiodiversidade entre os Kaxinawá de Nova Olinda, desenvolvido a partir de metodologia participativa e diálogo de saberes. “O objetivo é fomentar a produção sustentável voltada à segurança alimentar, valorizando os conhecimentos tradicionais através do intercâmbio e troca de saberes; estudar a agrobiodiversidade; e desenvolver ações de melhoria e diversificação da produção agrícola, aliando conhecimento tradicional e técnico-científico”, explica Dinah.

Ela destaca como consequência do projeto a confecção de “mapa etnopedológico detalhado, com a caracterização do solo do ponto de vista da ciência pedologia (pesquisadores) e dos kaxinawá (ciência Hãtxa Kuin)”. Considerando ambas as matrizes de conhecimento, observou-se progresso na quantidade, qualidade e diversidade da produção de alimentos. “O resultado mais importante, em termos gerais, foi a mudança de perspectiva do grupo em relação ao seu potencial, tendo, como referência, sua organização local e sua identidade Huni Kuin, impulsionando uma série de melhorias das condições locais”, afirma.

A estratégia do Plano de Gestão está focada nos agentes agroflorestais indígenas, escolhidos pelas comunidades, para participarem de formação continuada em técnicas de manejo e produção sustentável.



121

Ficha Técnica

Projeto: Ater e pesquisa no âmbito do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Kaxinawá de Nova Olinda

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para potencializar a formação de sistemas agroflorestais em terra indígena, inserindo a cadeia produtiva da mandioca e seus derivados e valorizando os conhecimentos tradicionais.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica Extrativista Rural do Acre (Emater/AC). Contatos (68) 3226-2801 / 3227-1993

Agente de Ater: Dinah Rodrigues Borges - Contatos: (68) 9989-6752 ou dinah.borges@gmail.com.

Agricultores familiares: 500 indígenas

Localização: terra indígena Kaxinawá de Nova Olinda, no município de Feijó (AC).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerac-pct

“Os quilombolas abastecem as aldeias indígenas”

A diversidade de Guaíra, distante 640 quilômetros da capital paranaense, Curitiba, espelha bem o projeto da Emater/PR. A cidade é fronteira ao Paraguai, somente há 20 minutos de Salto del Guayra, sendo separada pela margem do segundo maior rio da América do Sul, o Paraná. Parte do território integra ainda o Parque Nacional de Ilha Grande, formado por mais de 200 ilhas e considerado o maior arquipélago pluvial do continente. A denominação original de Guaíra significa “lugar de difícil acesso”, segundo os índios guaranis. Têm pouco mais de 30 mil habitantes.

Embora de pequeno porte, e para completar sua heterogeneidade, a cidade possui moradores de origem histórica, em ambos os países: indígenas e quilombolas. A Emater/PR aliou o combate à miséria e a geração de renda no campo para desenvolver a experiência de formação da rede solidária. De um lado, os mil Guaranis, Tekone’mboguatá e Teko Pyaru, etnias cujo fluxo migratório as reduziu à metade em pouco tempo, e, de outro, 42 quilombolas de comunidades em processo recente de franco esvaziamento. Em comum entre os povos tradicionais, a fome...

Rita de Cássia Ribeiro, agente do Instituto, conta que a situação era gritante, chegando a morrer uma criança indígena “com suspeita de inanição”. No caso dos quilombolas, constatou-se que “estavam na iminência de abandonarem a área rural”. A entidade, após continuada oferta dos serviços de Ater, formulou um único projeto para atender as duas demandas: diversificar o cultivo de mandioca destes para alimentar aqueles. “Os quilombolas atenderam prontamente o desafio de fornecer alimentos ao PAA. Hoje são os principais fornecedores responsáveis pelo abastecimento das aldeias”, explica.

As atividades levaram em conta as questões de juventude e de gênero ao implementar a metodologia para profissionalização dos agricultores familiares, por meio de curso, tarde de campo, reunião prática e treinamento específico. Os trabalhos resultaram no cultivo de horta comunitária diversificada, na dimensão de 1 hectare, deixando para trás o histórico da monocultura da mandioca, que esgotou o solo, causou baixa produtividade e frustrou a safra das famílias quilombolas. A Emater/PR articulou parceiros para viabilizar irrigação e insumo (calcário, ferramentas agrícolas, adubos e sementes).

Paralelamente a evolução da produção quilombola, o Instituto passou a cogitar a inclusão dos indígenas entre os beneficiários dos alimentos do PAA, modalidade doação simultânea, para aplacar a insegurança alimentar e, conseqüentemente, programar no devido tempo o cultivo nas aldeias. Rita de Cássia lembra que, em 2009, foi oficializada a “parceria inusitada”. “O primeiro convênio foi assinado com a Associação Manoel Ciriaco dos Santos, com compromisso de entrega de 45 toneladas/ano, formando uma verdadeira rede solidária entre povos tradicionais”, ressalta.

Desde então, sete aldeias são atendidas, totalizando 993 indígenas, e 15 quilombolas passaram a ter renda individual de R\$ 6,5 mil/ano, somente com o PAA. O excedente é comercializado a empresas do ramo gastronômico local. Em novo acordo, a Emater/PR conseguiu que o Programa Nacional de Habitação Rural chegasse até as comunidades e foram construídas novas moradias para sete famílias. De ambos os lados da rede, houve a organização formal das pessoas. Os indígenas foram capacitados e a produção de olerícolas para autoconsumo já pode ser vista.

Adir Rodrigues dos Santos é líder da comunidade quilombola. Ele reconhece a importância do PAA por “transformar a nossa vida para melhor, garantindo emprego e renda”, dos serviços de Ater do Instituto e prevê vida longa na parceria com as aldeias. “Queremos continuar, pois se trata de gente que já sofreu como nós sofremos no passado. Os índios enfrentam muitas dificuldades e não têm apoio, pois são vistos com muito preconceito”, salienta.

“Os quilombolas atenderam prontamente o desafio de fornecer alimentos ao PAA. Hoje são os principais fornecedores responsáveis pelo abastecimento das aldeias”.



Ficha Técnica

Projeto: Combate à fome: rede solidária entre povos quilombolas e indígenas.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para diversificar o cultivo em comunidade quilombola e articular a comercialização da produção para o PAA, aplacando também a insegurança alimentar de outro povo tradicional brasileiro: os indígenas.

Entidade: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR). Contatos (41) 3250-2100 e emater@pr.gov.br

Agente de Ater: Rita de Cássia Ribeiro. Contatos: (44) 3642-2391 e ritaribeiro@emater.pr.gov.br.

Agricultores familiares: 15 quilombolas e 993 indígenas.

Localização: município de Guaíra (PR).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerpr-pct.

“O coco dá sabor especial ao cardápio e ainda gera renda”

O projeto do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam/PA) atende uma população tradicional encravada no coração da floresta amazônica, na bacia hidrográfica do maior rio brasileiro, o Amazonas. A reserva extrativista Tapajós-Arapiuns conta com 23 mil moradores, espalhados por 72 comunidades ribeirinhas, formadas na sua maioria por indígenas. Criada em 1998 numa área de 677 mil hectares, a reserva está localizada entre os municípios de Santarém e Aveiro, no Pará, com acesso somente fluvial: a leste distante 1,3 mil quilômetros de capital paraense, Belém, e a oeste, 2,1 mil quilômetros da capital amazonense, Manaus.

Vanderlan da Silva Santos, técnico do Ipam, explica que o projeto nasceu das árvores de grande porte e dos inúmeros riachos da Amazônia, em 2014, e é contratado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para atender a 22 comunidades. A iniciativa está centrada em ações que consideram o saber local: fabricação artesanal de óleo de coco e reaproveitamento dos resíduos; produção de alimentos e enriquecimento nutricional; biojóias com matérias-primas florestais não madeireiras; e movelaria artesanal com reaproveitamento de madeira morta.

“O coco é integralmente utilizado, há demanda para produção e dá sabor especial aos cardápios, gerando renda e contribuindo para a saúde dos comunitários”, resume Vanderlan, apontando as benfeitorias de uma das linhas de ação. Em relação ao artesanato, o agente Jonhson Pantoja garante que a combinação entre a atividade manual e o uso nativo de matéria-prima “dá certo”, pois “conhecimento técnico e tradicional potencializa o produto”. Estes trabalhos complementam a pesca artesanal e o cultivo de mandioca, além de compor rendimento oriundo do Bolsa Família, presente em 60% das famílias.

O Ipam realizou oficinas, diagnósticos e planejamentos sociais, produtivos e comerciais. A formação teórica e prática estava baseada no método “aprender fazendo”. Vanderlan da Silva informa que, a partir de itens abundantes e historicamente desperdiçados na reserva, foram definidas as quatro atividades produtivas. Por exemplo, ganharam nova utilidade o coco da praia (também conhecido por coco da Bahia) costumeiramente queimado e a madeira morta (pedaços de árvores caídas) até então sem uso, além de folhas, cascas, raízes, palhas, cipós, sementes.

O coco é integralmente usado. A polpa é triturada, extraindo o óleo, para consumo e comercialização. Os resíduos servem para ração animal e a casca vira artesanato em formato de biojóia. Além de o produto integrar o novo cardápio dos ribeirinhos, outros também foram introduzidos: o creme de Tucumã substituiu a manteiga, o peixe recebeu molho de manga, a macaxeira ganhou lugar cativo nos escondidinhos de galinha caipira e a casca de frutas e legumes se transformaram em farofa e frutas mistas, em vitaminas. “Os alimentos são nutritivos e saborosos”, assegura Cassio Alves.

As árvores caídas pelo efeito de ventos fortes, raios ou morte natural são reconfiguradas, recebem designer diferenciado e assumem modelos próprios da floresta. Assim, peixes, tamanduás, tartarugas e jacarés viram mesas, cadeiras e bancos. Por sua vez, as sementes de açaí, tento, olho de cabra, olho de boi, fibra de buriti, ouriço de castanha, bambu, entre outros, tomam a forma de pulseiras, brincos, colares, anéis. “Antes visto como algo sem valor, o produto passa a ser significativo, pois externa a riqueza existente e o sentimento de artista, ampliando os horizontes”, conclui Alcineia Magalhães.

O creme de Tucumã substituiu a manteiga, o peixe recebeu molho de manga, a macaxeira ganhou lugar cativo nos escondidinhos de galinha caipira e a casca de frutas e legumes se transformaram em farofa e frutas mistas, em vitaminas. "Os alimentos são nutritivos e saborosos".



Ficha Técnica

Projeto: Práticas ecológicas: uma estratégia positiva no cotidiano de povos extrativistas

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para famílias agroextrativistas ribeirinhas indígenas e não indígenas, apoiada na formação teórica e prática e no fortalecimento e inovação dos conhecimentos tradicionais, para uma economia mais justa.

Entidade: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam/PA). Contatos: (93) 3523-2068.

Agentes de ATER: Alcilene Magalhães Cardoso (91) 3239-6500, Cássio Alves Pereira e Maria da Luz Farias (91) 3239-6512 Contatos: (91) 8195-8735

Agricultores familiares: 22 comunidades

Localização: reserva extrativista Tapajós-Arapiuns (PA).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ipam-pct

JOVENS

Torneio de futebol integra assentados de nove municípios paulistas

Domingo, 8 horas da manhã. Os rivais dos projetos de assentamentos São Joaquim e Frei Pedro duelam pela finalíssima da 1ª Copa de Futebol dos Assentamentos de Andradina e Região. Três meses jogando semanalmente para chegar até ali. A emoção dos presentes cresce ao olhar para as campanhas: cerca de 320 jogadores, 20 times, representando 16 assentamentos de nove municípios. Os líderes, do São Joaquim e do Frei Pedro, se aproximam do juiz, à vista do cobiçado troféu esculpido artesanalmente em madeira que representa a logomarca da Copa do Mundo do Brasil, representando “as mãos dos agricultores sustentando a bola da COPA e ao mesmo tempo mostrando a semente brotando do trabalho no campo”.

O sol forte não impede que o público assista ao gol de Sidmar Campos Aguilár que deu o título para o São Joaquim. Pelas contas da Coater, organizadora da competição e que contrata a arbitragem, partidas como as 50 que foram realizadas na 1ª Copa, entre setembro e dezembro de 2014, são raras em áreas de assentamento. “Apenas 30 % têm campo de futebol em boas condições para o desenvolvimento de práticas esportivas”, garante Luiz Carlos Tezoto, técnico da Cooperativa. Nos demais, ou não há ou é improvisado na divisa de alguns lotes.

A Coater atua, mediante contrato com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos 46 assentamentos federais da região de Andradina, distribuídos entre 17 municípios. Embora em quantidade numerosa, a entidade se preocupa com a constante migração juvenil que afeta as áreas, impedindo a sucessão rural, e com o alto índice de uso de álcool e drogas. Tezoto argumenta que a desculpa comum se refere a uma suposta “vida melhor”, alicerçada pelo “estilo de vida das cidades” e a um trabalho com remuneração fixa e mensal. “Outros dizem ‘buscar mais divertimento’, reforçando a ideia de que o meio rural não oferece lazer”, pondera.

Ele avança ao concluir que tal contexto dificulta a “formação de novas famílias” no campo, acelerando o êxodo rural. “A demanda de práticas culturais e esportivas nos assentamentos é algo inquestionável como um dos principais aspectos motivadores para os jovens, sendo um dos pontos de partida para enfrentamento do processo migratório ascendente”, ressalta Tezoto. Assim, a Coater mobilizou 30 reuniões para fomentar a organização juvenil, refletir acerca de seu papel nas comunidades e sensibilizar pela integração e socialização entre jovens assentados, por meio do divertimento e do lazer.

As atividades foram desenvolvidas em 2014 e, em ano de Copa do Mundo, a agenda ganhou força. Aí, nasceu a 1ª Copa, sob a liderança de um líder de cada equipe, integrando agricultores familiares de várias gerações. A Associação Cultural Celso Furtado, que reúne pessoas do assentamento homônimo, localizada em Castilho, recebeu os jogos, com exceção do inaugural, realizado na Faculdade Stella Maris, em Andradina. A bola “Peteleca” e o mascote “Chico Ater” tiveram seus nomes em concurso. Ao olhar para o que foi feito, Tezoto comemora: “A juventude assentada na região de Andradina simboliza a resistência, o futuro e a continuidade do processo de Reforma Agrária”.

Embora em quantidade numerosa, a entidade se preocupa com a constante migração juvenil que afeta as áreas, impedindo a sucessão rural, e com o alto índice de uso de álcool e drogas.

	TIME/ASSENTAMENTO	MUNICÍPIO
1°	Cachoeira	Itapura
3°	Rosely Nunes	Itapura
2°	Florestan Fernandes	Mirandópolis
4°	Santa Maria Da Lagoa	Ilha Solteira
5°	Anhumas	Castilho
6°	São Joaquim	Castilho
7°	Estância Tres Barras	Castilho
8°	Celso Furtado A	Castilho
9°	Celso Furtado B	Castilho
10°	Pendengão	Castilho
11°	Pendengo	Castilho
12°	Santa Isabel	Castilho
13°	Cafeeira	Castilho
14°	Timboré	Andradina
15°	Coater	Andradina
16°	Dois Irmãos	Murutinga Do Sul
17°	Frei Pedro	Pereira Barreto
18°	Olga Benário	Pereira Barreto
19°	Pousada Alegre	Nova Independência
20°	União Da Vitória	Suzanápolis





Ficha Técnica

Resumo: Campeonato promovido pela Coater, integrando jovens de diferentes assentamentos de vários municípios de São Paulo, disseminando práticas culturais dentro do contexto rural, evitando a migração de jovens para outras regiões.

Entidade: Cooperativa de Trabalho e Assessoria Técnica e Extensão Rural (Coater). Contatos Fones (18) 3361-6530 (18) 3361-6546 ou coater@coater.cpm.br

Autores: Luiz Carlos Tezoto, agente da Coater. Contatos: (18) 99776-4148 – 99701-5819 ou luis.tezoto@gmail.com.

Agricultores familiares: Cerca de 320 agricultores familiares.

Localização: município de Andradina (SP).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/coater-jov

“Quero ser causadora de mudança e transformação”

Ana Carolina de Grabowski, de 21 anos, foi uma das alunas do curso técnico de Formação de Agentes de Desenvolvimento, financiado pelas secretarias de Educação e do Meio Ambiente do Paraná e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ofertados gratuitamente no Estado, entre 2012 e 2013. Ela mora na área rural de Bituruna e acredita que vai usufruir do aprendizado adquirido. “Como agente, vou agir e trazer transformação para minha comunidade, mostrando o caminho que aprendi aos produtores. Quero ser causadora de mudanças”, valoriza. Ana e outros 63 jovens de dez municípios foram capacitados nas Casas Familiares Rurais (CFRs), uma concepção de educação integral e técnica em desenvolvimento no Estado desde 1987.

As CFRs funcionam no preceito básico da Pedagogia de Alternância, originária na França na primeira metade do século XX, que intercala períodos em regime de internato na escola com outros em casa, no campo, associando convivência e prática e diminuindo a evasão escolar em áreas rurais. Hoje, as Casas estão espalhadas pelos cinco continentes e, no Brasil, chegaram também aos demais estados sulistas e segue em expansão. No Paraná, há 43 unidades, sendo 18 com curso técnico. “O objetivo da capacitação era ampliar o acesso dos agricultores familiares e de comunidades rurais pobres às políticas públicas, no intuito de constituir uma Rede de Ater, em conjunto com a Emater”, explica Miriam Fuckner, um dos autores do projeto.

Durante a capacitação, os alunos recebem bolsa mensal de R\$ 250 e o pré-requisito, entre outros, é estar cursando o ensino médio, ter 16 anos, possuir renda familiar de até dois salários mínimos e ser morador rural. Foi realizado um módulo por mês, com duração de 16 horas cada, dividido em dois dias. A Emater/PR deslocou dez de seus técnicos, e as CFRs igual número de monitores totalizando dois profissionais para cada unidade com sete alunos selecionados inicialmente. Com os parceiros foi constituído Comitê Gestor responsável pela definição de conteúdo, metodologia, material didático. E Comitê Executivo, formado por técnicos, monitores e alunos, a fim de operacionalizar as atividades.

As aulas abordam temas como Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e outros métodos avançados, como explica a autora Miriam Fuckner: “Selecionamos técnicas que possibilitassem aos agentes priorizar os temas ao chegarem nas comunidades: ‘Raiz da Vida’, que proporciona a auto apresentação, refletindo sobre sua origem; ‘Linha do Tempo’, que permite reflexão coletiva desejada (passado/presente/futuro); ‘Painel de Priorização’, onde são apontadas as potencialidades e desafios da comunidade; e o ‘Diagrama de Análise Institucional’, que possibilita identificar parcerias para concretizar ações”.

Estimulados, os jovens elaboraram Planos de Desenvolvimento da Comunidade, articulando políticas públicas capazes de atender as demandas das famílias rurais, com prioridade para o associativismo e o cooperativismo. A Agroecologia também teve destaque, com treinamento de 72 horas, e ensino prático, com uso de filmes, músicas e dinâmicas. Ao término, o projeto organizou Seminário de Avaliação Final, com entrega dos certificados e participação de todos os envolvidos e também de autoridades públicas paranaenses. E, posteriormente, visitas de campo a cada família dos agentes de desenvolvimento.

“Ao todo, foram realizados 50 diagnósticos rurais participativos, atingindo aproximadamente 600 famílias, a partir dos quais os agentes elaboraram plano de ação”.

O autor Benedito Luiz avalia que a formação alcançou seu objetivo ao inserir 900 famílias de agricultores familiares no campo de ação de políticas públicas em curso, com destaque para o Pronaf, o PAA, o Pnae, o Programa de Moradia Rural do Paraná (PNHF) e programas municipais de análise de solo, de Ater, de melhoria de estradas, de proteção de fontes, de atendimento à saúde. “Ao todo, foram realizados 50 diagnósticos rurais participativos, atingindo aproximadamente 600 famílias, a partir dos quais os agentes elaboraram plano de ação”, acrescenta.

Fora os ganhos comunitários, a experiência despertou significativos avanços para a vida pessoal e profissional dos alunos. Débora Laisa, também de Bituruna, diz que o aprendizado não acaba aqui. “Estarei, cada vez mais, buscando técnicas que realmente funcionem na prática para mudar a forma da comunidade interagir, visando o cooperativismo, o respeito social e, principalmente, melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares”.



Ficha Técnica

Projeto: Formação de jovens rurais para atuarem como agentes de desenvolvimento.

Resumo: Desenvolvimento de curso técnico para jovens da área rural, a partir dos 16 anos, para aplicação dos conhecimentos em suas comunidades. O projeto foi realizado em parceria com as Casas Familiares Rurais e capacitou em Agropecuária, Agroecologia, Administração Rural e Técnico em Alimentos.

Entidade: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/PR).

Contatos Fones (41) 3250-2100 ou (41) 3250-2166.

Autores: Miriam Fuckner, assistente social na área de Desenvolvimento Rural e Inclusão Social.

Contato: (41) 9621-1694 ou miriam@emater.pr.gov.br.

Benedito Luiz Almeida, engenheiro agrônomo. Contato: (41) 32502100.

Agricultores familiares: 64 filhos de produtores rurais.

Localização: municípios paranaenses de Biturana, Cândido de Abreu, Coronel Vieira, Cruz Machado, Pinhão, Pitanga, Santa Maria do Oeste, Santo Antônio do Sudoeste, São Jorge do Oeste e Sapopema.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerpr-jov

“Surtiu efeito! Consegui controlar o ácaro do morango”

A agricultora familiar Ivone Barbosa Rodrigues cultiva morango em Santa Maria do Jetibá, distante noventa e quatro quilômetros da capital capixaba, Vitória. Sua produção sofre com o ácaro rajado, que ataca as folhas. A praga tem alta capacidade reprodutiva e pode devastar a plantação em pouco tempo. Ela não usa agrotóxico e, para manter os morangos orgânicos, encontrou um forte aliado: os 200 jovens formados pelo curso “Manejo Alternativo para Controle de Pragas”, realizado em cinco municípios do Estado, entre 2014 e 2015. “Surtiu o efeito esperado! Consegui controlar a praga, em uma prática fácil de usar e de baixo custo”, comemora a agricultora.

O manejo de ácaro predador e o uso de extrato de planta, em conjunto, puseram fim aos pesadelos de Ivone, que possuíam nome e sobrenome: o aracnídeo ácaro rajado. As duas centenas de alunos capazes de controlá-lo são técnicos em Agropecuária, certificados pela Escola Família Agrícola (EFA), da rede Movimento de Educação Promoção do Espírito Santo (Mepes). No entanto, o treinamento em controle alternativo de pragas na agricultura familiar foi adicionalmente incluído graças ao Incaper, que participou do edital de Inovação Social da Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santos (Fapes) e coordenou sua execução.

José Salazar Zanuncio Júnior, pesquisador do Instituto, informa que foram ofertados dois cursos em cada EFA, totalizando 10 cursos durante a vigência do projeto de dois anos. As EFAs foram a de Alfredo Chaves, Anchieta, Castelo, Mimoso do Sul e Santa Maria de Jetibá. “Escolhemos as escolas famílias do Mepes devido às características de formar jovens do meio rural, valorizando o campo e promovendo a inclusão deles na sociedade”, explica. Ele esclarece ainda que as aulas tiveram base nos planos de estudos confeccionados pelos alunos no 2º ano do ensino médio, para a disciplina Sanidade Vegetal. “Utilizamos a síntese do plano, abordando temas de maior interesse dos jovens”, completa.

Para Zanuncio, a importância do curso está na volta de controlar pragas por tecnologias antigas que, com o passar dos anos, foram substituídas pelo controle químico, gerando “dependência extrema do agricultor familiar por estes insumos”. Deste modo, cresce o custo da produção e o resíduo nos alimentos. “Estudos demonstram que a adoção de práticas que favoreçam organismos benéficos existentes ou que ocorram naturalmente, dando a eles habitat e fonte de alimento e refúgio, é uma das maneiras mais eficientes e duradoras de impedir que as pragas causem danos econômicos às lavouras”, ressalta.

Além dos insetos benéficos, o pesquisador aponta outros métodos, como a utilização de extrato de plantas e o controle biológico, como estratégias de manejo integrado de pragas. “Geração e difusão de tecnologias alternativas de controle de pragas e doenças, adap-

“Geração e difusão de tecnologias alternativas de controle de pragas e doenças, adaptadas à agricultura familiar, que sejam economicamente viáveis, torna-se fundamental para produção de alimentos que apresentem padrão de mercado exigido pelos consumidores e para a produção de base agroecológica”.

tadas à agricultura familiar, que sejam economicamente viáveis, torna-se fundamental para produção de alimentos que apresentem padrão de mercado exigido pelos consumidores e para a produção de base agroecológica”, salienta Zanuncio.

Em cada um dos cinco municípios, os planos de estudos dos alunos identificaram as principais culturas locais e suas pragas. Os alunos problematizaram os diagnósticos em sala de aula e lhes foram apresentadas as opções de controle alternativo. Em Alfredo Chaves, as pragas da banana (broca do rizoma) e do café Arábica e Conilon (broca do café e cochonilha da roseta); em Anchieta, novamente do café e de fruteiras como o abacate (broca do abacate); em Castelo, do café e do tomate (mosca branca); em Mimoso do Sul, do café e das olerícolas (mosca das frutas); e em Santa Maria de Jetibá, do morango (ácaro do morangueiro e ácaro rajado).

Segundo José Salazar Zanuncio Jr., são diversos os relatos de resultados positivos após o término do curso. De Mimoso do Sul, chegou informações que alunos ministraram um dia de campo para agricultores familiares, difundindo as tecnologias na comunidade onde vivem. Em Santa Maria do Jetibá, os alunos foram até as propriedades rurais e aplicaram o controle de pragas nas plantações de morango, como a da agricultora Ivone Barbosa Rodrigues. Um dos jovens teve sucesso ao utilizar armadilhas de garrafa Pet e atrativo alimentar para controlar a mosca das frutas, que atacava o pomar de goiaba da família, na comunidade quilombola de Palmeiras.

Já em outro terreno rural, alunos elaboraram uma calda com alho, sabão e óleo mineral e lograram êxito no controle de cochonilhas e pulgões nos laranjais. Houve notícia até, segundo Zanuncio, que um dos jovens, após formar-se técnico em Agropecuária, “montou uma empresa na qual trabalha com assistência fitossanitária em diversas culturas, prestando serviços e vendendo produtos alternativos para o controle de pragas e doenças”. A aluna Júlia Monteverde aplicou os ensinamentos para inovar no cultivo: “Esta calda eu fiz a partir do curso. Antes, a batata baroa era pouco desenvolvida e, agora, vemos que a produtividade dela é bem maior”.



Ficha Técnica

Projeto: Estratégias e manejo alternativo de pragas aplicados a agricultura familiar.

Resumo: Curso de “Manejo Alternativo de Controle de Pragas” para alunos do ensino médio integrado ao técnico em Agropecuária, desenvolvido nas Escolas Famílias Agrícolas (EFA's), com ênfase nas culturas locais. O controle é baseado em insetos benéficos, extrato de plantas e controle biológico.

Entidade: Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper).

Contatos Fone (27) 3636-9888.

Autor: José Salazar Zanuncio Júnior, pesquisador Incaper.

Contatos: Fone (27) 3248-1025 (27) 3248-1181 ou jose.zanuncio@incaper.es.gov.br.

Agricultores familiares: 200 jovens de áreas rurais.

Localização: municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Castelo, Mimoso do Sul e Santa Maria de Jetibá (ES).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/incaper-jov

**ASSENTADOS
DA REFORMA
AGRÁRIA**

“A produtividade de leite aumentou bastante”

O agricultor familiar Josemar Antônio Martinkoski cria gado leiteiro na propriedade rural de 4,8 hectares no assentamento Luiz Carlos Prestes, em Querência do Norte, extremo oeste do Paraná. Em períodos de seca e de frio, ele tinha dificuldades para manter a produtividade leiteira e chegava a perder animais pela falta de alimentação adequada. Ao conhecer pelo IBS uma técnica de manejo de pasto, conhecida como PRV (Pastoreio Racional Voisin), Josemar não só deixou no passado tais problemas como aumentou sua renda mensal em mais de 150%, saindo de R\$ 1,3 mil para R\$ 3,7 mil.

“A produtividade aumento bastante, apesar de ter a mesma área de pastagem e o mesmo rebanho”, comemora. “Consegui reduzir custos, principalmente de ração e medicamento. Hoje sobra pasto”. O Instituto desenvolveu o projeto, entre 2014 e 2015, ancorado na criação de unidades demonstrativas, a fim de estimular sua expansão, em cinco assentamentos da região. “A implantação do PRV traz a possibilidade de produzir alimento limpo, sem utilização de agroquímicos”, aponta Thaís Ribeiro Lima, agente do IBS. O uso do método exige investimento inicial de R\$ 2,5 mil por hectare.

O PRV é uma tecnologia de rotação de pasto desenvolvida pelo pesquisador francês André Voisin, em meados do século XX. Thaís lembra que o método está “baseado na divisão da área de pastagem em pequenos piquetes, possibilitando a regeneração e garantindo um acúmulo de reservas proteicas e energéticas nas plantas”. O IBS aderiu à estratégia graças ao trabalho do professor Luiz Carlos Pinheiro Machado, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que realizou as primeiras experiências de Pastoreio no noroeste paranaense, em 2004.

Abaixo, Thaís Lima apresenta o passo a passo de como implantar o PRV:

“Para dar início ao projeto, o técnico realiza o mapeamento da área a ser utilizada, com auxílio de um GPS. Os dados são transferidos para o software AutoCAD que possibilita a criação de desenhos em escala. É gerado um mapa que será a base de implantação do projeto no campo, sempre observando a declividade do terreno, com objetivo de garantir a sustentabilidade, evitando erosões.

A implantação tem início com a demarcação da área, utilizando estacas, que servirão para a divisão da área em piquetes. São instalados os palanques que serão o suporte para os fios eletrificados. São demarcados também os corredores que os animais utilizarão como acesso aos piquetes. Após isso, é feita a instalação do sistema hidráulico. A disponibilidade de água aos animais dentro do piquete, também é premissa dos projetos de PRV, pois garante além do bem estar animal, aumento da produção leiteira e a sustentabilidade ambiental, evitando o uso de rios e córregos como fonte direta de água.

Para a montagem do sistema hidráulico, utilizam-se bebedouros móveis em tambores plásticos de 200 litros, cortados ao meio, com uma boia fixada ao fundo, que evita o desperdício de água e produz a vazão ideal, de acordo com a necessidade diária do rebanho. A água é captada do córrego e armazenada em caixa d’água. A distribuição é feita por gravidade através de mangueiras ao longo de todos os piquetes. A utilização de torneiras distribuídas nas linhas entre os piquetes possibilita a movimentação dos bebedouros conforme a necessidade.

Para garantir o pleno bem estar dos animais, faz-se o plantio de mudas de espécies florestais nativas e exóticas, que neste caso têm dupla aptidão. Além de proporcionar conforto térmico aos animais, gera renda extra ao agricultor. As mudas são distribuídas ao longo dos fios eletrificados num espaçamento de 2 metros entre as plantas”.

“A implantação do PRV traz a possibilidade de produzir alimento limpo, sem utilização de agroquímicos”. O uso do método exige investimento inicial de R\$ 2,5 mil por hectare.

136



O método está “baseado na divisão da área de pastagem em pequenos piquetes, possibilitando a regeneração e garantindo um acúmulo de reservas proteicas e energéticas nas plantas”.



Ficha Técnica

Projeto: Pastoreio Racional Voisin, manejo racional dos ecossistemas.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural, em assentamento da Reforma Agrária, para acompanhamento da produção leiteira, via a técnica do Pastoreio Racional Voisin, que oferta pasto de alta qualidade e resulta em leite limpo de muita qualidade.

Entidade: Instituto BioSistêmico (IBS). Contatos: (43) 3026-7095, (19) 3411-4329 e ibs@biosistemico.com.br.

Agente de Ater: Thaís Ribeiro Lima. Contatos: (19) 98256-1133ou thaislima@biosistemico.com.br.

Agricultores familiares: Josemar Antônio Martinkoski e outros quatro produtores que possuem unidades demonstrativas em suas propriedades. Contato: (44) 9943-5072.

Localização: assentamento Luiz Carlos Prestes, município de Querência do Norte (PR).

Acesso o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ibs-ass.

“Somos guerreiras na luta pela conservação dos babaçuais”

Luiza Domingos dos Santos é uma das nove agricultoras familiares agroextrativistas do Grupo de Mulheres Renascer. Elas vivem no assentamento 21 de abril, em São João do Araguaia, distante 600 quilômetros da capital paraense, Belém, e tiram o sustento enquanto quebradeiras de coco babaçu. “Somos guerreiras na luta pela conservação dos babaçuais”, define a própria Luiza, que critica duramente a derrubada desmedida da palmeira. “Nosso artesanato apresenta boa aceitação e alto potencial de expansão”, avalia.

Em sintonia aos costumes locais e a partir de planejamento participativo, a AgroAtins desenvolve o protejo de geração de renda no assentamento desde 2012. José Cledson de Moraes, diretor da Empresa, explica que a atividade manual junto às mulheres, fruto de capacitações, oficinas e intercâmbios, valoriza a confecção de produtos com acesso a mercado e elaborados a partir da extração do coco babaçu, tais como azeite, sabão, carvão e massa do coco (mesacarpo) para o preparo de bolo, biscoito e pudim. Há também produção de tapetes, sandálias decoradas, pulseiras e chaveiros.

A etapa de venda fica a cargo da Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu, da qual o Grupo Renascer é filiado. Alguns produtos são vendidos também em feiras da agricultura familiar e diretamente a consumidores locais. A extração do coco, segundo Moraes, é feito de maneira racional, pois se trata de “recurso natural finito”. “O acompanhamento ocorre por uma equipe de diferentes campos de formação e experiências de vida, compondo uma ferramenta importante no êxito das ações realizadas”, ressalta.

O projeto resultou em um incremento na renda das agricultoras e famílias do Grupo Renascer e fortaleceu a independência financeira de cada uma delas, ao diversificar a produção de artesanatos. Para o diretor da AgroAtins, a consciência para a preservação do habitat onde moram é outra faceta importante da experiência, que ainda enfrenta obstáculo do acesso ao crédito para produção.

“O acompanhamento ocorre por uma equipe de diferentes campos de formação e experiências de vida, compondo uma ferramenta importante no êxito das ações realizadas”



A atividade manual junto às mulheres, fruto de capacitações, oficinas e intercâmbios, valoriza a confecção de produtos com acesso a mercado e elaborados a partir da extração do coco babaçu.

Ficha Técnica

Projeto: Grupo de Mulheres Renascer, quebrando preconceitos com geração de trabalho e renda.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamento da Reforma Agrária para a geração de renda a agricultoras familiares, a partir da extração do coco babaçu. O senso de preservação ambiental e organização da produção são duas vertentes da atividade.

Entidade: Empresa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (AgroAtins). Contato: 99152-0660

Agente de Ater: José Cledson Felipe de Moraes. Contatos: (94) 99152-0660 e pernambucompa@hotmail.com.

Agricultor familiar: nove assentadas e agroextrativistas, entre elas Luzia Domingas. Contatos: (94) 99139-6722 ou marconibezerra@gmail.com.

Localização: assentamento 21 de abril, no município de São João do Araguaia (PA).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/agroatins-ass.

“O Idesam traz tecnologias simples de usar e de muito resultado”

A marca Café Apuí Extra Forte, moído, torrado e livre de químicos e conservantes, é o primeiro produzido de forma sustentável na Amazônia e o segundo 100% conilon, no Brasil. Ele pode ser encontrado em 12 pontos comerciais de Manaus, Rio de Janeiro e São Paulo. Tradicionais bairros como Pinheiros (SP) e Leblon (RJ) revendem o produto, que é plantado e secado por agricultores familiares assentados de Apuí, localizado às margens da transamazônica (BR-230), o terceiro município mais desmatado do Amazonas, cuja floresta perde espaço ao pasto para alimentar rebanho de 140 mil cabeças.

A região de Apuí teve forte ocupação em três tempos: o ciclo da borracha (em 1930), a construção da rodovia (1972) e após a criação dos assentamentos da Reforma Agrária Rio Juma e Acari (1982). Muitos colonos vieram de estados históricos na produção de café, como o Paraná, daí a cultura se propagou por ali. No entanto, o Idesam, que acompanha às famílias desde 2012, detectou que as práticas agrícolas convencionais tornava a atividade extremamente custosa e, devido à baixa fertilidade do solo amazônico, a cafeicultura vinha sendo substituída pela pecuária.

João Aristides Ramos, cafeicultor familiar agroflorestal, explica o quão decisivo foi a atuação do Idesam para a produção agroecológica do café conilon para as 30 famílias. Ele valoriza principalmente a análise da terra, a adoção de técnicas para recuperação e adubagem, a qualificação dos agricultores e o controle biológico de pragas. “O Idesam traz tecnologias simples de usar e de muito resultado”, começa contando. “A gente vê a diferença na lavoura, antes bem fraca. Fizemos a adubação verde: matos do bem, que fixam nitrogênio. Também aprendemos a fazer o biofertilizante e armadilhas que pegam as brocas”.

Vinicius Figueredo, técnico do Instituto, fala das metas do projeto Café agroflorestal: “Focamos no aumento da produção e na melhoria da qualidade. O enriquecimento da lavoura com espécies arbóreas visa à recuperação de características florestais primárias, enquanto a diversificação objetiva a produção de frutas e produtos não madeireiros para complementação da alimentação e renda”. Ele discorre sobre o método de trabalho aplicado. Inicialmente, reuniões de apresentação, seguido de diagnósticos com perfil do agricultor familiar e da propriedade, incluindo o entendimento acerca dos conhecimentos tradicionais.

Então, propõe-se acordo pelo qual 1 hectare seria transformado em sistema agroflorestal de café. A construção do conhecimento em grupo se dá por meio de trocas de experiências e realização de oficinas, sendo os primeiros insumos fornecidos pelo Idesam. O apoio individual às famílias é baseado na transição agroecológica, inclusive na pós-colheita. “Planejamos e construímos terreiros suspensos na forma de mutirão. A estrutura mostrou ser adequada para a secagem do café e resultou em ganhos de qualidade”, destaca Geovani. O Idesam introduziu ainda a discussão acerca do cooperativismo.

Tradicionais bairros como Pinheiros (SP) e Leblon (RJ) revendem o café, que é plantado e secado por agricultores familiares assentados de Apuí, localizado às margens da transamazônica (BR-230).

Os números ano a ano apontam o crescimento da produtividade. Em 2014, dez lavouras produziram 24 sacas/hectare, acima das 18 sacas/hectare de 2013 e mais do que o dobro do apurado na primeira safra após a criação do projeto, quando chegou a nove sacas. Amostragem do Instituto mostra redução de 94% da infestação de broca do cafeeiro na lavoura. Estimulados pela qualidade do produto, os agricultores familiares obtiveram êxito na negociação com cerealistas e torrefadores locais para serem pagos melhores preços por saca.

O projeto tem apoio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora) e do Fundo Vale para Desenvolvimento Sustentável.



“Focamos no aumento da produção e na melhoria da qualidade. O enriquecimento da lavoura com espécies arbóreas visa à recuperação de características florestais, enquanto a diversificação objetiva a produção madeireira para complementação da alimentação e renda”.

Ficha Técnica

Projeto: Café em agroflorestas para fortalecimento de uma economia de baixo carbono em Apuí (AM).

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural a agricultores familiares produtores de café na Amazônia, a fim de aumentar o cultivo, melhorar qualidade do produto, diversificar a plantação e recuperar as florestas primárias.

Entidade: Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (Idesam). Contatos: (92) 3347-7350, (97) 3389-1228 ou contato@idesam.org.br

Agente de Ater: Geovani Almeida Machado. Contatos: (97) 99183-8995 e geovani@idesam.org.br.

Agricultores familiares: 30 famílias assentadas, entre elas a de João Aristides Ramos. Contatos: (97) 99155-2839 e ari.raulino@hotmail.com.

Localização: município de Apuí (AM).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/idesam-ass.

An illustration of four hands, each with a different colored sleeve (blue, green, yellow, and red), holding a large, stylized number '5' in the center. The hands are positioned around the number, with fingers pointing towards it. The background is white, and the overall style is clean and modern.

Eixo 5

**AGRICULTOR
EXPERIMENTADOR**



AGRICULTOR EXPERIMENTADOR

“Abrimos mercado para as frutas que antes se perdiam nos quintais”

Antônio Alves de Araújo era daqueles agricultores familiares de práticas antigas no uso da terra. Tirava o sustento da família com a extração do coco babaçu, no método de corte e queima: retira os frutos da floresta, põe fogo e segue a fazer o mesmo na porção de terra ao lado. A mata ia se acabando e o solo, empobrecendo. A rotina de extração era basicamente a mesma em todo o assentamento Três Setúbal, criado em 1996, onde vivem 15 famílias, no município de São Luís Gonzaga, em média distante 250 quilômetros da capital maranhense, São Luís.

Sem apoio, a família Araújo acreditava estar fazendo a coisa certa. Usava o coco como alimento e vendia o que sobrava. As frutas que davam no quintal eram consumidas e o restante se “perdiam no quintal”, como expressa Antônio. Foi quando, a partir de 2003, apareceram os técnicos da Assema. Ele se dispôs a ouvi-los e dialogar. Recebeu visitas individuais e participou de atividades coletivas, sempre a debater a relação ser humano e natureza.

Algum tempo depois, diante do crescente interesse, o extrativista veio a conhecer a produção de mudas da cidade vizinha Esperantinópolis, em viagem de intercâmbio promovida pela Associação. “A partir desta vivência, a família passou a se interessar pela atividade de produção de mudas de diversas espécies para reflorestar as áreas degradadas e aumentar a oferta de frutas, já para comercialização”, registra Ricardo da Conceição, técnico da Assema. O apoio, contudo, foi ficando cada vez mais raro. Sem recursos, a entidade não tinha meios de visitar os mais de mil assentamentos do Estado.

O trabalho continuado foi retomado quando o MDA realizou chamada pública para oferta de serviços de Ater e a Assema foi uma das selecionadas. A prioridade, desta vez, era diversificar a plantação... E a paisagem de queimadas nunca mais foi vista por ali. No sítio Novo Horizonte, brotam hortaliças e mudas madeiras e frutíferas, a mata é reflorestada, são processadas frutas, arroz e farinha de mandioca e a criação de aves, suínos e caprinos já pede passagem.

Antônio pensa nas próximas gerações quando lembra nos benefícios da produção familiar. “As crianças, os adolescentes e os jovens, que tem alguns pés de goiaba, acerola ou cajá em suas casas, estão tendo um melhor cuidado com essas plantas porque sabem que podem gerar renda com as frutas”. Ele conta que “vê o ânimo das pessoas em cuidar das plantas frutíferas que antes se perdiam nos quintais porque conseguimos abrir mercado para a compra”.

Hoje, a família Araújo produz cerca de mil mudas/ano, com destaque para mogno, aroeira e ipê, entre as madeiras, e para cajá, caju, açaí, acerola, manga, goiaba, tamarindo, cupuaçu, cacau, laranja e limão, entre as frutíferas, além das regionais bacuri e massaranduba. Os benefícios são incontáveis, como explica o técnico Ricardo: “O reflorestamento ajuda na constituição de áreas com policultivos. A riqueza de espécies proporciona produção em diferentes épocas do ano, contribuindo com a segurança alimentar e nutricional da família. Além do mais, o excedente é comercializado, gerando renda”.

E não para por aí. A família Araújo incrementou ainda mais o cultivo e instalou uma pequena agroindústria para a preparação de geleia, licor e extração de polpa de fruta. Os filhos pegaram gosto de vez pelo negócio e a produção familiar segue a todo vapor. Junto com os vizinhos, que sempre recebem de Antônio doação de mudas, eles ingressaram no mercado institucional, fornecendo semanalmente polpa para o Pnae. O agricultor familiar participa ainda de feiras apoiadas pela Assema e sua fama começa a gerar procura de clientes no próprio sítio.

O engenheiro agrônomo Luiz Antônio Gusmão atribui parte do êxito em Três Setúbal à qualidade da lavoura. “Beneficiada pela assistência técnica e extensão rural pública e gratuita com foco na Agroecologia, a produção conciliou a conservação ambiental – cerca de 10 hectares

reflorestados – e o cultivo de alimentos saudáveis, diversificados e livres de agrotóxicos”. Apesar dos avanços, ainda há desafios a serem superados, como a captação e armazenamento permanente de água para o cultivo e ausência de equipamentos para o manejo dos policultivos.



“O reflorestamento ajuda na constituição de áreas com policultivos. A riqueza de espécies proporciona produção em diferentes épocas do ano, contribuindo com a segurança alimentar e nutricional da família. Além do mais, o excedente é comercializado, gerando renda”.

Ficha Técnica

Projeto: Sítio Novo Horizonte: recuperando a vida, agregando valores e multiplicando ideias.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural em assentamento da Reforma Agrária, que potencializou a produção: antes, ancorada no corte e queima do coco babaçu; hoje, de base agroecológica, com mudas madeireiras e frutíferas, agroindustrialização e comercialização institucional e direta ao consumidor.

Entidade: Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema). Contatos: (99) 3642-2061 e gentedefibra@assema.org.br.

Agentes de Ater: Ricardo da Conceição Araújo (contatos: (99) 98847-5805 e ricardo25araujo@gmail.com) e Luiz Antônio Gusmão (contatos: (99) 3642-3975 ou luizdasgerais@gmail.com).

Agricultor familiar: Antônio Alves de Araújo. Contatos: (99) 98815-0452, (99) 99156-6880 e antonio23alves@gmail.com.

Localização: assentamento Três Setúbal, município de São Luís Gonzaga do Maranhão (MA).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/assema-ae.

“Sei quanto meu leite vale, antes eu tirava e jogava até fora”

A propriedade rural de seis hectares do agricultor familiar Flávio Franklin Guimarães é uma unidade de referência aberta a visita do programa Brasília Leite Sustentável (BLS), da Emater/DF. Ele cria as 12 vacas no núcleo rural Tabatinga, distante 56 quilômetros do centro da capital federal, Brasília. Em 2012, o rebanho produzia 30 litros de leite/dia e a pouca rentabilidade forçava a venda da mão-de-obra em outras terras e o afastamento da família, que preferia a vida na cidade. Em um ano de projeto, a produção cresceu 83% e hoje chega a 90 litros/dia, com igual número de cabeças no rebanho.

Ele comenta o que mudou daquele tempo aos dias atuais, quando comercializa diariamente o leite para um laticínio nas proximidades de casa: “Até a vida está mais tranquila. Sei quanto meu leite vale, antes tirava e jogava até fora”. Com o sustento advindo da pecuária, a esposa, Elizabete, e os filhos do casal, antes ociosos na cidade, retornaram para o campo. O projeto da Emater/DF foi dividido em duas fases. A primeira baseada no acompanhamento do manejo sanitário, nutricional e reprodutivo do rebanho e adoção do sistema de pastejo rotacionado com capim mombaça.

A segunda etapa caracterizou-se pela continuidade das atividades e a inserção da assistência financeira. “O produtor iniciou as anotações necessárias à gestão técnica e financeira, utilizando as planilhas disponibilizadas e foi instruído em relação ao preenchimento e a frequência de coleta das informações”, observa Adriana Lopes, extensionista da Emater/DF. Ela acrescenta que, em paralelo à estratégia de pastejo rotacionado, foi incorporado o cultivo de milho e sorgo para a alimentação do rebanho no período de seca

A procura pela propriedade segue acontecendo. Em março de 2013, foi realizado o primeiro Dia de Campo, sob a metodologia de apresentação de resultados, com a participação de 100 agricultores familiares, 30 técnicos da Emater/DF e representantes de instituições parceiras. Em agosto de 2014, ocorreu o Dia Especial do Leite, funcionando como um encontro para divulgar as técnicas aplicadas e a gestão desenvolvida. Franklin e Elizabete, ainda hoje, recebem mensalmente visitas de extensionistas. Abaixo, Adriana Lopes apresenta como foi a implantação do sistema de pastejo rotacionado:

“A divisão do pasto em piquetes e a implantação da cerca elétrica foram efetuadas com o objetivo de facilitar o manejo do pastejo e melhorar a qualidade ofertada. Esta etapa contou com a ajuda de agricultores vizinhos e técnicos da Emater/DF. Depois de eliminar áreas mais acidentadas do terreno, ficaram demarcados e cercados 25 piquetes de 475m², totalizando 1,3 hectare de piquetes a serem utilizados por 10 vacas leiteiras em produção.

Durante o período da primavera-verão (2012-2013) foi realizada correção do solo com calcário e adubações superficiais com 12m³ de cama de frango (em uma aplicação) e cobertura com uma fonte de nitrogênio em cada saída dos animais do piquete. Cada cobertura foi realizada utilizando-se 9,1 quilos da formulação 20-00-20 por piquete, além da adubação com micronutrientes (50 quilos de FTE BR12 por hectare, em uma aplicação).

A entrada dos animais era baseada na altura do capim. Os animais entravam quando o capim estava com aproximadamente 90 centímetros de altura, em média, e saíam quando estava com 30 centímetros. Estabelecer este critério facilitou o manejo do pastejo por parte do produtor.”



Em um ano de projeto, a produção de leite cresceu 83% e hoje chega a 90 litros/dia, com igual número de cabeças no rebanho (12 vacas).

147

Ficha Técnica

Projeto: Implantação de tecnologia na atividade leiteira com acompanhamento zootécnico e financeiro.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural para criação e manutenção de unidade de referência do programa Brasília Leite Sustentável (BLS), de estímulo à produção leiteira com acompanhamento zootécnico e financeiro.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater/DF). Contatos: (61) 3311-9330 e emater@emater.df.gov.br.

Agente de Ater: Camila Lima Fiorese. Contatos: (61) 3311-9376, (61) 8114-8978 e camila.fiorese@emater.df.gov.br.

Agricultor familiar: Flávio Franklin Guimarães.

Localização: núcleo rural Tabatinga, no Distrito Federal.

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerdf-ae.

“Trouxe inovação para a cadeia produtiva do açaí”

O agricultor familiar Edilson Cavalcante da Costa é daqueles que não desiste fácil diante dos obstáculos da vida. Ele planta de tudo na propriedade localizada na comunidade quilombola de Piratuba, em Abaetetuba, distante 70 quilômetros da capital paraense, Belém. Tem cultivo de tubérculo, fruta, forragem e hortaliça e criação de ave, peixe, caprino e abelha. A esposa e os dois filhos estão lado a lado na produção no campo. Uma das culturas que mais lhe agradam – devido ao hábito de consumir vinho a partir do fruto – é a do açaí. Mas Edilson andava receoso e ameaçava largar a extração do tradicional alimento nortista até o ano de 2014.

Tudo porque dois familiares sofreram graves acidentes durante a colheita, que exigia habilidade para subir nos açaizeiros, de posse de facção, e fazer o corte dos cachos. O risco alto impedia a continuidade da produção em maior escala. Diante da dificuldade, e mesmo sem qualificação técnica formal, Edilson fabricou um apanhador de açaí semi-mecânico, com o apoio de um amigo oficinairo. O invento de metal funciona assim: fixa-se uma lâmina para cortar o galho, um gancho para segurar o cacho e um rolamento para subir e descer a corda no alto de uma haste de alumínio e a extração é feita sem a necessidade de trepar em árvore.

Edilson valoriza a produção diversificada que elevou a qualidade de vida da família e aumentou a produtividade. “Pude trazer também inovação para a cadeia produtiva do açaí, além da satisfação em contribuir nas questões de segurança no trabalho rural”, conta. Flávio Ikeda, extensionista da Emater/PA, participou do invento na fase de testes. “É gratificante participar de uma experiência que colabora com o desenvolvimento sustentável, envolvendo a produção familiar, a inovação e o empoderamento das famílias, enfatizando o verdadeiro significado da extensão rural”, aponta.

Atualmente, a Emater/PA assiste à família no trabalho para patentear a invenção, fabricar em escala e inseri-la no mercado. Em âmbito regional, o equipamento já é bastante utilizado. A confecção chegou a 150 unidades, em dezembro de 2015. “Quatro apanhadores de açaí proporcionam a colheita de 800 latas do fruto, em uma semana”, calcula Ikeda. O filho de Edilson, Edivan, seguiu os passos e idealizou um debulhador de açaí, inspirado em personagem de quadrinhos de nome Wolverine, que consiste no manuseio de uma garra de metal capaz de liberar o fruto do galho em, no máximo, 12 segundos, com precisão e higiene.

O apanhador de açaí consiste em haste que contém na ponta lâmina (para cortar o galho), gancho (para segurar o cacho) e rolamento (para subir e descer a corda). A extração é feita sem subir na árvore.



O filho de Edilson, Edivan, idealizou um debulhador de açaí, capaz de liberar o fruto do galho em, no máximo, 12 segundos, com precisão e higiene.

Ficha Técnica

Projeto: Inovação Tecnológica na Agricultura Familiar em Abaetetuba (PA): apanhador e debulhador de açaí

Resumo: Inventos tecnológicos de agricultores familiares extrativistas de açaí para garantia da segurança na época da colheita do fruto, reduzindo o risco de acidentes e aumentando a eficiência.

Entidade: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater/PA). Contatos: (91) 3299-3400 e presidência@emater.pa.gov.br.

Agente de Ater: Flávio Yassushi Ikeda. Contatos: (91) 3299-3409 e nmc@emater.pa.gov.br.

Agricultor familiar: Edilson Cavalcante da Costa.

Localização: comunidade de quilombola de Piratuba, município de Abaetetuba (PA).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerpa-ae.

“É gratificante ter peixe no tanque e açaizeiro no pomar”

A Emater/RO desenvolveu, em parceria com agricultores familiares da zona rural da capital rondoniense, Porto Velho, cinco unidades demonstrativas de produção rural integrada. A primeira delas está na propriedade de Domingos Mendes, localizada ao longo da BR-364, onde foi desenvolvido o projeto Piraçaí, conjugando a produção de pirarucu ao cultivo de açaí. “Fiquei um pouco apreensivo, mas quando peguei o jeito de tratar os peixes, aí ficou tudo bem”, pondera. “É muito gratificante ter os peixes no tanque e os açaizeiros dando cachos no pomar”.

Marcos Antônio Ribeiro, técnico da Emater/RO, explica que o projeto está ancorado no tripé da sustentabilidade social, econômica e ambiental e respeita espécies nativas da região. “A utilização da água residuária dos tanques para a irrigação dos açaizeiros é uma ótima estratégia para o período de estiagem na Amazônia. Tais resíduos, após a mineralização, disponibilizam nutrientes essenciais ao solo e principalmente ao açaizeiro”, destaca. A proximidade ao mercado consumidor também contribuiu para êxito da iniciativa. A meta total da produção integrada é chegar a 100 toneladas de pirarucu/ano.

Na propriedade de Domingos, o pirarucu alcançou 12 quilos em um ano, acima da média de 10, para uma área de 0,05 hectare de tanque de lona, o equivalente a 1 hectare apurado no sistema convencional, com tanque escavado. “Um dos fatores que contribuem para tamanha eficiência é a renovação diária da água do tanque”, lembra o técnico. A água, por sua vez, é reaproveitada e irriga 1 hectare de pomar, produzindo 8,1 toneladas de pimenta de cheiro, 3,9 de melancias e 0,9 tonelada de goiaba, além do cultivo do açaí.

A Empresa já faz teste de novas estratégias para produção integrada, com pirarucu e cinco outras culturas: cacau, frutíferas, horticultura, olerícolas e pecuária leiteira. Marcos Antônio explica o funcionamento do sistema de produção do agricultor familiar Domingos Mendes:

“O sistema de criação de pirarucus implantado foi o super intensivo, com a utilização de um tanques de lona com 8,4m de diâmetro e 1,20 de altura, confeccionado em PVC flexível com malha de poliéster entre as camadas de 2mm e capacidade de 50m³. O abastecimento com água era oriunda de um córrego perene próximo a propriedade. Os tanques foram dispostos em barracões de madeira de aproximadamente 10 x 20m² cobertos com telha de fibrocimento.

No decorrer da criação foram utilizados 200 pirarucus, com peso inicial de 130g e 20cm de comprimento. Os alevinos foram obtidos de um criador legalizado. A ração utilizada era extrusada com 15% de umidade e 40% de teor de proteína. Diariamente a água dos tanques era renovada, sendo os efluentes armazenados em dois tanques de terra escavados de 230m³ cada. Durante o processo de limpeza e reabastecimento dos tanques de lona, a água era renovada por meio mecânico com auxílio de uma bomba com capacidade de 80m³ por hora e descartada por gravidade para os tanques escavados.

A água residual foi mantida por seis meses nos tanques, durante o período chuvoso e, posteriormente, disponibilizada para a irrigação das culturas do açaí, melancia, goiaba, pimenta de cheiro e abacaxi, além de diversos citros. Para a irrigação, foi utilizada outra bomba com capacidade de 10m³ por hora, canos de PVC e micro aspersores dispostos entre as linhas do pomar.”

“A utilização da água residuária dos tanques para a irrigação dos açaizeiros disponibiliza nutrientes essenciais ao solo e principalmente ao açaizeiro”.



Na propriedade, o pirarucu alcançou 12 quilos em um ano, acima da média de 10, para uma área de 0,05 hectare de tanque de lona, o equivalente a 1 hectare apurado no sistema convencional.

151

Ficha Técnica

Projeto: Piraí, Produção Integrada e Sustentabilidade na Agricultura Familiar.

Resumo: Assistência Técnica e Extensão Rural em reassentamento da Reforma Agrária, que combinou a piscicultura de pirarucu para comercialização e o reaproveitamento da água dos tanques para irrigação das culturas do açaí, entre outras, e instalação de unidades demonstrativas.

Entidade: Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia (Emater/RO).
Contatos (69) 3211-373 e ematersec@emater-ro.com.br.

Agente de Ater: Marcos Antônio Ribeiro Machado. Contatos: (69) 3211-3773 e getec@emater-ro.com.br

Agricultor familiar: *Domingos Mendes*.

Localização: lote 88, do reassentamento de Santa Rita, em Porto Velho (RO).

Acesse o projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ematerro-ae.

“Acompanhamento técnico é importante para diminuir os erros”

De um susto nasceu o sonho do agricultor familiar Divino Hipólito Simiema. Pescador antigo, ele ficou apreensivo em 2010 quando da construção da Usina Hidrelétrica do Estreito, em Babaçulândia, no norte do Tocantins. O alagamento para a obra atingiria sua casa, o habitat de onde tirava o sustento e, por isso, teve que trocar de cidade, indo para Wanderlândia, distante 60 quilômetros, com custos para o Consórcio Estreito Energia. O novo lugar, diferente de antes, não permitiria que a família Simiema vivesse mais da pesca.

O Consórcio, além do remanejamento, contratou o Ruraltins/TO, cadastrado no Siater, para acompanhar os agricultores familiares. Aí, a aspiração de Divino começou a ganhar corpo: desenvolver um negócio sustentável e agroecológico. Uma pessoa foi fundamental no processo: o técnico Wandro Cruz, do Ruraltins/TO. Conta o especialista: “O solo aqui tem características arenosas e baixa fertilidade, então sugerimos meliponicultura, pois tem valor histórico nos hábitos alimentares, é medicinal e fomenta a geração de renda”.

O Ruraltins/TO propôs, em visita a residência, reuniões ampliadas e cursos, a Divino e outros 24 integrantes da Associação Barra do Corda, o extrativismo de frutas do cerrado e a criação de abelhas sem ferrão. O trabalho de assistência e extensão rural foi continuado de 2011 a 2015, quando começaram a se destacar alguns agricultores, entre eles a família Simiema. A experiência de Divino virou referência, ganhou a imprensa local e, hoje, recebe visitas técnicas de especialistas e agricultores. O Instituto registrou as atividades desenvolvidas mensalmente:

1. Sensibilização acerca da importância das abelhas sem ferrão para o meio ambiente e seu valor econômico;
2. Orientações técnicas em meliponicultura, como práticas sobre captura de enxames de abelhas nativas em situação de risco de queimadas, fabricação de caixas racionais, manutenção, fortalecimento e multiplicação de enxames e colheita do mel e outros produtos das abelhas, como própolis e pólen;
3. Orientações técnicas sobre os benefícios e princípios em enxertia em frutas da região;
4. Treinamentos práticos, entre eles geração de renda a partir da meliponicultura.

Após tanto trabalho e capacitação, Divino colhe – ou melhor, extrai – os resultados. Produz mel a partir de 25 caixas racionais de abelhas sem ferrão, fixadas em troncos de árvores. “As caixas são feitas com sobras de madeira de marcenarias da região”, explica Wandro Cruz. “As abelhas sem ferrão são nativas da região, visitam principalmente a flora nativa, ajudando na polinização e equilíbrio do meio ambiente onde estão inseridas”. A produção vai crescer, uma vez que já foram localizados mais 10 enxames que estavam em áreas desmatadas e serão reaproveitadas.

O extensionista Augusto Lopes, também da Ruraltins/TO, explica o modelo produtivo empregado. “O primeiro passo foi fazer o plantio de sementes para produção de mudas para servirem de ‘cavalo’, ou seja, porta enxerto; depois, selecionar as plantas matrizes”. Divino realizou a enxertia de 40 plantas frutíferas, já visitadas pelas abelhas. “A técnica da enxertia do bacurizeiro foi introduzida a partir de conhecer o seu potencial na produção de polpa e tendo em vista que é uma espécie com resultados comprovados com enxertia”.

Divino deixou para trás aqueles tempos de aflição lá em Babaçulândia. “Estou satisfeito com os resultados, mas ainda há muito a ser feito”, reconhece. Em seguida, agradece: “O acompanhamento técnico é importante para diminuir os erros, pois o erro, embora também seja um professor, cobra muito caro”. Por fim, o técnico Wandro Cruz destaca, de um lado, a facilidade da produção de meliponicultura, em razão de não ser obrigatório a propriedade de terra e, de outro, o caráter ambiental do cultivo, pois “muitas das espécies nativas da flora brasileira só são polinizadas por essas espécies”.

“muitas das espécies nativas da flora brasileira só são polinizadas por essas espécies”



Ficha Técnica

Projeto: Boas práticas de Ater: meliponicultura e a prática da enxertia como uma proposta de sustentabilidade e geração de renda

Resumo: Assistência Técnica E Extensão Rural para os agricultores da Associação Barra do Corda, a fim de inserir a prática da meliponicultura (criação de abelhas sem ferrão), com base agroecológica, para geração de renda.

Entidade: Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins/TO). (Contatos: Fone: 63 3218-3100)

Agentes de Ater: Wandro Cruz G. da Silva - contatos: (63) 3421-1933 / (63) 9283-6148 ou wc.gomes@hotmail.com, e Augusto Bielert Lopes - contato: (63) 9206-4795.

Agricultor familiar: *Divino Hipólito Simiema* - Contatos: (63) 9206-4795 ou wandasoares1@hotmail.com

Localização: município de Wanderlândia (TO).

Acesse o Projeto: www.mda.gov.br/sitemda/ruraltinsto-ae



Secretaria Nacional da
Agricultura Familiar

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA